



EXTENSÃO RURAL

DEAER - CCR - UFSM, v.21, n.3, jul./set. 2014

NESTA EDIÇÃO

TAUTOLOGIA E RETÓRICA MESSIÂNICA DA “TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA” NA NOVA “EXTENSÃO RURAL”

Cleyton Henrique Gerhardt

POPULAÇÕES RURAIS E ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE RECEPÇÃO MIDIÁTICA

Ricardo Duarte

FERRAMENTAS OFFLINE DE COMUNICAÇÃO: RESGATE DO DIÁLOGO COM A POPULAÇÃO RURAL

Marina Muniz Mendes, Magno Medeiros

O SOCIAL E SUAS DIMENSÕES EM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS

Aline Weber Sulzbacher, Pedro Selvino Neumann

EVOLUÇÃO, ACESSO E EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO GOVERNO LULA: UM ESTUDO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE VIÇOSA, MINAS GERAIS

Cristina Caetano de Aguiar, Bruno Costa Fonseca

FORMAÇÃO DO SISTEMA AGRÁRIO NA REGIÃO DO PARANÁ TRADICIONAL: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE RURAL LINHA CRICIUMAL EM CÂNDIDO DE ABREU

Juliano Strachulski, Nicolas Floriani

O PERFIL E A AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA A PRODUTORES DE LEITE NA MICROREGIÃO DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG

Ricardo Ferreira Godinho, Rita de Cássia Ribeiro Carvalho, Vando Edesio Soares



ISSN 1415-7802



Extensão Rural

ISSN Impresso: 1415-7802

ISSN Online: 2318-1796

DEAER – CCR

v.21, n.3, jul./set. 2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor: Paulo Afonso Burmann

Diretor do Centro de Ciências Rurais: Irineu Zanella

Chefe do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural: Clayton Hillig

Editores: Fabiano Nunes Vaz e Ezequiel Redin

Comitê Editorial

Editor: Fabiano Nunes Vaz

Coeditor: Ezequiel Redin

Editor da Área Economia e Administração Rural: Alessandro Porporatti Arbage

Editor da Área Desenvolvimento Rural: Clayton Hillig

Editor da Área Saúde e Trabalho no Meio Rural: Joel Orlando Bevilaqua Marin

Editor da Área Sustentabilidade no Espaço Rural: José Geraldo Wizniewsky

Editor da Área Sociologia e Antropologia Rural: José Marcos Froehlich

Editor da Área Extensão e Comunicação Rural: Vivien Diesel

Bolsista: Francielle Fanaya Réquia

Impressão / Acabamento: Imprensa Universitária / **Tiragem:** 100 exemplares

Extensão rural. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun.1993) – Santa Maria, RS: UFSM, 1993 -

Trimestral

Vol.21, n.3 (jul./set.2014)

Revista anual até 2007, semestral a partir de 2008, quadrimestral a partir de 2013 e trimestral a partir de 2014.

Resumo em português e inglês

ISSN 1415-7802

1. Administração rural: 2. Desenvolvimento rural: 3. Economia rural: 4. Extensão rural.

CDU: 63

Ficha catalográfica elaborada por
Claudia Carmem Baggio – CRB 10/1830
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores.
Qualquer reprodução é permitida, desde que citada a fonte.

APRESENTAÇÃO

O periódico Extensão Rural é uma publicação científica desde 1993, **periodicidade trimestral**, do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER) do Centro de Ciências Rurais (CCR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às **áreas**: i) Desenvolvimento Rural, ii) Economia e Administração Rural, iii) Sociologia e Antropologia Rural, iv) Extensão e Comunicação Rural, v) Sustentabilidade no Espaço Rural, vi) Saúde e Trabalho no Meio Rural. Tem como público alvo pesquisadores, acadêmicos e agentes de extensão rural, bem como realizar a difusão dos seus trabalhos à sociedade.

INDEXADORES INTERNACIONAIS

AGRIS (Internacional Information System for The Agricultural Sciences and Technology) da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations)

LATINDEX (Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal)

DIRETÓRIO LUSO-BRASILEIRO (Repositórios e Revistas de Acesso Aberto)

E-REVIST@S (Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas)

EZB NUTZERANFRAGEN (Electronic Journals Library - Elektronische Zeitschriftenbibliothek)

JOURNALS FOR FREE

PORTAL SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas)

PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES/MEC

REDE CARINIANA (Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital)

INDEXADORES NACIONAIS

AGROBASE (Base de Dados da Agricultura Brasileira)

PORTAL LIVRE! (Portal do conhecimento nuclear)

SUMÁRIOS.ORG (Sumários de Revistas Brasileiras)

DIADORIM (Diretório de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras)

Extensão Rural

Universidade Federal de Santa Maria

Centro de Ciências Rurais

Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural

Campus Universitário – Prédio 44

Santa Maria - RS - Brasil

CEP: 97.119-900

Telefones: (55) 3220 9404 / 8165 – Fax: (55) 3220 8694

E-mail: atendimento.extensao.rural@gmail.com

Web-sites:

www.ufsm.br/revistas

<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/extensaorural>

<http://www.facebook.com/extensao.rural>

<http://www.facebook.com/pages/Extens%C3%A3o-Rural/397710390280860?ref=hl>

SUMÁRIO

TAUTOLOGIA E RETÓRICA MESSIÂNICA DA “TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA” NA “NOVA EXTENSÃO RURAL”

Cleyton Henrique Gerhardt

9

POPULAÇÕES RURAIS E ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE RECEPÇÃO MUDIÁTICA

Ricardo Duarte

44

FERRAMENTAS OFFLINE DE COMUNICAÇÃO: RESGATE DO DIÁLOGO COM A POPULAÇÃO RURAL

Marina Muniz Mendes, Magno Medeiros

73

O SOCIAL E SUAS DIMENSÕES EM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS

Aline Weber Sulzbacher, Pedro Selvino Neumann

93

EVOLUÇÃO, ACESSO E EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO GOVERNO LULA: UM ESTUDO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE VIÇOSA, MINAS GERAIS

Cristina Caetano de Aguiar, Bruno Costa Fonseca

121

FORMAÇÃO DO SISTEMA AGRÁRIO NA REGIÃO DO PARANÁ TRADICIONAL: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE RURAL LINHA CRICIUMAL EM CÂNDIDO DE ABREU

Juliano Strachulski, Nicolas Floriani

146

O PERFIL E A AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA A PRODUTORES DE LEITE NA MICROREGIÃO DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG

Ricardo Ferreira Godinho, Rita de Cássia Ribeiro Carvalho,
Vando Edesio Soares

175

NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHO

194

SUMMARY

TAUTOLOGY AND MESSIANIC RETHORIC OF THE “AGROECOLOGICAL TRANSITION” OF THE “NEW RURAL EXTENSION”

Cleyton Henrique Gerhardt 9

RURAL POPULATIONS AND COMMUNICATION IN MEDIA RECEPTION STUDIES

Ricardo Duarte 44

OFFLINE COMMUNICATION TOOLS: RESCUE OF DIALOGUE WITH RURAL POPULATION

Marina Muniz Mendes, Magno Medeiros 73

THE HIDDEN SIDE OF THE RURAL FAMILIES AGRO-INDUSTRY: SOCIAL LEVEL AND ITS DIMENSIONS

Aline Weber Sulzbacher, Pedro Selvino Neumann 93

EVOLUTION, ACCESS AND EFFECTIVENESS OF PUBLIC POLICY FOR THE FAMILY AGRICULTURE IN LULA GOVERNMENT: A STUDY OF THE CITY COUNCIL OF RURAL DEVELOPMENT OF SUSTAINABLE VIÇOSA – MINAS GERAIS, STATE, BRAZIL

Cristina Caetano de Aguiar, Bruno Costa Fonseca 121

FORMATION OF AGRARIAN SYSTEM IN THE REGION OF PARANÁ TRADITIONAL: A CASE STUDY OF THE RURAL COMMUNITY LINHA CRICIUMAL IN CANDIDO DE ABREU

Juliano Strachulski, Nicolas Floriani 146

TECHNICAL ASSISTANCE TO MILK PRODUCTION SYSTEMS IN THE MICRO-REGION OF SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG

Ricardo Ferreira Godinho, Rita de Cássia Ribeiro Carvalho,
Vando Edesio Soares 175

STANDARDS FOR PAPER SUBMISSION

194

TAUTOLOGIA E RETÓRICA MESSIÂNICA DA “TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA” NA “NOVA EXTENSÃO RURAL”

Cleyton Henrique Gerhardt¹

Resumo

A partir de 2003, juntamente com algumas ONGs, sindicatos e associações de agricultores, instituições encarregados de pensar e propor ações de extensão rural no Brasil iniciaram um intenso processo de discussão e debate que levou a aprovação, em 2004, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Tomando esta última como objeto de análise, o artigo discute implicações interpretativas, ambiguidades discursivas e paradoxos narrativos contidos neste documento e em publicações que seguem orientação semelhante. A partir deste material, descreve-se um padrão discursivo baseado num sistema classificatório dual que ofusca a pluralidade de pontos de vista existentes no campo de debate sobre extensão rural. Em seguida aborda-se as implicações da retórica da “Nova Ater” feita a partir da purificação e descolamento de uma imaginada “Antiga Ater”, levando a um padrão argumentativo circular. Por fim, trata-se o caráter messiânico subjacente à ideia de “transição agroecológica”.

Palavras- chave: Agroecologia, Extensão Rural, Messianismo.

¹ Cientista Social. Graduado em Agronomia (UFRGS). Mestre em Desenvolvimento Rural (PDGR/UFRGS). Doutor em Ciências Sociais Aplicadas ao Mundo Rural (CPDA/UFRRJ). Prof. Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: cleytonge@gmail.com

TAUTOLOGY AND MESSIANIC RETHORIC OF THE "AGROECOLOGICAL TRANSITION" OF THE "NEW RURAL EXTENSION"

Abstract

Since 2003, together with some ONGs, trade unions and farmer's association, institutions responsible for thinking and proposal rural extension actions in Brazil, begun an intense process os discussion who lended into the approval, in 2004, of the National Policy on Technical Assistance and Rural Extension. Taking this politic such an analysis object, this paper tries to discuss some of the interpretative implications, and narrative paradoxes enclosed in this document and other publications with a similar orientation. Based in this material, this paper shows a discursive pattern based in a dual- limited classification system, which outshine the existent plurality of points of view in the discussion about rural extension. Forthwith this paper approach the construction of the rethoric New TARE, done from the purification and detachment from this one in relation with an imagined "Old TARE", concluding in an auto-explicative argumentation pattern. Finally, I describe the messianic character implied in the idea of the "agroecological transition".

Key-words: Agroecologie, Rural Extension, Mesianism.

1. INTRODUÇÃO²

O ambiente reflexivo que marcou o "repensar" da extensão rural nos anos 1980 deu lugar, nos 1990, a críticas explícitas baseadas em experiências concretas, passando-se à elaboração de práticas e normativas aplicáveis e replicáveis em distintas realidades rurais. Mas, se após este período seus promotores foram ocupando espaço dentro de órgãos de extensão, só em 2003, após a eleição presidencial que levou o Partido dos Trabalhadores ao poder, é que tais iniciativas foram incorporadas ao discurso oficial, sendo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER, 2004) a coroação mais emblemática desse processo. Após 20 anos, por fim se tinha uma proposta institucional cujo alcance poderia levar a alterações importantes, mas não alinhadas ao que até então tinha sido proposto em termos de políticas de extensão e desenvolvimento rural.

Tendo em conta que as diretrizes da PNATER adquiriram, por alguns anos, status de política oficial, tomo esta mesma política como objeto de análise, bem como seus objetivos e diretrizes (com ênfase no "enfoque agroecológico"). Recorro ainda a textos que apoiaram sua redação ou que, após sua divulgação, citam a PNATER para referendar uma dada visão sobre políticas de extensão. Busco com isso mostrar como a operacionalização de propostas normativas bem intencionadas pode trazer armadilhas não tão augustas assim. Discuto ainda, a partir do tipo de linguagem adotada, implicações interpretativas e paradoxos narrativos contidos em textos sobre a "Nova Ater". Em suma, trata-se de uma reflexão sobre o que se fala sobre extensão visando explicitar algumas contradições por trás da construção de uma gramática normativa específica.

Porém, como já se vão cinco anos desde sua primeira versão, o texto está datado em relação a um período que vai de 2003 a 2009, quando se dá a elaboração e tentativa de execução da PNATER. De lá para cá (hiato que não abordarei) o contexto político, os personagens em órgãos oficiais e a atuação de agências de extensão se modificou sobremaneira. A começar pelo fato de parte de suas diretrizes originais ter sido retirada, alterada ou distorcida com a publicação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária - "Lei de Ater" (BRASIL, 2010) - e, em 2013,

² Este texto tem, como qualquer outro, sua história. Embora já tivesse escrito sobre extensão rural (GERHARDT e ALMEIDA, 1999), meu contato com este tema sempre foi tangencial. Porém, em 2009, ao me candidatar a uma vaga para professor no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da UFSM, fui levado a mergulhar no universo discursivo relativo às políticas de extensão e seus desdobramentos. O que segue, portanto, pode ser lido como a racionalização deste mergulho temático.

com a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER. Não por acaso, como notou Caporal (2011), suprimiu-se na Lei de Ater o termo "agricultura agroecológica", substituído pela expressão despolitizante e neutra "produção sustentável". Também a grande autonomia dada na Lei de Ater a executores de projetos de extensão - ampliada pela contratação, sem licitação, de serviços de forma contínua - faz com que muito do que consta na PNATER seja adaptado conforme interesses particulares, por vezes seguindo um viés (e eis um tema a ser investigado) que vai no sentido inverso ou tem efeito contrário a proposta inicial.

Neste caso, é preciso ter em conta o duplo revigoramento neodesenvolvimentista e neoextrativista em vigor no país (MILANEZ; SANTOS, 2013), o qual repercute nas políticas de extensão. Ao contrário do que propunha a PNATER e em sintonia com tal conjuntura (cujo otimismo lembra o ufanismo do discurso oficial nos anos 1970), tanto a Lei de Ater como a Anater indicam a consolidação de uma visão voltada para o aumento da extração de matéria-prima, produção de *commodities* agrícolas e introdução de inovações tecnológicas. Exemplo disso é que, na retórica atual sobre extensão rural, vê-se a reedição da figura do "pequeno empresário rural" como tipo ideal (NEVES, 1987), espécie de sonho de consumo de integrantes do MDA, Emater, secretarias estaduais e municipais de agricultura, pesquisadores da Embrapa, universidades e demais instituições de pesquisa e extensionistas que trabalham diretamente com agricultores.

Neste início de milênio, não deixa de parecer anacrônico a criação de agências e políticas que contribuem para homogeneizar e reduzir a imensa diversidade sociocultural rural do país a esta figura arquetípica. Olvida-se, outra vez, que se está diante de pessoas que são mais do que "produtores", "agentes econômicos" ou potenciais "micro-empresendedores rurais", pois integram grupos sociais com demandas específicas, trajetórias de vida próprias e que vivem em contextos culturais e ecológicos singulares. Sem falar aqueles que vivem situações de violência devido à ação de grileiros, empresas agropecuárias, mineradoras e empreiteiras cujo objetivo visa apenas acumular capital e ampliar a exploração, expropriação e controle sobre territórios e seus recursos.

O texto divide-se basicamente em três partes principais. Na primeira descrevo como, no material analisado, há um padrão discursivo ligado a um sistema classificatório dual que ofusca a diversidade de pontos de vista sobre extensão rural. Nele, constrói-se uma visão geral negativa para, por contraste, propor outro cenário intrinsecamente positivo e benéfico. A seguir discorro sobre a retórica da "Nova Ater" e sua purificação em relação a uma "Antiga Ater", levando a uma

argumentação auto-explicativa. Já os últimos dois itens tratam do caráter messiânico por trás da ideia de “conversão agroecológica” e do risco - subjacente a operacionalização de um “enfoque agroecológico” de via única (dita “científica”) - de se reforçar assimetrias de poder entre técnicos e agricultores.

2. DA CONSTRUÇÃO DO “INIMIGO” AO SISTEMA CLASSIFICATÓRIO DUALISTA

Um aspecto se sobressai nos textos escritos sobre Ater de 2003 até 2009: o tom reprovador ao trabalho pretérito de agências de extensão. Tal expediente se dá de forma explícita - em tópicos como “Breve histórico da extensão rural no Brasil” (SOUZA, 2005) - ou diluído no texto. Na PNATER ambos ocorrem. Além do item “Antecedentes históricos” (BRASIL, 2004), são recorrentes alusões negativas ao passado da extensão rural como meio de distingui-lo do que se define como “Nova Ater”, a qual surge como opção às incorreções cometidas, por inferência, pela ultrapassada “Velha Ater”.

Tal reconstrução histórica - isto é, a presentificação seletiva de um contexto anterior em que se escolhe o modo, com que objetivo e o que vai ser contado - remete à crítica ao “modelo de agricultura”, ao “padrão de desenvolvimento rural” e à atuação dos extensionistas (metodologias de trabalho, tipo de público, priorização de atividades etc.) adotados a partir dos anos 1970. De fato, publicações sobre extensão são fartas em citações sobre efeitos da “revolução verde”, “agricultura moderna”, “desenvolvimentismo”, “pacotes tecnológicos”, “agricultura convencional”, “visão produtivista” e “abordagens *top-down*”. Como ilustra a PNATER, tais expressões representam (para técnicos, pesquisadores e burocratas) verdadeiros pecados cometidos por sucessivos governos, organismos multilaterais e entidades encarregadas de propor e executar políticas para o campo, sendo que, entre os pecadores, destacam-se as agências de extensão rural pública - como a antiga Embrater e as Emater -, além, claro, dos seus próprios extensionistas.

A ojeriza ao que representam fica clara em adjetivações como: “efeitos **perversos** da modernização”, “efeitos **deletérios** dos modelos convencionais”, “resultados **nefastos** da revolução verde”, “graves **falhas** das práticas difusionistas”, “consequências **prejudiciais** do padrão convencional”, “caráter **nocivo** da agricultura produtivista”, “adoção de metodologias **domesticadoras**” e “práticas de intervenção

autoritárias", "efeitos **trágicos** das políticas desenvolvimentistas"³ (expressões retiradas de GERHARDT e ALMEIDA, 1999; SOUZA, 2005; CAPORAL, 2008 e 2003; CAPORAL e COSTABEBER, 2003; e CAPORAL e RAMOS, 2006). Em suma, ao falar sobre extensão hoje é preciso antes apontar "**erros** do serviço de extensão rural no Brasil cometidos ao longo de sua existência" (SOUZA, 2005, p.70), sendo a escrita próxima ao modo como os próprios extensionistas atuam numa dada localidade: partem de uma avaliação histórica das práticas adotadas, do "diagnóstico" dos problemas atuais (que depois se tornam "desafios") para então pensar e propor soluções⁴.

Tal padrão discursivo possibilita visualizar o que deveria ser combatido. Ramos e Caporal (2006, p.4), por exemplo, ao criticar a "**modernização conservadora**", acusam "**esse modelo** que norteou a ação extensionista" de "**responsável** pela concentração da terra, êxodo rural, baixa escolaridade no campo, redução da biodiversidade, poluição, contaminação dos alimentos, exclusão social, desvalorização do trabalho na agricultura, empobrecimento no meio rural, entre outros **problemas**". Já para Caporal (2008, p.895) "a **opção ecotecnocrática** (...) não conseguiu superar os **malefícios** sociais, ambientais, econômicos, culturais e políticos engendrados pela **modernização conservadora** baseada nos **pacotes da Revolução Verde**".

Obviamente, não pretendo aqui refutar tais avaliações e muito menos por em dúvida o fato de que, nos últimos 40 anos, políticas agrárias/agrícolas produziram sérias consequências sociais e ecológicas ou que agências de extensão e extensionistas não tiveram papel neste processo. Como se verá adiante, a questão não está em visualizar tais efeitos, mas no que se faz com eles ao gerar um discurso igualmente salvacionista. De todo modo, por ora vale registrar que das avaliações sobre o passado da extensão geram-se duas entidades demiurgas opostas: o mal ("agricultura convencional", "pacotes tecnológicos" etc.), responsável por malefícios perversos, trágicos, graves, nocivos, deletérios, domesticadores, prejudiciais, nefastos e autoritários; e o bem, encarnado na "Nova Ater" e cujas virtudes veremos a seguir.

Mesmo ao se reconhecer eventuais méritos da "modernização conservadora" (ganhos em eficiência, produtividade, competitividade, cumprimento das clássicas "funções da agricultura"⁵ etc.), estes servem

³ Usarei **negrito** para destacar termos-chave contidos em frases e expressões. Já aspas se referem a categorias nativas e, em um ou outro caso, para realçar termos dos quais desejo me distanciar.

⁴ É o caso de Souza (2006), cujo artigo se propõe a avaliar ações de órgãos de ATER nordestinos e tem o título "A extensão oficial no Brasil: uma avaliação diagnóstica".

⁵ A saber: fornecer mão de obra barata para a indústria; gerar oferta de alimentos a preços módicos; suprir matérias-primas para indústrias; equilibrar a balança comercial; consumir produtos intermediários da indústria.

para diminuir, por contraste em relação aos prejuízos causados, sua própria importância relativa. É assim que procede Souza (2005, p.70), que em princípio reconhece: “não há dúvidas quanto à importância dessas alterações [na agricultura] e seus efeitos positivos sobre a economia brasileira. A modernização por que passou a agricultura possibilitou aumento de produtividade, contribuiu para maior inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional”; porém, logo no parágrafo seguinte conclui contra-argumentando:

Por outro lado, não podem ser dissociadas desse processo várias **consequências graves** para a sociedade brasileira (...): acelerado êxodo rural, concentração de terras e renda, degradação ambiental, violência no campo e na cidade (...). Várias análises demonstram que os **custos sociais** citados decorrem, principalmente, da forma como foi conduzido o **processo de modernização** da agricultura brasileira, no qual **tomou parte a extensão rural** (SOUZA, 2005, p.70).

Ao trazer uma tese possível (efeitos positivos da modernização da agricultura) visando destruí-la em seguida (pois a mesma trouxe “consequências graves” e “custos sociais”), constrói-se a imagem de uma extensão que compactuou com um “modelo” responsável por infortúnios ao campo, podendo-se então fixar o que deve ser rejeitado. Tal procedimento encontra-se também na PNATER, onde lê-se: “as crises econômica e socioambiental, geradas pelos **estilos convencionais** de desenvolvimento, recomendam uma clara ruptura com o **modelo extensionista** baseado na **Teoria da Difusão** de Inovações e nos tradicionais **pacotes da ‘Revolução Verde’**” (BRASIL, 2004, p.5).

A recorrência deste tipo de argumentação acabou por gerar um senso comum entre técnicos e especialistas: a “Antiga Ater” seria parte causadora destes custos, consequências e crises. Contudo, embora a constatação possa parecer banal ao leitor informado, é justamente o efeito persuasivo desta banalidade sobre quem trabalha com extensão que faz com que uma mensagem lhe passe despercebida: cria-se, a partir da construção de um cenário ignóbil, uma sensibilidade e um estado cognitivo propício para que um sistema de pensamento coerente se apresente, se não como incontestável, ao menos como desejável e necessário. Em suma, é-se levado a ansiar por um salvador, um rumo, uma diretriz e uma orientação que se contraponha ao mal cometido.

Diesel *et. al.* (2007, p.2) perceberam tal artifício contrastivo (bem-mal) presente no “debate participativo” que resultou na PNATER: “nos textos de apoio à apresentação da Política Nacional recorre-se a

estratégia didática de **contraposição** desta com as orientações dominantes no **período anterior** (a 'Extensão Rural Agroecológica' versus 'Extensão Rural Convencional)'). Referindo-se a PNATER, os autores propõem um quadro onde dispõem lado a lado estas duas "extensões" e afirmam: "as mudanças de orientação ficam bem evidentes quando se examina a contraposição das características do 'velho' e do 'novo' modelo de ATER" (*ibidem*, p.3). Mas, além disso, o que o texto identifica como "estratégia didática" vincula-se a um caráter básico da PNATER e textos de apoio: ambos possuem um padrão argumentativo dual. Toda proposição traz um sistema binário de pensamento: período anterior / período posterior; velho modelo / novo modelo; extensão convencional / extensão agroecológica. Ou seja, mais do que estratégia didática, a "contraposição" é parte constituinte do modo de argumentação.

Mesmo autores críticos à PNATER recorrem ao passado visando contrastá-lo com o presente a partir de análises polarizadas. É o caso de Fiúza *et. al.* (2007), que, no circuito de publicações sobre Ater, estão entre as vozes dissonantes em relação à "mudança de orientação". No artigo "A politização da agroecologia: uma reflexão crítica", também há um item retrospectivo: "A crise do modelo agrícola produtivista e a extensão rural de caráter difusionista", no qual se faz "uma historicização da crise do modelo difusionista de Extensão Rural" (*ibidem*, p.24). Mas o texto pretende de fato criticar a "mudança de orientação de um modelo produtivista de intervenção para outro agroecológico". E, para "desconstruir" o "modelo agroecológico", evocam o "modelo produtivista", enaltecendo-o ao criticar o que denominam de "generalização": "não necessariamente a agricultura produtivista é sinônimo de destruição da natureza (...); nem, entretanto, a agroecologia é sinônimo de segurança alimentar". Também aqui se vê o padrão argumentativo binário: "agricultura agroecológica" x "agricultura produtivista"; e, tal como na PNATER, ao restringir o discurso às duas "agriculturas", nada resta fora deste campo de possibilidades, limitando-se o debate à defesa/ataque de uma ou outra.

Sobre o artigo de Fiúza *et. al.* (2007), o argumento sobre a suposta incapacidade da agricultura "de base agroecológica" garantir segurança alimentar parece ser, no mínimo, ingênuo, visto que produzir alimentos está intimamente ligado a opções políticas que, por sua vez, implicam elaboração de políticas agrícolas/agrárias específicas. Exemplo: se nos anos 1970 todo o crédito, pesquisa e extensão rural tivesse sido direcionado para este tipo de agricultura, como seria hoje a "eficiência" da agricultura "não-convencional" em termos de rendimento, produtividade etc.? Já em relação à afirmação de que a técnica "não decorre de uma conformação pela disputa de poder e riqueza dentro da

sociedade” (*ibidem*, p.25), ora, como desconsiderar o contexto de “poder e riqueza” em que técnicas são produzidas? Afinal, quem financia a pesquisa agropecuária, de onde vêm os cientistas que a produzem, quais as demandas das agências governamentais e o grau de interferência de empresas privadas?

Adiante o artigo assume ainda um tom voluntarista ao se referir à “responsabilidade dos cientistas sobre as técnicas e tecnologias que produzem”. Como se estes tivessem o dom iluminado e ilustrado de “vislumbrar as possíveis consequências de seus experimentos” e prever todos “os riscos sociais de seus inventos” (*op. cit.*, p.28). Ao invés de uma consciência invisível a orientar a ação de cientistas, a precaução passa pela criação de mecanismos de controle social, democratização do acesso e regulação da produção científica feita, sim, a partir de avaliações éticas e políticas (até porque a não regulação é também uma opção política). Tal debate extrapola a esfera da responsabilidade pessoal do cientista e adentra no campo dos valores em disputa numa dada sociedade; valores construídos historicamente a partir de lutas concretas protagonizadas por sujeitos reais (portanto, que envolvem o jogo por “poder e riqueza”).

Voltando ao padrão dual, vimos que, antes de propor soluções, primeiro se diagnostica erros cometidos por quem planeja e põe em prática políticas de Ater. Como resultado, fixa-se a comparação entre uma situação anterior, **concreta** e indesejável, contrastada com outra situação futura, **idealizada** e a ser alcançada num tempo vindouro. Já entre uma e outra (ou seja, no presente), recorre-se a ideia de **passagem**, interregno vivido entre um antes e um depois que, por sua vez, faz sentido e sensibiliza um seletor público destinatário da referida mensagem salvadora. Como se verá ao final, é justamente esta espécie de cruzada utópica a apontar no horizonte um mundo (ou ao menos uma agricultura) melhor está na base do caráter messiânico contido na ideia de “transição agroecológica”.

Críticas condenatórias à revolução verde, difusionismo e agricultura convencional servem para conjurar e expurgar o que se quer reprovar, sendo que, após reconhecer o que seriam “erros” em termos de ações, diretrizes, abordagens e metodologias, é preciso indicar outro “rumo” a ser seguido. Daí a prática comum de primeiro discorrer sobre políticas ineficientes, metodologias inapropriadas, estratégias ineficazes, diretrizes inadequadas para, depois, oferecer o que se julga ser a “solução” (eficiente, apropriada, adequada, desejável). Esta busca por dizer o que seria correto e eficaz se expressa no uso corrente da expressão “sucesso da Nova ATER”, levando à necessidade de propor “indicadores” para medir este “sucesso” (CAPORAL e RAMOS, 2006).

Ocorre que tais indicadores excluem justamente a possibilidade do “insucesso”. Como esta não é uma alternativa, trata-se apenas de

medir quão bem-sucedida seria a “Nova Ater”, o que, curiosamente, aproxima seus defensores dos que estiveram por trás das políticas de extensão nos anos 1970: para ambos o fracasso não era/é opção. Ademais, como os difusionistas de então, muitos agroecólogos, além de compartilhar “o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural” (BRASIL, 2004, p.4), comungam uma mesma crença: de que estavam/estão no rumo certo, ou seja, a despeito dos anos que os separam, o peso de suas certezas quanto ao teor de sua “missão” os aproxima. O resultado da primeira doutrina já foi descrito, quicá o da segunda, caso se efetive, venha a ser daqui alguns anos por outro repensar da extensão.

3. SETE MANDAMENTOS: SER PARTICIPATIVO, MULTIDISCIPLINAR, DIALÓGICO, CONSTRUTIVISTA, HOLÍSTICO, SISTÊMICO, DEMOCRÁTICO E AGROECOLÓGICO

Mas como se dá o funcionamento de esquemas argumentativos dicotômicos baseados no contraste negativo-positivo? Como se estrutura e a partir de quais categorias? Tomemos um fragmento de Caporal e Ramos (2006, p.3): “a **nova orientação** opõe-se à prática histórica da Extensão Rural (...) baseada na **teoria da difusão de inovações** (...) tendo como objetivo a **‘modernização conservadora’** da agricultura”. Outra vez define-se o mal (“modernização”, “difusão”) antes de propor a solução (a “nova orientação”). E quais as “bases conceituais da nova orientação”? As ditadas na PNATER nos itens “Princípios e Diretrizes” e “Orientações Metodológicas”, onde lê-se:

A nova Ater pública deve atuar adotando um **enfoque holístico** (...), **abordagem sistêmica** (...), **abordagem multidisciplinar** e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos **enfoques** metodológicos **participativos** e um **paradigma** tecnológico baseado nos princípios da **Agroecologia** (...); a intervenção dos agentes de Ater deve ocorrer de forma **democrática**, adotando **metodologias participativas**, sendo ‘a intervenção dos agentes de Ater (...) exercida mediante uma **relação dialética e dialógica** com os agricultores’ (BRASIL, 2004).

Tanto na PNATER, textos de apoio e outros que a citam depois de publicada há uma circularidade discursiva, isto é, uma argumentação tautológica (ver adiante) com base na invenção de um sistema de

oposições binárias simplificadoras. Assim, ao conjunto (**positivo**) “paradigma agroecológico”, “metodologias participativas”, “intervenção democrática”, “conhecimento multidisciplinar”, “enfoque holístico”, “relação dialógica”, “pedagogia construtivista”, se opõe outro conjunto (**negativo**) composto pelo “padrão convencional”, “abordagem difusionista”, “intervenção autoritária”, “enfoque cartesiano”, “prática paternalista”, “pedagogia tradicional”, “saber disciplinar”.

Estes dos conjuntos de significantes estruturam a matriz simbólica de um sistema de pensamento/ação. Se o primeiro indica os alicerces epistemológicos, metodológicos, empíricos e pedagógicos da “Nova Ater”, ele só faz sentido quando contraposto ao outro grupo, pois, para se sustentar, precisa estar a ele referido. Dessa matriz bipolar fixa-se certas ideias-força objetivadas na forma de sete mandamentos ou virtudes (ditas “diretrizes”) - ser agroecológico, participativo, democrático, multidisciplinar, construtivista, holístico e dialógico - que, por sua vez, se opõe a outro conjunto de ideias ou pecados, ambos, porém, integrando um mesmo universo dual composto por dois mundos (-/+) invertidos. Ao final, tal sistema de oposições fixa princípios de visão/divisão do mundo (BOURDIEU, 1989) que delimitam, cognitiva e emocionalmente, o que pode ou não ser almejado, observado, planejado e executado. Da mesma forma, práticas que visem modificar este mesmo mundo (no caso, rural) acham-se presas a esta polarização.

Tabela 1 – Sistema de classificação bipolar contido na PNATER

Sinal Positivo (+)		Sinal Negativo (-)
Paradigma agroecológico	X	Padrão convencional
Metodologia participativa	X	Abordagem difusionista
Enfoque holístico	X	Enfoque cartesiano
Intervenção democrática	X	Intervenção autoritária
Pedagogia construtivista	X	Pedagogia tradicional
Conhecimento multidisciplinar	X	Saber disciplinar
Relação dialógica	X	Prática paternalista

Fonte: elaborado pelo autor.

Mas se “contra o mal extraordinário o poder se levanta, inventa novas engrenagens, compartimenta, imobiliza, quadricula”, tal fechamento epistêmico constrói uma “sociedade perfeita [que] impõe um funcionamento ideal, mas que no final se reduz, como o mal que combate, ao dualismo simples vida-morte” (FOUCAULT, 2009, p.194). Ao ser institucionalizado numa política pública nacional, este sistema dual de classificação ganha forte legitimidade perante profissionais de extensão rural. Ainda que muitos se sintam contrariados, reticentes ou readaptem e sabotem as diretrizes (agroecológicas, participativas, dialógicas, holísticas,

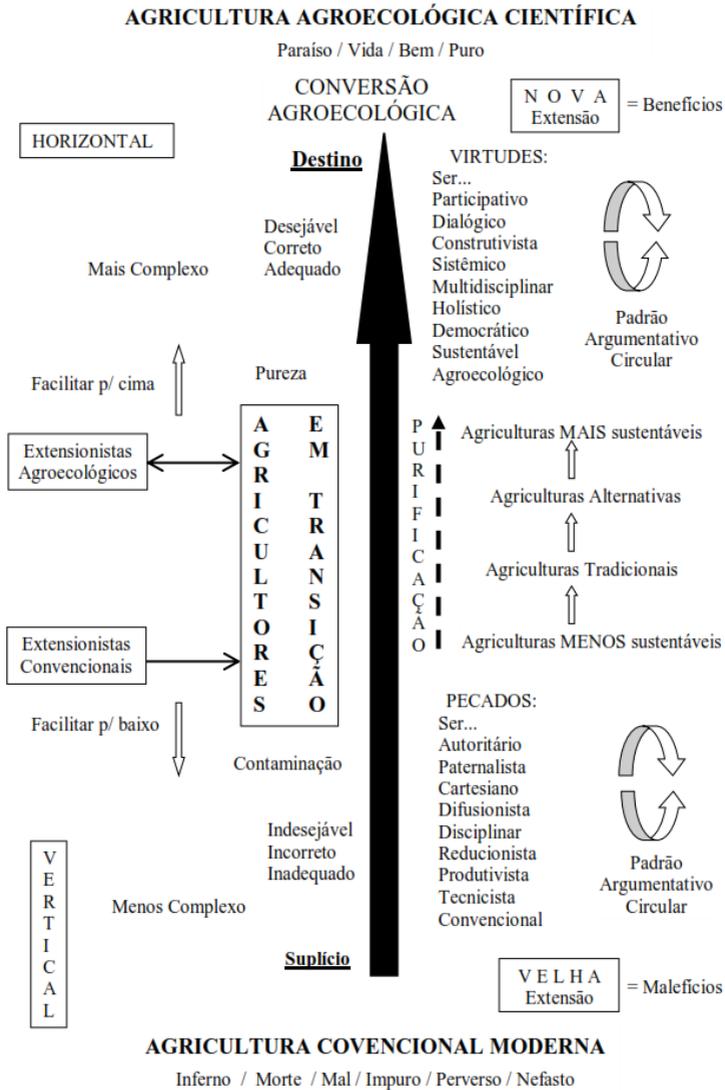
democráticas, construtivistas) da PNATER - sobretudo aqueles com atuação marcada pela "difusão da agricultura convencional" -, algum nível de constrangimento lhes será imposto. Apesar de subversões serem possíveis, a depender de como mecanismos de convencimento, adestramento, vigilância e coerção se efetivem, seu caráter dual, idealizado e disciplinador já se acha previamente instalado.

Em certa medida, tais expressões viram artefatos performáticos usados para persuadir, acusar, manipular, enaltecer, sendo que o ato constante de rotular agriculturas, pensamentos, pessoas e metodologias sob a lógica do "ou isto ou aquilo" (naturalizado em oposições do tipo "convencional x agroecológico", "holístico x cartesiano", "difusionista x participativo") cria e reforça um contexto de luta do bem contra o mal. Tendo em vista seu caráter positivo/desejável, os sete mandamentos dificilmente são postos em questão, fechando uma caixa-preta que, exceto em situações específicas em que disputas de poder vêm a tona, dificilmente é reaberta. Mesmo eventuais críticas reforçam o fato de que não é possível ignorá-las. Fiúza *et. al.* (2007), por exemplo, têm de se apropriar das categorias da PNATER para almejar "desconstruir" sua "orientação agroecológica".

Já sobre o caráter estigmatizante por traz do sistema binário descrito acima, Caporal (2003, p.6) não poderia ser mais explícito ao reconhecer: "na atualidade, é corrente a utilização de algumas **dicotomias** para o contraste entre diferentes abordagens dos programas de desenvolvimento, o que nos parece **adequado** quando se trata de extensão". De fato, o autor parece ter razão, pois tal modo de pensar tem efeito mental reconfortante: nele tudo se encaixa, tudo pode ser explicado, incluindo a origem de todo o mal e seus "efeitos maléficos", a certeza de que se pode vencê-lo e a resposta à pergunta: "para onde vamos?". Além deste atributo cosmológico, têm-se ainda ferramentas cognitivas para definir como as coisas funcionam e identificar o que e quem se deseja elogiar, rivalizar, antipatizar ou repelir.

Como na análise de Lévi-Strauss (1982, p.187) sobre o dualismo nas relações de parentesco, o sistema classificatório na PNATER tem "um caráter funcional regulador", pois torna possível "distribuir os membros da comunidade". No caso, esta comunidade pode ser formada por quem atua em instâncias onde se discute políticas de extensão, pelos próprios agentes de extensão ou estendida à conduta de agrônomos em geral, com fazem Norgaard e Sikor (2002), por exemplo, ao se referir às "diferenças fundamentais entre agrônomos convencionais e agroecólogos". Assim, baseado nos rótulos disponíveis, pode-se acusar a ação de um técnico de tecnicista ou elogiá-la como participativa, qualificar sua prática de multidisciplinar, mas também de difusionista.

Figura 2 – Estrutura cosmológica da “Agroecologia Científica”



Fonte: Figura elaborada pelo autor.

Por outro lado, a amplitude semântica dos sete mandamentos dá plasticidade ao sistema classificatório, o que leva a outra analogia com a análise de Lévi-Strauss sobre "divisões manterem relações complexas". Assim, é possível opor difusionista não a participativo, mas a construtivista; autoritário não a dialógico, mas a participativo; cartesiano não a holístico, mas a dialógico; disciplinar não a sistêmico, mas a interdisciplinar; convencional não a agroecológico, mas a holístico; produtivista não a agroecológico, mas a sustentável e assim por diante. Apesar da equivalência (negativa e antinômica) ser maior entre algumas expressões, elas são até certo ponto intercambiáveis.

Mas se há certo oportunismo e banalização no uso destas expressões, isto não deve ser visto de modo pejorativo (como prática para se aproveitar da circunstância e dela tirar proveito), mas no sentido de algo que encaixa bem no momento, isto é, que "cai como uma luva". Numa ótica austiniana⁶ (AUSTIN, 1965), criadas as "condições de felicidade" semântica e pragmática para um enunciado, passa a ser óbvio rotular a visão de um agrônomo como produtivista ou a de um extensionista como cartesiana. Ainda que o efeito estigma produzido dependa do contexto enunciativo e da autoridade da fala do locutor, o caráter performático das expressões (significantes que condensam um imaginário coletivo incorporado) faz com que sirvam para acusar, denunciar, elogiar ou exaltar algo ou alguém. Daí seu uso corriqueiro em textos sobre extensão rural.

Por outro lado, reforça-se a garantia de coerência e o poder de classificar quando se operacionalizam categorias a partir de níveis de grandeza baseados num *continuum* entre dois polos antagônicos ideais, abrindo com isto a possibilidade de "passagem" ou "transição" de um lado para outro, de uma agricultura para outra, de uma prática para outra, de uma metodologia para outra. Caporal (2003, p.7), por exemplo, ao adotar tal procedimento para se contrapor a "certas posições imobilistas, inclusive na formulação de políticas públicas voltadas para a agricultura", fala em "**desenvolvimento mais sustentável**", "padrões de **produção e consumo mais sustentáveis**", "mudança para **práticas mais sustentáveis**", "**sistemas produtivos mais sustentáveis**", "**agriculturas mais sustentáveis**" e "**agroecossistemas mais sustentáveis**".

Ocorre que a inclusão do advérbio de intensidade "mais" permite propor gradações genéricas - imprecisas, mas pertinentes -, abrindo uma

⁶ Segundo a teoria dos atos de fala (*op. cit.*, 1965), as "condições de felicidade" de um enunciado (seu efeito prático) reside no reconhecimento pelo outro da autoridade de quem fala e num contexto que confere inteligibilidade e propensão para se aceitar o que é dito. Se tais condições não são satisfeitas, o ato de fala fracassa e se anula.

cadeia infindável de possibilidades hierarquizadoras. Exemplo: uma agricultura convencional seria **menos** sustentável que outra em transição, esta **menos** sustentável do que uma do tipo agroecológica, que seria **mais** sustentável do que uma agricultura tradicional. Mesmo exercício pode ser feito com modos de vida, tecnologias, práticas pedagógicas e sistemas de cultivo ou criação, sendo que ao estender a gradação mais/menos aos pares participativo-difusionista, construtivista-autoritário, dialógico-paternalista, holístico-cartesiano, quase tudo poderá ser situado dentro de um *continuum*, tendo-se: agrônomos mais cartesianos, sistemas produtivos mais convencionais, agricultores menos agroecológicos, decisões menos participativas, abordagens científicas mais holísticas, relação técnico-agricultor mais dialógica⁷.

Para tanto, basta escolher o critério (de preferência mensurável) de julgamento, como fazem Caporal e Ramos (2006) ao propor "indicadores" que evitem "posições imobilistas" e permitam sua operacionalização "pragmática". Mas com base em que seriam pensados tais indicadores? Segundo Caporal e Costabeber (2002b, p.2), do "enfoque Agroecológico", o qual "corresponde à aplicação de conceitos e princípios (...) no manejo de agroecossistemas que queremos que sejam **mais sustentáveis**". E como escolhê-los? Segundo o texto, viriam do "enfoque científico da agroecologia", isto é, da pesquisa (holística, participativa, dialógica) de agroecólogos que, como juizes, diriam quais critérios adotar para "medir" quem seria "mais agroecológico", podendo-se auferir assim o grau de "sucesso" das ações rumo à "transição agroecológica".

Ainda que tal classificação sirva "como método aplicável à solução de múltiplos problemas" (LÉVI-STRAUSS, 1982, p.121), ela se aproxima da visão que imperava no auge da "modernização conservadora", visto que, como percebeu um autor santificado na "Nova ATER", também se deseja "ir até a outra parte do mundo (...) para, a sua maneira, 'normalizá-la'. Para fazê-la mais ou menos semelhante ao seu mundo" (FREIRE, 1983, p.13). Já sobre o termo "sustentável", talvez esta seja a noção mais plástica incorporada ao discurso oficial

⁷ São diversas as analogias com o sistema dual acima. Ao tomar o par heterossexual-homossexual, por exemplo, sempre se pode dizer que alguém é "mais ou menos gay" a partir de critérios "objetivos". No caso masculino, alguém tido como "efeminado", por exemplo, irá tender a ser visto como "mais gay" do que quem se porta com "sobriedade", o mesmo valendo para aquele que usa roupas ou adereços femininos em relação a quem traja vestimentas masculinas. Da mesma forma, se sou "ativo" sexualmente dentro de uma relação homossexual, ao senso comum aparento ser menos gay do que quem é "passivo" e se sou bissexual, ainda "menos gay" do que quem só tem relações sexuais com indivíduos do mesmo sexo, formando com isto outro *continuum* que se estende por entre os arquétipos: gay passivo, gay ativo, bissexual passivo na relação homossexual, bissexual ativo e, por fim, heterossexual. Outro exemplo para o par masculino-feminino se encontra em Bourdieu (1999).

sobre extensão rural, sendo uma das razões de ter sido mantida na Lei de ATER de 2010. Adjetivo com alto grau de indeterminação, seu poder de se acoplar a outras palavras transforma-o em um curinga, espécie de carta muda do jogo usada para encher, com um pouco mais de vazio, a opacidade de sentido de noções como "desenvolvimento rural", por exemplo, agora dito "sustentável". Mas não só, pois, estando sempre referido ao seu oposto ("insustentável"), tudo pode ser etiquetado como "mais ou menos" sustentável, desde técnicas, sistemas de cultivo, energias, modos de vida, agriculturas até tratores, negócios e pessoas⁸.

Ao final, a referência ao desenvolvimento sustentável (repetido 50 vezes em 21 páginas) na Pnater confere uma cansativa retórica marcada por frases circulares do tipo: "contribuir para a promoção do desenvolvimento rural **sustentável** (...) na potencialização do uso **sustentável** dos recursos naturais" (BRASIL, 2004, p.7). O mesmo ocorre em Caporal (2008), que cita a máxima auto-explicativa: "mais complexo, mais sustentável; menos sustentável, menos complexo". Como mais-menos sustentável, também a ideia de "complexidade" supõe uma escala que vai do pouco complexo (ruim) ao muito complexo (bom). Em suma, seja na forma polarizada (positivo/negativo;) ou como *continuum* (mais/menos) entre dois polos ideais, se está diante de uma classificação imprecisa usada para classificar algo precisamente.

3.1. Tautologia discursiva e purificação da "Nova Ater"

Vimos que, ao escrever sobre extensão rural, antes é preciso indicar seu lado maligno e apontar pecadores e seus pecados para então propor "novas orientações". Talvez a objetivação máxima deste esforço de purificação seja a repetição do termo "novo" em textos sobre extensão rural. De início, Costabeber e Caporal (2002b, p.2-6) pleiteiam: "atuar nessa **nova perspectiva** requer uma **nova postura** de trabalho, um **novo papel** e um **novo perfil**"; a seguir sugerem que "entidades públicas" teriam se "adequado às proposições que orientam uma **nova prática** de ATER", sendo preciso adotar "**novos indicadores** para **medir o sucesso** da Ater"; por fim, propõem "**novos desafios** (...) para qualificar os serviços numa **perspectiva inovadora**".

Lembrando o que na música se conhece por obstinado (frases curtas repetidas de modo persistente), referências a uma era inovadora

⁸ Note-se que aqui não há limite, visto assistir-se hoje a uma espécie de "ditadura da sustentabilidade" em que todo um léxico se instala como obrigatório. Embora objeto de disputa, junto com o termo "desenvolvimento" ambas as noções viraram "categorias fundacionais" para as sociedades ocidentais contemporâneas (BARRETO-FILHO, 2006), não havendo possibilidade de um olhar crítico fora da referência à sustentabilidade.

são recorrentes em textos sobre extensão rural. Ramos e Caporal (2006), Caporal (2003) e Caporal (2008) citam: “novo **processo** de transição agroecológica”, “novas **exigências** da sociedade”, “nova **perspectiva**”, “novo **profissional**”, “novo **profissionalismo**”, “novo **enfoque** para a ação extensionista”, “novas **relações** entre agentes e beneficiários”, “profissionais preparados para os desafios da nova **realidade**”; “novas **bases teóricas** para a extensão”; “novos **modos de aprendizagem** e conhecimento”, “nova **política** de ATER”; “novo **modo** de fazer Ater”, “nova **abordagem** de desenvolvimento”; “nova **prática extensionista**”; “nova **forma de gestão**”; “novo **serviço público** de extensão rural”; “Nova Ater adotando um novo **enfoque**, novos **objetivos** e nova **metodologia**”; “nova **missão**”; “novo **marco** para o extensionismo”; “novos **compromissos** com a clientela da Nova Ater para construir novas **relações** entre agentes e beneficiários”; além da “Agroecologia fornece[r] um novo **instrumental**” e “profissionais da Extensão Rural Agroecológica deve[re]m assumir novos **conceitos, valores e comportamentos**, ademais de novos **métodos**”.

Em Caporal (2003) e Ramos e Caporal (2006), ambos com 16 e 23 páginas, novo e nova são repetidas 66 e 60 vezes. Mas o culto a novidade repete-se na PNATER (*op. cit.*, p.3), onde lê-se que o Estado “poderá oferecer com um **instrumento** verdadeiramente **novo** e capaz de contribuir (...) para a construção de **outros** [equivalente de “novos”] **estilos** de desenvolvimento rural”. Já nos “Princípios e diretrizes” consta que “aparatos públicos de Ater terão que transformar sua prática convencional para (...) atender as **novas exigências** da sociedade”, tendo o “modelo difusionista”, “pacotes da Revolução Verde” e “estilos convencionais de desenvolvimento” de ser “substituídos por **novos enfoques** metodológicos e **outro paradigma** tecnológico que sirvam como base para que a extensão rural pública possa alcançar **novos objetivos**” (*op. cit.*, p.5). Em suma, sob este tipo de pensamento circular tem-se que: “novas exigências” conduzem a “novos enfoques” que, por sua vez, levam a “novos objetivos” que, ao final (ou recomeço), atendem as “novas exigências”.

Tautologia parecida acha-se em outros dois trechos: “o **desenvolvimento sustentável** almejado pelo país supõe o estabelecimento de estilos de **agricultura, extrativismo e pesca** igualmente **sustentáveis**”; “esta **nova responsabilidade**(...) ocorre quando o **imperativo** socioambiental e as **novas exigências** da sociedade determinam a necessidade de implantação de uma **renovada** (...) **política** de Assistência Técnica e Extensão Rural” (*op. cit.*, p.6-3). Resumindo: “novas exigências” de “novas responsabilidades” geram uma “política renovada” que atende “novas exigências” através de “novas responsabilidades”.

Adiante fala-se ainda sobre a urgência da extensão rural adotar "missão, objetivos, estratégias, metodologias e práticas compatíveis com os requisitos deste **novo processo**"; isso, claro, sem deixar de estabelecer a seguir o contraste: "ao contrário da prática extensionista convencional, a Nova Ater pública deve estabelecer um **novo compromisso** com os seus beneficiários. Isto exige uma **nova postura** institucional e um **novo profissionalismo**" (*op. cit.*, p.6). E seguem citações à "**novos enfoques** metodológicos", ao "**novo paradigma**", aos "elementos-chave para o **novo serviço** de Ater", à "**Nova Ater** dever organizar-se", à "Agroecologia considerando a amplitude conceitual deste **novo enfoque científico**"⁹. Em suma, para purificar a extensão rural, "paradigma", "instrumento", "enfoque", "processo", "políticas", "postura", "compromisso", "serviço", "objetivos", "profissionalismo" e "responsabilidade" devem renascer e, se incluirmos todos os artigos citados até aqui, soma-se a tal renovação: "exigências", "perspectivas", "profissionais", "modos de aprendizagem", "metodologias", "relações", "modos de fazer", "bases teóricas", "serviços públicos", "práticas", "formas de gestão", "missão", "métodos", "abordagens", "marcos", "relações entre agentes e beneficiários", "conceitos", "comportamentos", "valores" e "conhecimentos".

Redimida a vida pecaminosa de extensionistas infieis que transferiam pacotes tecnológicos, seguiam abordagens difusionistas, adotavam posturas autoritárias e viam o mundo de modo cartesiano, nasce, como flor imaculada e não corrompida, a "Nova Ater". Mas repare-se que não se trata de reformar, mas sim de inverter, pois reformar implicaria levar algo da velha ATER, o que, considerando seu passado, não seria só indesejável, mas algo interdito e mesmo condenável. Além disso, a distinção "novo-velho" se soma ao padrão dual já visto, dando um caráter temporal ao sistema de oposições, definindo-se assim um antes (-) que se opõe a um depois (+), sendo o agora vivido como "transição" (que restabelece o *continuum*) a ligar ambos os tempos.

Mas, voltando a citação de Foucault (2009, p.194), ainda assim "a sociedade perfeita [holística e participativa] impõe um funcionamento ideal que no final se reduz, como o mal que combate, ao dualismo simples vida-morte". Como se vê, outra vez o viés catequizador, que sobrevive desde o nascimento da extensão rural no Brasil (FONSECA, 1985), aproxima a PNATER do que seu conteúdo pretende contrapor.

⁹ Nas 21 páginas da PNATER, "novo/a" e "inovadora" são mencionados 30 vezes. Além disso, a partir da publicação da PNATER, em 2004, seu conteúdo passou a ser literalmente reproduzido por outros autores. É o que faz Ramos (2006). Ao citar "avanços e desafios" da "Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil", nas nove páginas deste pequeno texto "novo", "nova" e "renovada" são repetidos 21 vezes.

Como uma ordem religiosa, a extensão rural desde o final dos anos 1940 possui uma "missão" a ser cumprida. Ocorre que, ao serem explicitadas neste "novo testamento" do extensionista, suas diretrizes conferem a este o papel de fazer a ponte entre dois mundos, tendo técnicos, engenheiros agrícolas, agrônomos, veterinários, profissionais da saúde e assistentes sociais a missão de levar a palavra agroecológica aos "beneficiários".

Tal dimensão doutrinária condiz com a terminologia adotada, visto o próprio termo usado para se referir ao público da extensão possuir, por si só, um viés paternalista, afinal, benefício tem como sinônimos graça, dádiva e favor. Trata-se de intermediar algo (saber, método, técnica, no caso, agroecológicos) concedido por uma entidade transcendente (Emater, ONG ou governo de ocasião) à realidade vivida e que ali se instala através de seus intercessores. Assim como no catolicismo um cristão recebe uma dádiva de Deus, agricultores receberiam um "benefício" de agências de extensão via extensionistas. Já estes arautos da "transição", tal como padres fazem a mediação entre Aquele e seus fiéis, atuariam como "facilitadores da conversão agroecológica" de sua "clientela"; salvando-a por meio de sua "agroecologização"¹⁰.

Mas, se poderia indagar, por que atingidos pelos serviços de extensão seriam só beneficiários? Afinal, como se sabe, historicamente muitas práticas extensionistas não foram benéficas, mas sim prejudiciais aos agricultores, possibilidade esta convenientemente ocultada na PNATER e demais textos aqui citados, preocupados que estão em medir o grau de "sucesso da Nova Ater". Sem falar no fato de que a oposição novo/velho fortalece a ideia de "urgência", de algo "inadiável", "imperativo", "que urge" (CAPORAL, 2008), consagrando o presságio da transição como fato consumado, destino inexorável que cedo ou tarde levará os beneficiários a sua "conversão agroecológica". Certeza esta que faz com que, sob a "nova orientação", tudo o que for associado à velha Ater (símbolo do obscurantismo extensionista) deva ser eliminado e condenado, imolando-se assim uma rediviva Nova Ater (holística, participativa, dialógica) por meio de uma nova prática, nova agricultura, novo modelo, novo desenvolvimento e, com a transição agroecológica, de uma "nova revolução paradigmática" a aliviar o sofrimento dos que padecem com a "agricultura convencional". Contudo, é preciso reconhecer que tal procedimento não é de agora. Neves (1987, p. 343), por exemplo, notou a prática purificadora de apagar o velho e impor o novo à época dos "processos de modernização", que, segundo ela, fundam-se "num modelo

¹⁰A este caráter evangelizador se junta seu oposto, sendo comum a demonização, com permissão do eufemismo, do "lado escuro da força", ao qual são imputados "perversidades" e "efeitos deletérios", pois, para remir a culpa da antiga Ater e libertá-la do passado indigno é preciso conjurá-la; daí surgindo, invertida e convertida, a Nova Ater.

de desenvolvimento que visa superar o **ex-novo** que se tornou tradicional. Cada **processo** se apresenta como **único e válido, negando ou desqualificando ações e pressupostos** antes dirigidos à agricultura". E, mostrando como então já se adotava a linguagem da ruptura com o passado, segue a autora (*op. cit.*, p.346):

No início da década de 70 começa a ser formulado o **novo modelo** de desenvolvimento agrícola (...). Da perspectiva dos idealizadores da EMBRAPA, a criação desta instituição **representa uma ruptura** na forma como a agricultura é pensada. O processo da **nova agricultura**, fundada em bases científicas, supõe a superação do atraso. Consideram que o aspecto fundamental de caracterização desse **novo quadro** é a ênfase na pesquisa e no uso da ciência e tecnologia. Nesse quadro se forjam as **novas políticas públicas**.

Ora, seria perfeitamente possível reescrever os trechos citados acima (sem perda de sentido e sem alterar sua estrutura) substituindo alguns termos (abaixo em *italico*) por outros contidos na PNATER:

processos de *agroecologização* que se dirigem à agricultura *familiar* fundam-se num modelo de desenvolvimento que supere o *ex-novo* que se tornou *convencional*. Cada processo se apresenta como único e válido, negando ou desqualificando ações e pressupostos antes dirigidos à agricultura (...). No início da década de *2000* começa a ser formulado o **novo modelo** de desenvolvimento *rural* (...). Da perspectiva dos idealizadores da *PNATER*, a criação desta *política* representa uma **ruptura** na forma como a agricultura é pensada. O processo da **nova agricultura**, fundada em bases científicas *agroecológicas*, supõe a superação da *modernização conservadora*. Consideram que o aspecto fundamental de caracterização desse **novo quadro** é a ênfase na pesquisa e no uso de *métodos participativos* e *enfoque sistêmico*. Nesse quadro se forjam as **novas políticas públicas**.

Note-se: o texto original se refere à convicção de burocratas, extensionistas e cientistas dos anos 1970 de que eliminar a agricultura tradicional em prol da agricultura moderna seria algo bom para os próprios agricultores, sendo os textos de apoio da época produzidos pelos órgãos de extensão explícitos quanto à pretensão, contida na PNATER, de ajudar a “melhorar a qualidade de vida no campo”. O que, por sinal, lembra outra vez a confiança dos textos analisados aqui na transição da agricultura moderna para a agroecológica e no “sucesso” da Nova Ater e de seus “benefícios” para os agricultores.

4. RETÓRICA CIRCULAR, MESSIANISMO E “TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA”

Das sobreposições entre PNATER e textos de apoio, a mais evidente refere-se ao “enfoque agroecológico”. Caporal e Costabeber (2000, p.2-4), por exemplo, defendem “a adoção da Agroecologia como **paradigma diretivo** da ação extensionista”, sendo que ela “oferece **ferramentas**” para “subsidiar a intervenção da Nova Extensão Rural e a promoção do desenvolvimento rural sustentável”. Porém, decorridos quatro anos, “ferramentas” e “diretiva” entraram na PNATER e o enfoque agroecológico tornou-se “objetivo dos serviços públicos de Ater”; estes devendo “estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável (...) adotando os **princípios da Agroecologia** como **eixo orientador das ações**”; já nas “orientações estratégicas”, a Ater “deve orientar a construção de sistemas produtivos e estratégias de desenvolvimento rural sustentável norteados pelos **princípios da Agroecologia**, considerando a amplitude conceitual deste novo **enfoque científico**” (BRASIL, 2004, p.10).

Já no caso da “**transição agroecológica**”, como ela “**já vem ocorrendo** em várias regiões” (*op. cit.*, p.6), estaria em curso a “passagem [para] estilos sustentáveis de produção”, levando a extensão rural a adotar “estratégias que levem a enfoques de desenvolvimento rural sustentável e, também, à **transição a estilos sustentáveis de produção**” (*op. cit.*, p.12). Aqui outra vez se repete o padrão circular de voltar ao ponto de partida: a passagem a estilos sustentáveis de produção faz com que serviços de Ater incorporem estratégias que levem à transição a estilos sustentáveis de produção. E, pouco antes deste trecho, vê-se mesma retórica auto-explicativa: “com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de **estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade**, a Agroecologia proporciona as bases científicas para apoiar o processo de **transição a estilos de agricultura sustentável**” (*op. cit.*, p.9); ou seja: implantar estilos de agricultura com maiores níveis

de sustentabilidade via Agroecologia levaria a transição a estilos de agricultura sustentável.

A tautologia acha-se também em Caporal e Ramos (2006, p.5), para quem a "Extensão Agroecológica" seria "um processo de intervenção (...) com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento". Cortando apostos, diz a frase: "a Extensão Rural Agroecológica seria um processo [com] o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento [que adota] os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento".

Mas a crença na transição agroecológica ganha destaque na PNATER (*op. cit.*, p.21) no tópico "Capacitação para a transição", onde consta que ela terá "um conteúdo capaz de **formar os profissionais** para atuarem como agentes de desenvolvimento local", sendo que, para que seja viabilizada a proposta de **capacitação para a transição**, o Dater promoverá um amplo processo de "**formação de formadores**". Dois anos após, Caporal e Ramos (2006, p.9) reforçaram tal pretensão: "a mudança para práticas mais sustentáveis (...) exigirá que os **facilitadores** sejam, além de tecnicamente **bem treinados, capacitados** para que desenvolvam as **habilidades necessárias**". O que é compreensível, pois a escassez de agroecólogos implica "treinar", "capacitar" e "formar" extensionistas para "animar" e "facilitar" aos agricultores sua "conversão agroecológica".

Mas uma vez se está próximo da "antiga Ater". Ao invés de difusionistas capacitados a atuar como agentes da modernização, em cena entram os facilitadores bem treinados apoiando a conversão. Termos com "difundir", "ensinar" e "transferir" são substituídos por "facilitar", "formar" e "apoiar", mas a contradição continua, pois há um protagonista (agente facilitador) que facilita algo (processo de transição) a alguém (agricultor). Ademais, apoiar e formar indica um lugar superior (do apoiador/formador) e outro inferior (do apoiado/formado). E, embora sejam termos mais suaves do que transferir e difundir, como dizia Freire (1983) sobre a extensão rural dos anos 1970, se trata de uma ação de sentido único, de um sujeito ativo para outro passivo (ainda que participativo)¹¹. Já o termo "capacitar" é problemático pelo simples fato de que implica tornar alguém apto a alguma coisa, ou seja, as pessoas "bem treinadas" estão sendo rotuladas de inaptas. Assim, extensionistas, quando capacitados, estarão aptos a treinar inaptos "beneficiários", até então incapazes de adotar "práticas agroecológicas".

¹¹ Fato percebido, por sinal, por Caporal e Ramos (2006, p.10), que veem na relação extensionista-agricultor "atores possuidores de diferentes conhecimentos e situados em posições assimétricas de poder".

Por outro lado, a cientificização agroecológica tende a higienizar conhecimentos e práticas locais. Apropriados por técnicos, cientistas, agências oficiais e empresas, saberes afetiva e intimamente ligados à história vivida por grupos sociais são "resgatados" (outro termo que lembra o tom abnegado e altruísta de quem pensa estar ajudando o próximo) e classificados como agroecologicamente relevantes. Em seguida, após retirados de sua circunstancialidade e levados às suas instituições de pesquisa, são avaliados a partir de conceitos e métodos da "agroecologia científica" (lembrando que isso ocorre desde seus primórdios, quando agrônomos começaram a valorizar práticas da "agricultura tradicional"). Finalmente, depois de depurados e "aperfeiçoados" tais conhecimentos e práticas, por esta "ciência", quanto maior a sintonia entre saber/prática local "resgatado(a)" e critérios científicos pré-estabelecidos, maior será seu valor agroecológico.

Feito isso, mais adiante, por meio do extensionista, aquilo que foi "resgatado" pode agora retornar como artefato, técnica ou saber, mas não só ao lugar donde foi extraído. Devidamente higienizados, conhecimentos até então dominados por pessoas que os punham em prática localmente são universalizados, podendo ser aplicados e replicados (como o são "inovações convencionais") em distintas realidades. Além de apagar a história desta gênese e dos que detêm este saber, tal "resgate" se aproxima do ato de roubar, sendo que, após extraído de seu contexto, saber/fazer local retornam como dádiva agroecológica concebida por um ente externo. Sem falar que, ao serem desta forma assepsizados, conhecimentos tidos como sem utilidade ou valor agroecológicos ou que não se coadunam com tal "paradigma" são convenientemente esquecidos, depreciados e por vezes condenados por técnicos, extensionistas e agroecólogos¹².

Já sobre a "transição para estilos de produção de base ecológica", Costabeber e Caporal (2000, p.12) identificam uma etapa anterior entre dois padrões produtivos ("tradicional" e "moderno"): "**a primeira transição** da agricultura (...) representada pela passagem da agricultura tradicional para a agricultura baseada em insumos industriais (...) foi relativamente longa, tendo iniciado no final do século XIX".

¹²Caso emblemático desta higienização ocorreu com o que hoje se chama "biofertilizante". No sul do Brasil este até hoje é chamado muitas vezes de "supermagro" devido ao fato de um agricultor de apelido "Magro" (que gostava de fazer suas próprias "experiências agroecológicas") ter inventado, no final dos anos 1980, um tipo de adubo usando vários ingredientes químicos e orgânicos diferentes. Porém, devido a desavenças políticas com técnicos da ONG com os quais trabalhava, estes decidiram trocar o nome do produto e chamá-lo de biofertilizante. O trabalho parece ter dado resultado, pois, consultando na internet, encontrei várias receitas de como preparar o supermagro, mas nenhuma informação que contasse a história da pessoa que o inventou.

Contudo, o que ocorre quando se aciona este modo de pensar o passado com o objetivo de profetizar o futuro?

Segundo o texto (*op. cit.*, p.13), "a agricultura mundial estaria experimentando um novo **processo de transição**, tendo como essência o **processo de ecologização**" da agricultura. Embora admitam que esta "não necessariamente seguirá um processo unilinear, sendo mais possível que ocorram distintas vias da transição que incorporem diferentes enfoques de ecologização", retomam em seguida a ideia original (*op. cit.*, p.13): "imaginadas ao longo de um *continuum* teríamos mais perto de um dos polos as formas de intensificação verde (...) próximas ao padrão tecnológico dominante (...). Nas proximidades do polo oposto do *continuum*, se situariam as formas de agricultura ditas *alternativas* (...), mais afastada daquela que apoia o modelo agroquímico". E concluem:

Temos a **transição como a passagem** do modelo produtivista convencional a estilos de produção mais complexos (...). Neste contexto, e tendo presente a Nova Extensão Rural, a **transição agroecológica se refere a um processo gradual de mudança** (...), uma mudança gradual **nas atitudes e valores** dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (*ibidem*, p.13).

Este trecho anunciava quatro anos antes o que seria inserido na PNATER: no citado *continuum*, a "transição" (espécie de pena vivida antes de se chegar ao paraíso) não será fácil e várias "vias" serão tentadas. Mas a vinda ("em processo gradual") da agroecologia estaria a caminho. Sofridas as provações "convencionais" e cumprida a passagem por "agriculturas ditas alternativas", completar-se-ia o processo de agroecologização. Pouco depois, Caporal (2003, p.3) seria ainda mais explícito:

A intensificação verde será a estratégia dominante ainda por algum tempo (...). **Atendência a agroecologização**, baseada na orientação epistemológica da Agroecologia, **deverá prevalecer** como estratégia para a transição agroecológica dos agricultores familiares; a transição para o desenvolvimento sustentável será um processo político intenso porque criará na sociedade um novo quadro de ganhadores e perdedores e (...) as agências públicas de

extensão rural estarão no meio deste processo político, não sendo possível passar por ele de forma neutra.

O tom é imperativo: como não se pode passar pela inevitável transição de modo “neutro”, é preciso decidir: ou se escolhe ficar arraigado ao passado nefasto da agricultura moderna ou se opta por se juntar ao “processo intenso” de “criação” de um “novo quadro na sociedade”. Mas já que só se pode ficar de um lado ou de outro, como ficam os que, críticos à intensificação verde, não se alinham automaticamente aos defensores da agroecologia científica? Sem falar nos “beneficiários”, sempre esquecidos e cujas restrições a esta são, via de regra, silenciadas?

Alguns anos depois Caporal (2009, p.2) reveria sua compreensão sobre a “transição agroecológica”: “um processo gradual e multilinear de mudança que ocorre através do tempo (...), mudança gradual [que] se refere a um processo de **evolução contínua e crescente** no tempo, mas sem ter um momento final determinado”. Mas ainda assim o final tem um sentido (“gradual”) definido. Aqui, além de evolucionista, há clara associação com a ideia de progresso, pois uma “evolução contínua e crescente no tempo” indica uma melhora indefinida na direção de uma utópica perfeição. Já um “processo multilinear” não implica indeterminação, pois visões lineares podem avançar juntas numa única direção, com “linhas de transição” paralelas, mas com mesmo destino: a agroecologização.

Fiúza *et. al.*(2007, p.27) notaram o viés profético ao comentar que defensores da “transição agroecológica [adotam] um discurso messiânico de que a sustentabilidade da agricultura só pode ser alcançada através do direcionamento agrícola agroecológico”. De fato, o termo transição denota inexorabilidade. Mas uma coisa é falar em transição da agricultura tradicional para outra moderna (algo que por si só já precisa ser relativizado, pois a maior parte dos agricultores do mundo continua exercendo sua “agricultura tradicional”), já outra é profetizar o futuro: “a agroecologização, baseada na orientação epistemológica da agroecologia, **deverá prevalecer** como estratégia para a transição agroecológica”.

Além da tautologia e da fraqueza argumentativa, não poucas vezes este tipo de predição levou a autoritarismos de várias ordens. Lenin já havia decretado a morte da sociedade capitalista, com o comunismo vindo após a transição pelo socialismo¹³. Ora, a “transição agroecológica

¹³ Vaticínio repetido por marxistas ortodoxos que se apressaram a apontar sinais a comprovar a ruína capitalista, sendo comum se afirmar que levantes socialistas pelo mundo seriam indícios desta derrocada. Hobsbawm (1997, p.79) comenta que para

que já vem ocorrendo" é certeza comparável a tal euforia coletiva. Afinal, ao invés da ditadura do proletariado, reinaria a ditadura agroecológica a libertar agricultores sob jugo da agricultura moderna; se o socialismo real seria o avatar da utopia comunista, a agricultura alternativa seria um ensaio rumo ao novo paradigma e a crise socioambiental sinal a anunciar a transição; se as contradições do capitalismo provocariam sua ruína, com a aurora do paradigma agroecológico os próprios "efeitos nefastos do modelo dominante" e as "exigências da sociedade" levariam a sua derrocada; se no comunismo o proletário se libertaria da alienação do trabalho, agricultores seriam alforriados da dependência mercantil gerada pelo fetiche produtivista. Tudo isto após "facilitadores serem bem treinados a desenvolver habilidades necessárias", formando uma legião de disciplinados extensionistas comprometidos com a evangelização agroecológica¹⁴.

Novamente Fiúza *et. al.* (2007, p. 36) notaram o teor salvacionista contido na ideia de "transição agroecológica", alertando não ser "possível conceber a agricultura como prática messiânica, mediante a qual condutas são condenadas ou sacralizadas em si mesmas, independente das circunstâncias nas quais estão inseridas". Como a retórica da Nova Ater, o discurso messiânico aponta o mal e o bem cuja positividade cresce da inocência da agricultura alternativa (quando não se tinha "consciência" do novo paradigma) até sua maturidade. Tal dogmatismo fecha as portas à criatividade, pois, exceto a agroecologia científica, sob a luz do "imperativo agroecológico" outras vozes críticas à "intensificação verde" são vistas como manifestação incompleta de algo superior, correndo o risco de ter destino idêntico à geração pós-1917, com o "bolchevismo absorvendo as demais tradições revolucionárias ou empurrando-as para a margem de movimentos radicais"? (HOBSBAWM, 1997, p.80).

5. CRIANDO DOCTRINA PARA JULGAMENTOS ETNOCÊNTRICOS

A grande semelhança de conteúdo e vocabulário usados na PNATER e textos de apoio resultou num forte mecanismo de legitimação,

muitos que viveram o levante russo de 1917, "os dias de capitalismo estavam inevitavelmente contados. A história contemporânea era a antecâmara da vitória final".

¹⁴ Vendo como às vezes se reverencia agricultores que resistem à intensificação verde readaptando práticas ancestrais, sua adesão a técnicas modernas representa uma espécie de perda de sua pureza original. Como Eva e Adão foram expulsos do paraíso, após serem seduzidos por pacotes tecnológicos (a maçã) oferecidos por extensionistas produtivistas, anjos decaídos da extensão rural a serviço do grande capital, estão condenados a pagar por este pecado original e, desde então, presos a interesses espúrios vivendo como pagãos até a chegada da redenção agroecológica.

pois ambos passaram a produzir “efeitos de verdade” (FOUCAULT, 1997). Até ser publicada, a defesa da “extensão agroecológica” como política pública era mera proposição geral, desejo expresso na forma escrita. Mas, a partir daí, seu conteúdo passou então a dar credibilidade aos que defendem a “agroecologia científica”. Dois anos após lançada, Caporal e Ramos (2006), por exemplo, publicam “Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e obstáculos e desafios a serem superados” e citam a PNATER e seu “enfoque agroecológico” como **meio** de referendar argumentos. Assim, ao usar e reforçar as diretrizes da PNATER, processa-se uma retro-alimentação entre publicações que defendem uma mesma profecia. Se antes os textos de apoio influenciaram a elaboração da PNATER, depois ela é que virou artefato discursivo usado na pregação da “transição à agricultura de base sustentável”.

Com isso, a despeito de boas intenções, julgamentos etnocêntricos de saberes e práticas tanto de agricultores como extensionistas foram reforçados. Vejamos três exemplos. Laforga e Vieira (2008, p.1) analisam a “ação extensionista da EMPAER¹⁵ frente à Nova Pnater” no Assentamento Guapirama/MT. E, a partir dos “princípios epistemológicos da agroecologia”, concluem: “a unidade da EMPAER **não está atuando conforme orienta a Pnater** em função de uma série de fatores que dificultam a ação extensionista rumo a uma transição agroecológica”. A seguir, baseados nas “novas orientações” da PNATER e tomados pelo prenúncio da transição, apontam quem estaria ou não em sintonia com a “prática extensionista agroecológica”. Ao invés de ver se a ação extensionista estaria de acordo com prerrogativas modernizantes (ao estilo das teorias sobre adoção de inovações tecnológicas dos anos 1970), avaliam se ela se coaduna com a nova diretriz agroecológica. Mas e como fica o “ pilar fundamental que sustenta a Política de Ater” e propugna o “respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país” (BRASIL, 2004, p.4)? Ao menos para os autores, ela parece ir até o limite dos “princípios científicos da agroecologia”.

Mas mesmo experiências agroecológicas já reconhecidas como “bem sucedidas” a longa data, disciplinamentos etnocêntricos não são novidade. Analisando a relação entre técnicos e agricultores ecológicos, Oliveira (2004, p.124) reproduz uma “notificação” de uma ONG enviada a um agricultor em “condição irregular”:

Decisão da Comissão Representativa - Processo da Propriedade 100% Ecológica

Prezado Agricultor

¹⁵ Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural.

Assunto: Pomar de pêssegos manejado com agricultura química.

Na visita feita pela Comissão foi decidido que o pomar de pêssegos **tem que ser** bem isolado do resto da propriedade. **O pomar deve ser** considerado como uma outra propriedade rural (...). Isso quer dizer que: a estrada de acesso ao pomar **não pode** mais passar por dentro da propriedade (...). **É preciso fazer** uma cerca fixa onde hoje há passagem da estrada na propriedade. Ao longo da cerca que será feita **é preciso plantar** 2 fileiras de capim Camerum e uma fileira densa de eucaliptos. Mudanças de capim estão disponíveis na ONG. Os equipamentos da propriedade **não poderão** ser usados para pulverizar o pomar. O manejo do pomar **não pode** ser feito regularmente por mão-de-obra de sua família. Caso haja uma emergência de ter que auxiliar no pomar, **o senhor deve, obrigatoriamente,** comunicar com antecedência ao Coordenador da *Associação*, dizendo a data em que vai trabalhar e o trabalho que vai ser feito. Caso seja identificado que houve trabalho seu, da sua esposa ou filhos, no pomar, sem esta comunicação prévia ao Coordenador, o senhor **será automaticamente desligado** da *Associação*, **não podendo** mais comercializar seus produtos, mesmo que tenham sido cultivados ecologicamente (...). **A Comissão também decidiu** que caso o senhor não queira atender a esta determinação, **iniciará o processo do seu desligamento** da *Associação*. Acreditamos na sua dedicação em continuar seu trabalho com agricultura ecológica.

Atenciosamente, ONG, Cooperativa de Consumidores e Conselho das Associações

Em outro trabalho, o mesmo autor (ibidem, p.1) constata, sobre “a dimensão disciplinadora do discurso ecologista”, que

o fato destes (...) agricultores viverem submetidos às regras e punições estabelecidas para esta forma de produção agrícola chamada ecologista, aliadas a outros procedimentos normatizados localmente, fez constituir um processo de constante vigilância e disciplinamento. Tal processo fez emergir entre agricultores (...) um certo **sentimento de 'aprisionamento' por oposição àquele agricultor que está 'livre'** das obrigações impostas por esta forma de se organizar e fazer agricultura.

Por fim, o terceiro caso trata das categorias “agricultor convencional”, “em transição” e “consolidado” (que no exemplo anterior seria “100% ecológico”) adotadas por algumas ONGs. Em 2005 um técnico de uma delas que atua no sul do Brasil (não revelarei a ONG para preservar as pessoas) me relatou esta situação. Desde sua fundação, com ela trabalhava um agricultor “pioneiro”, fervoroso defensor da

agroecologia e cuja fama era a de ser o “mais agroecológico” entre todos os demais agricultores. Para os integrantes da ONG era símbolo do “agricultor modelo” e, já sexagenário, se orgulhava de assim ser.

Um dia, porém, 15 anos após atingir o status de “agricultor agroecológico consolidado”, um de seus filhos com terras contíguas a sua, ao aplicar veneno numa área de lavoura, por descuido deixou-o derivar com o vento e atingir as terras de seu pai. Responsável por certificar o caráter agroecológico dos produtos vendidos pela associação de agricultores, pouco depois outra comissão se reuniu. Concluíram pela perda de sua condição de “consolidado”, regredindo ele para “em transição”. Mas o rebaixamento de status não produziu apenas constrangimentos materiais e financeiros, mas sobretudo também psicológicos. Em depressão, não entendia como ele, “agricultor modelo”, visitado com frequência por pessoas interessadas em conhecer suas roças, hortas e pomares e não menos assiduamente usado pelos próprios técnicos da ONG como vitrine de seu trabalho, tinha virado “em transição”.

Não sei o final da história, pois não vi mais quem a relatou. Mas se as conclusões de Laforga e Vieira (*op. cit.*) remetem à criação de instrumentos de julgamento etnocêntricos, este caso e o episódio do pomar convencional também servem de alerta, pois apontam para as contradições de experiências agroecológicas concretas. Ademais, amparadas numa política nacional de extensão que segue os “princípios científicos da agroecologia”, não é difícil imaginar escritórios da Emater adotando selos agroecológicos para agricultores com “menor resistência” à “transição agroecológica” ou maior “capacidade de resposta” a “estilos mais sustentáveis de agricultura”; termos estes (menor resistência e capacidade de resposta) usados nas décadas de 1970/80 pela “extensão difusionista” para qualificar o grau de adesão de “agricultores tradicionais” às inovações tecnológicas a eles oferecidas e, na maior parte dos casos, impostas.

Também não é preciso ir longe para pensar em ações que visem “agroecologizar” agricultores, pescadores, extrativistas, indígenas, quilombolas e inúmeros outros grupos sociais levando a montagem de toda uma estrutura de adestramento, vigilância e, conforme for, recompensa a quem aderir “participativamente” à “transição” ou então punição a quem a ela resistir ou dela se desviar. Afinal, como a notificação ao agricultor que queria ter um pomar convencional, artifícios de controle social teriam de ser criados, tendo o extensionista papel de “apoiador” e “facilitador”. O mesmo vale para sistemas de punição, caso do agricultor rebaixado a em transição.

Além disso, como o fazem Laforga e Vieira e repetindo “pequenas astúcias dotadas de grande poder de difusão, arranjos sutis de aparência inocente, mas (...) que obedecem a economias inconfessáveis

ou procuram coerções sem grandeza" (FOUCAULT, 2009, p.134), seria preciso mobilizar extensionistas ("bem treinados") e pesquisadores para avaliar, localmente, o "sucesso" do processo de agroecologização. Como se pode notar neste caso, paradoxalmente a operacionalização do discurso agroecológico (dito científico) teria como efeito "empoderar" não agricultores "menos favorecidos", mas novamente reafirmar e reforçar argumentos de autoridade adotados por técnicos e agroecólogos que, com "treinamento", "capacitação" e "formação", teriam a função de averiguar como andaria a "transição" dos "beneficiários".

Contudo, veja-se que aqui não se trata de uma ONG ou associação de agricultores, mas da operacionalização de uma Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Por maior que seja a capilaridade das primeiras, ela é incomparável a uma política governamental e seu aparato burocrático, financeiro, administrativo e logístico. Eis o risco, aventado por Almeida (2003), de se impor outro "pacote" (agora "participativo" e "dialógico"); só que, ao invés da transformação compulsória de agricultores em pequenos empresários rurais, tal doutrina pode levá-los a acreditar que seu destino é, cedo ou tarde, não só virar "agricultores agroecológicos", mas também se submeter ao controle institucional de quem irá dizer o que seria ou não agroecologicamente correto.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi fácil escrever este texto. Sobretudo por minha trajetória marcada pela visão crítica à glorificação positivista da inovação tecnológica, redução da agricultura a um "setor" econômico e ao histórico incentivo governamental à produção de *commodities* agrícolas. Portanto, no sistema dual visto aqui, me junto ideológica e eticamente à refutação do que tais opções implicam. Solidário a agroecólogos, extensionistas, neorurais, agricultores e aos que, dentro e fora da máquina estatal, têm ajudado experiências alternativas a se efetivarem na prática, a provocação se dirige ao modo como um movimento amplo e difuso tem sido encapsulado em publicações acadêmicas, recomendações técnicas, políticas oficiais e propagandas institucionais. A crítica aqui se refere à instrumentalização simplificadora de uma categoria social em construção sujeita a inúmeras interpretações e à imposição, através de argumentos de autoridade (via banalização da etiqueta "científico"), de uma profecia em um programa nacional de extensão rural.

Como "ambientalismo", "feminismo", "tradicional" e outros tantos, o termo "agroecologia", se funciona como categoria de mobilização (moral, ideológica, afetiva), possui também um caráter operacional que leva "a sua essencialização, tornando necessária a construção de um consenso e de

uma unidade reguladora e disciplinadora das diferenças no interior dessas potências antes emancipadoras¹⁶ (ZHOURI e OLIVEIRA, 2010, p.441). Sob tal perspectiva, se rebelar contra a cristalização de categorias de pensamento que aprisionam o olhar a partir de um referencial maniqueísta e que apaga ambiguidades, bem como a fluidez que marca a prática social daqueles que contestam a norma vigente me parece algo necessário, ainda que doloroso (e arriscado).

Portanto, não se trata de um ataque a cientistas, militantes de ONGs e movimentos sociais, agricultores e burocratas de agências de extensão que há décadas participam deste trabalho de invenção social que subversivamente se contrapõe à ordem vigente. Tal esforço coletivo de pessoas e instituições com trajetórias e interesses distintos tem papel crucial como desestabilizador de hierarquias morais dominantes. Ao mobilizar forças sociais heterogêneas, tensionado *status quo* blindado por políticas excludentes de desenvolvimento rural. Como sugere Almeida (2003), a força do termo agroecologia está justamente no seu caráter abrangente, aberto e aglutinador. Mas, além de não restringi-lo à imposição de um paradigma único, é preciso incentivar a criação de espaços de diálogo que permitam a este movimento se abrir ainda mais à diferença e amados de pensar outra agricultura e outro rural de forma plural e não dogmática.

Dito isso, um programa nacional de extensão rural deveria, antes de tudo, reconhecer de pronto que se trata de ações de intervenção deliberadas pensadas algures e alhures do universo social onde serão postas em prática. Não há, com o arranjo institucional atual, como ser diferente. Ainda que necessário e mesmo com as boas intenções dos que desejam “dividir poder”, ao menos no médio prazo esforços mais amplos de discutir políticas de extensão rural não tem como se efetivar de modo horizontal, pois as esferas decisórias já se acham previamente hierarquizadas. Os debates pré-PNATER, por exemplo, se partiram de instâncias locais (onde agentes “menos favorecidos” estavam presentes), avançaram até que um pequeno grupo (que não representa nem de longe a diversidade social rural) se reuniu, debateu entre si, fez escolhas e tomou decisões.

Como se trata de modificar o mundo em que vivem destinatários de ações de extensão, é preciso dizer, franca e honestamente, que o que virá pode não se revelar tão otimista e aceitar, como intrínseco a propostas (agroecológicas ou não) de desenvolvimento rural, que elas têm suas muitas e insuperáveis limitações. Como não se trata de salvar ninguém ou anunciar a vinda de nenhuma entidade messiânica, políticas de extensão

¹⁶No trecho acima as autoras se referem ao ambientalismo e não à agroecologia. Porém, ao menos no que tange ao processo de essencialização, ambos se aproximam bastante.

devem ser vistas a partir de uma leitura não resignada com o que em princípio parece ser a solução definitiva. E, se ter utopias e paixões continua sendo imprescindível (pois é o que nos move no mundo e motiva a mudá-lo), por mais belas e irresistíveis que pareçam, que não se tente impô-las a quem não compartilha dos mesmo horizontes.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. In.: **Ensaio FEE**. V. 24, n. 2, p. 499-520. Porto Alegre: 2003.

AUSTIN, John L. **How to do Things with words**. New York: Oxford University Press, 1965.

BARRETTO FILHO, Henyo. Os predicados do desenvolvimento e a noção de autoctonia. In.: **Tellus**. Ano 6, n. 10, p. 11-21. Campo Grande: 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

BRASIL. **Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Lei nº12.188/2010. Brasília: 2010.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CAPORAL, F. R. Lei de Ater: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Vol.4, nº1. Porto Alegre: Ago/Dez, 2011.

_____. **Agroecologia não é um tipo de agricultura alternativa**. Disponível em <http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0730211685.pdf> - acessado em 12/05/2009.

_____. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: FAKEIRO, F. G.; FARIAS NETO,

A. L. (Org.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Brasília: Embrapa, 2008, v. 1, p. 895-929.

_____. Política Nacional de Ater: Primeiros passos de implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: Jorge Tavares; Ladjane Ramos. (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural - Construindo o conhecimento Agroecológico**. Manaus: Bagaço, 2006, v. 1, p. 9-34.

_____. **Bases para uma Nova Ater pública**. Santa Maria: UFSM, 2003.

_____. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Santa Maria: UFSM, 1991.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: Hugo Vela. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Ed Pallotti, 2003, v. 1, p. 157-194.

_____. Construindo uma Nova Extensão Rural no Rio Grande do Sul. In.: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 10-15, 2002.

_____. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. In.: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. V.3, n.2, abr/jun. Porto Alegre: 2002b.

_____. Agroecology and sustainability: a conceptual basis for a new rural extension. In: **X World Congress of Rural Sociology**, Rio de Janeiro : ISRA, 2000. p. 251-251.

CAPORAL, F. R. e RAMOS. L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável. In.: MONTEIRO, D. C.; MONTEIRO, M. A (Org). **Agricultura Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Belém, UFPA: NAEA, 2006, p. 27-50.

COSTA GOMES, J. C. Ciência agroecológica e sua aplicação na conquista da soberania alimentar. In.: CANUTTO, J. C. e COSTABEBER, J. A. (Orgs). **Agroecologia: conquistando a**

soberania alimentar. Porto Alegre: Emater/RS; Pelotas: Embrapa, 2004.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; GARCIA, J. Por que a "nova ater" não sai do papel? uma análise da visão dos alunos do projeto residência agrária. In.: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Londrina/PR: UEL, 2007.

FONSECA, Maria T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Loyola, 1985.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Discurso e veritã nella Grecia antica.** Edizione italiana a cura di Adelina Galeotti. Roma: Donzelli editore, 1997.

FIÚZA *et. al.* A politização da agroecologia: uma reflexão crítica. In.: **Revista Oikos.** V.18, n.2, p. 22-28. Viçosa, 2007.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GERHARDT, C. e Almeida, J. Extensão rural no processo de transformação da agricultura e busca de alternativas ao desenvolvimento rural. In: **X Salão De Iniciação Científica Da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul.** Anais. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos breve século xx.** São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LAFORGA, G e VIEIRA, A. O. Ação extensionista da Empaer frente à nova Pnater: uma análise a partir do Assentamento Guapirama, Campo Novo do Parecis – MT. In.: **Congresso da SOBER.** Rio Branco: 2008.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco.** Petrópolis: Vozes, 1982.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. **Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?** In: 37^o Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia: 2013.

NEVES, D. P. As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno. In.: **Cadernos Difusão Tecnológica**, V. 4; n.3 – p.343-367. Brasília, 1987.

NORGAARD, R.; SIKOR, T. Metodologia e prática da agroecologia. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: base científica para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

OLIVEIRA, V. L. O poder disciplinador do discurso ecologista. **Anais**. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS). Recife: UFPE, 2007.

_____. **A impossível simetria: distinção, interdependência e poder na relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PGDR-UFRGS, 2004.

RAMOS, A. Política nacional de assistência técnica e extensão rural no Brasil: avanços e desafios. In.: **VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**. Quito: 2006.

RAMOS, J. R. Extensão oficial no Brasil: avaliação diagnóstica. O caso do Nordeste. In.: **VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**. Quito: 2006.

SOUZA, P. M. **Extensão rural**. Campos dos Goytacazes/RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense – CCTA, 2005.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

POPULAÇÕES RURAIS E ESTUDOS SOBRE A COMUNICAÇÃO NA RECEPÇÃO MIDIÁTICA

Ricardo Duarte¹

Resumo

No cenário de expansão da eletrificação, da cobertura de internet e do crédito para famílias rurais de contexto popular, os meios de comunicação eletrônicos (internet, celulares, rádio e televisão) aumentam o consumo de mídias no meio rural. Este artigo tem o objetivo de mostrar os principais aspectos teóricos das pesquisas em comunicação articuladas ao meio rural brasileiro, na tentativa de nortear as pesquisas em extensão rural interessadas em desenvolver estudos de recepção das mídias. Apresenta de que maneira a comunicação foi vista dentro dos estudos rurais, o estágio atual dos estudos de recepção e propõe uma abordagem comunicacional da recepção. Neste sentido, encaramos os meios de comunicação eletrônicos longe tanto da percepção da mídia como subjugadora dos sentidos das populações rurais quanto do foco de análise da comunicação apenas em torno do pólo do receptor.

Palavras-chave: Ciências Sociais Rurais, Estudos de Recepção, Mídia e Processos Interacionais, Comunidades Rurais no Brasil.

RURAL POPULATIONS AND COMMUNICATION IN MEDIA RECEPTION STUDIES

Abstract

In the scenario of expanding electrification, the internet coverage and credit to poor rural families, the electronic media (internet, mobile, radio and television) increase the consumption of media in the country. This article aims to show the main theoretical aspects of

¹ Doutorando em Comunicação e Sociabilidade (UFMG), Professor efetivo do Departamento de Comunicação Social da UFV/MG. Mestre em Comunicação Rural (UFRPE). Bacharel em Comunicação Social (UFPE). Membro do Grupo de Pesquisas em Imagem e Sociabilidade do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG.

research in communication that link the Brazilian countryside in an attempt to direct the extension of research interest in the studies of media reception. The paper presents how communication was viewed within rural studies, presents the current stage of “Reception Studies” and proposes a communicational approach the reception. Therefore, we discuss the electronic media away from the perception of the media as oppressive sense of rural populations and the focus of analysis of communication just around the pole receiver.

Key-words: Social Sciences Rural, Reception Studies, Media and Interactional Processes, Rural Communities in Brazil.

1. INTRODUÇÃO: ARTICULAÇÕES DA COMUNICAÇÃO COM O RURAL.

Quando se fala de mídias e população rural um dos cenários brasileiro que se apresenta é o proporcionado pela expansão da eletrificação rural através de programas governamentais, a cobertura ainda deficitária de internet no meio rural e o crédito para a habitação rural que tem melhorado a infraestrutura elétrica das propriedades. Com crédito na praça e energia elétrica em casa, as famílias podem adquirir computadores com internet, celulares, mais de um aparelho de rádio e de televisão. Com isto, parece existir a possibilidade de um aumento do consumo de conteúdos midiáticos no meio rural.

Este artigo tem o objetivo de mostrar os principais aspectos teóricos das pesquisas em comunicação articuladas ao meio rural brasileiro, no esforço de contribuir para nortear os estudos em extensão rural que desejam trabalhar com o campo da recepção. Nosso ponto de aterrissagem será o estágio atual das pesquisas de recepção e as possíveis linhas gerais de uma abordagem comunicacional da recepção. Para tanto, sobrevoamos um pouco a história da comunicação na relação com os estudos rurais.

As primeiras experiências de articulação da “comunicação” com o “meio rural brasileiro” parecem se inscrever no início do século XX, quando aporta no Brasil a política de difusão de informações do projeto de modernização do campo brasileiro. A ausência de um diálogo junto com as comunidades rurais, característica do projeto modernizador e de suas formas verticais e instrumentais de transferência de informações tecnológicas do emissor onipotente para o receptor passivo, configurou o cenário de debates na história,

na teoria da extensão rural e da comunicação rural no meio acadêmico brasileiro.

Antes do projeto modernizador, o Brasil precisava de informação para os imigrantes recém chegados ao país e àqueles que seguiam para as regiões rurais. Nisto se justificam as produções informativas realizadas pelas instituições aos novos trabalhadores do campo, que de certa maneira explicavam também a necessidade de aumentar a produção agrícola em função da demanda por alimentos, motivada pela nova população urbana que se formava. A parceria “ciência & tecnologia” já era tradição na pauta da imprensa especializada brasileira². Em 1938 o Ministério da Agricultura criou o Serviço de Publicidade Agrícola ou Serviço de Informação Agrícola³. Até 1950, enquanto o Serviço informou o agricultor sobre tempo, lavoura, plantio e colheita, os meios de comunicação se encarregaram das notícias sobre agricultura em geral e os líderes sindicais e comunitários entravam em contato com o agricultor (BORDENAVE, 1983).

A chegada da política de modernização do campo, financiada por organismos internacionais, foi encarada pelas instituições brasileiras como positiva ao país, considerando a necessidade do aumento da produtividade agrícola através da adoção de “novas” máquinas e técnicas. Mas o descompasso entre o grande projeto e o pequeno agricultor – que desenha o fosso socioeconômico e cultural entre o moderno/urbano e o tradicional/rural, nos anos de 1940 e 1950 – impediu uma política de proximidades que possibilitasse a troca de saberes entre os conhecimentos técnico-científicos e o senso comum. Tal política vertical do projeto não levou em conta as alterações nas tradições, nos saberes da cultura do plantio, nos hábitos da família da pequena agricultura. Tanto a difusão das inovações tecnológicas quanto a imposição da adoção de novas máquinas agrícolas provocavam um contraste abrupto com o saber popular desta maioria da população rural em suas tradições técnicas e costumes próprios de sua forma de vida rural, pois não levou em conta a heterogeneidade do rural

² A Revista Imperial do Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA), vinculada ao Império em 1869, proclamou a utilização da ciência para melhorar a produção agrícola. Mais tarde, com a chegada dos estrangeiros ao país, a revista “O Imigrante”, publicação da Secretaria de Agricultura de São Paulo, editou a revista em 1908 em seis idiomas e em 1917 alcançou a soma de 415 mil publicações (BORDENAVE, 1983).

³ No Brasil, em 1935, durante o governo Getúlio Vargas, surge o programa de rádio “A Hora do Brasil”, que em 1971 no governo militar passou a se chamar “A Voz do Brasil”. O programa é considerado o mais antigo em veiculação no rádio brasileiro. O programa foi um dos primeiros exemplos de difusão de informações, pois era transmitido diariamente pelas rádios para todo o território nacional.

brasileiro. As máquinas modernas norte-americanas, a força política das instituições financiadoras do projeto modernizador (como a Fundação Rockefeller⁴) e a dependência do Brasil a esta transferência de tecnologia dos EUA para dar início ao desenvolvimento da produtividade rural, impactou a vida destas pessoas, que viviam naquela época em meio ao desamparo econômico, social e educacional.

Uma política de proximidades com a vida rural dos sujeitos de contexto popular rural não interessava aos institutos promotores do projeto modernizador. Assim o projeto foi político tanto pela espetacular mensagem da tecnologização que pré-definia uma ordem imposta à forma de vida simples das pessoas do campo como pelo aspecto da distância que lhe era inerente (o chamado “visível desencontro” salientado por Luis Ramiro Beltrán) em relação ao espaço público cotidiano do agricultor, um lugar onde deveria ser configurada e legitimada a política de modernização. Como se vê, a política à qual nos referimos não está restrita ao exercício do poder pelos organismos internacionais, governos e associações ou à luta por esse poder, mas se concretiza essencialmente na esfera onde se partilham as experiências, os afetos, as decisões deliberadas e objetos comuns. A inexistência desse espaço (tanto pré-político quanto político) produziu no terreno da recepção deste projeto pessoas sem uma palavra comum, oficializando linhas de discursos institucionais sobre as tecnologias para o campo como único caminho a ser seguido para o desenvolvimento rural, deixando as esferas de autoridade com a palavra e o agricultor sem voz.

A política vertical dos organismos internacionais tem origem no pragmatismo político dos EUA, que desenvolveu a estratégia de transferência do projeto político-econômico estadunidense no pós-guerra⁵ a partir do envio do seu excedente tecnológico para os países da América Latina.

⁴ Os grandes patrocinadores da Extensão Rural no Brasil foram o Instituto Interamericano para Assuntos da América (IIAA/EUA), a Fundação Ford, OEA, Bird, Fao e em especial a Fundação AIA, da família Rockefeller e maior exportadora de café do Brasil, responsável pela criação da ACAR Minas Cereais, a Ancar no Nordeste e a Abcar. A AIA criou a Agroceres e a Cargill (São Paulo e Paraná) e patrocinou a maior experiência em extensão rural no Brasil em Santa Rita do Passo Quatro e São José do Rio Preto/SP, entre 1947 a 1956. Essa experiência ocorreu sob a coordenação do prof. John B. Griffing, da ESAV, que trabalhou com a participação comunitária dos pequenos produtores dessas regiões (FIGUEIREDO, 1981).

⁵ Durante a II Guerra os EUA desenvolveram no Brasil alguns programas destinados à área da agricultura, por conta da própria economia de guerra: o Programa de Produção de Alimentos e o Programa da Borracha. A Guerra Fria proporcionou um desenvolvimento científico e tecnológico considerável na agricultura brasileira em função

As bases teóricas que fundamentaram esta difusão de tecnologias para o campo estavam na chamada *Mass Communication Research (MCR)*, escola que foi hegemônica na pesquisa em comunicação nos EUA, entre 1920 e 1960. Em especial a área da “comunicação e persuasão”, que constituiu o fundamento teórico da campanha de adoção das tecnologias no campo brasileiro. A corrente teórica dos “Estudos dos Efeitos” do MCR adotava o modelo da “Teoria Hipodérmica”, que olhava a sociedade industrial do século XX como uma grande massa disforme de indivíduos sem relações interpessoais, sob a influência das teorias behavioristas de estímulo-resposta. Daí a ideia disseminada sobre os meios como sendo onipotentes na sua função de provocar efeitos de ação direta na sociedade, sem a interferência de outros fatores, como uma “agulha hipodérmica”.

A partir dos anos de 1940, a “abordagem da persuasão” superou a “teoria hipodérmica” e promoveu estudos empírico-experimentais sobre fenômenos psicológicos individuais. Enquanto a “hipodérmica” falou em manipulação, a “persuasão” abordou mais a influência que se definia por processos psicológicos entre a ação dos meios de massa e seus efeitos na estrutura do sistema social. No entanto, esta abordagem ainda carregou consigo a concepção de causa-efeito, bem como a mesma negligência quanto às relações interpessoais dos indivíduos (ARAÚJO, 2001).

Em 1958, as pesquisas sobre “Comunicação para o Desenvolvimento” de Daniel Lerner e Wilbur Schramm (1973), e De Sola Pool (1963), visualizam a saída do subdesenvolvimento por meio da passagem linear da sociedade tradicional (selvagem, primitiva e com todos os seus defeitos) para a moderna (civilizada, tecnológica e com todas as vantagens). Essas pesquisas conceberam os meios de massa como estratégicos para o desenvolvimento urbano e rural e estiveram de acordo com a noção de transferência de informação desenvolvida por Harold Lasswell, da “Corrente Funcionalista” da MCR. Tal corrente caracterizou a comunicação enquanto um processo de transmissão de ideias, emoções, habilidades pelo uso de símbolos e palavras, quadros e cifras (BERELSON e STEINER, 1964); a comunicação persuasiva como uma fonte que influencia o destinatário mediante manipulação de sinais alternados, transferidos pelo canal que os liga (OSGOOD, 1961).

do chamado plano “Ponto 4” na América Latina: uma estratégia de presença dos EUA na região (FIGUEIREDO, 1981).

Entre as orientações dos efeitos (LAZARSFELD e MERTON)⁶ e das funções (Laswell) existiu uma coerência mínima em torno da eficácia da propaganda política, da utilização comercial-publicitária e da influência dos meios de comunicação nos comportamentos e no quadro de valores sociais. Em especial, a orientação das funções concebeu a comunicação como transferência de informação e processo de persuasão (no caso, das ideias do desenvolvimento a partir da adoção das novas tecnologias), e filiou-se à perspectiva da “Comunicação para o Desenvolvimento”. O processo psicológico compreendido entre a ação dos meios e seus efeitos, restrito a um sistema de signos da modernidade, obedeceu a uma ordem ótima da mensagem de forma a atender às finalidades persuasivas do projeto modernizador e interferir nas estruturas do sistema social. O que menos importou nisso tudo foi o sujeito que recebia essas mensagens.

A teoria da comunicação do MCR foi testada na prática no meio rural brasileiro, mas revelou seu insucesso quanto ao aspecto sociocultural. Ela foi utilizada em novas pesquisas sobre estratégias de difusão de tecnologias para o homem do campo, enquanto a extensão rural produzia a transferência de informações e o agricultor aplicava o modelo. Aos poucos, junto com a falta de continuidade que marcou o insucesso dos projetos de modernização do campo brasileiro, o agricultor também começou a ser visto como “mal-educado”, “resistente”, “refratário” e ainda com defasados conhecimentos sobre agricultura. A pesquisa norte-americana da MCR se desenvolveu também por conta da presença de uma posição subalterna assumida pelos governos latino-americanos, pois os países em desenvolvimento, antes dos anos de 1970, já sabiam que suas vidas política e econômica eram dependentes dos países desenvolvidos (BELTRÁN, 1981).

As críticas ao difusionismo, nos anos de 1970, surgiram em especial do Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina (Ciespal), alertando para a transferência vertical e hegemônica dos conhecimentos, geradora de

⁶ Nos anos de 1940 e 1950, o sociólogo Paul Lazarsfeld, partindo do paradigma funcionalista, começou a identificar que as pessoas vivem em relações nos grupos, nas categorias sociais, enfatizando as mediações que caracterizam o consumo dos meios de comunicação. A mídia não atua diretamente, como na teoria hipodérmica da manipulação, pois a influência dos meios é filtrada pelos grupos intermediários e pelos “líderes de opinião”, configurando o conceito de fluxo em duas etapas, *two-step flow*: tais pessoas seriam os melhores canais para influenciar a massa disforme. O importante, aí, é que as pesquisas de Lazarsfeld sublinhou que os receptores se relacionam nos contextos sociais e a influência da mídia não pode prescindir da incorporação dos fatores extra-mídia (FRANÇA, 2003).

conflitos nas sociedades por conta da forma autoritária de adoção das práticas extensionistas vinculadas às formas de controle e poder (BELTRÁN, 1976, BORDENAVE, 1976, NUNES, 1977). Em resposta aos relatórios preconceituosos dos organismos internacionais em relação ao agricultor brasileiro, os pesquisadores do Ciespal afirmaram que o difusionismo, em parceria com a comunicação instrumental mercantilista e mecanicista, servia à manutenção do *status quo*. Começam a denunciar os meios de massa como domesticadores da realidade e subjugadores dos sujeitos. Mas por apenas desenvolver uma visão anti-difusionista e denunciar o vínculo dos meios de massa com o poder político, as pesquisas de crítica ideológica não apresentaram uma saída à visão instrumental e representacionista dos meios de comunicação.

A primeira grande crítica ao difusionismo partiu do pesquisador norte-americano David Berlo, no texto “*Communication theory and audiovisual instruction*”, quando contrapôs o difusionismo à “teoria do balde”: as ideias codificadas dentro de um “balde” eram derramadas, até esvaziar, diretamente no ouvido do receptor (BÉLTRAN, 1981). A crítica de Berlo (1963) fez Daniel Lerner rever a concepção linear da comunicação e Wilbur Schramm apontar equívocos no modelo da transmissão de informações (LERNER e SCHRAMM, 1973), embora sem abrir mão do paradigma tradicional unilinear R-M-C-R. A segunda grande crítica surgiu no Brasil, em 1969, por Paulo Freire e sua compreensão da educação como instrumento de libertação das massas da opressão das elites. Freire trouxe novos olhares para velhos problemas, a partir do paradigma dialógico-participativo. Apesar da visão de Freire ter sido um divisor de águas na pesquisa e na prática da comunicação em contextos populares, o novo paradigma requenta a visão anti-difusionista das pesquisas de crítica ideológica, sem apresentar saída à visão instrumental e representacionista dos meios de comunicação. Com isto, a comunicação vertical das instituições foi apropriada por visões partidárias da esquerda política e pelos pesquisadores, que não souberam olhar criticamente para o modelo participativo⁷, aplicado aos estudos de comunicação, e lhe oferecer outras alternativas ao longo do tempo.

⁷ A natureza da comunicação horizontal, para Beltrán (1981), está em um processo de interação social inerentemente democrático, onde se trocam símbolos e experiências de maneira livre e sob condições igualitárias de diálogo e participação. Tais considerações, na prática, não se concretizam: a atuação controladora do Estado e a influência dos grupos de *advocacy* nos “diálogos políticos” põem em dúvida a existência de condições igualitárias de diálogo e participação dentro do processo de comunicação horizontal.

Aos poucos, algumas pesquisas começam a se interessar por esse “campo da recepção” das informações dos meios de comunicação. A partir dos anos de 1970, trabalhos surgiram na sociologia e na antropologia, sob influência da teoria crítica, da semiologia e da teoria dos efeitos, dando muita ênfase à ideologia das mensagens; na comunicação, sob influência da participação dialógica freireana através do programa de Leitura Crítica da Comunicação (LCC), organizado pela União Católica Brasileira de Comunicação Social (UCBC) (JACKS, et al, 2010).

Nos anos de 1980, as crescentes críticas ao difusionismo e o crescimento do modelo horizontal incorporaram o conceito de “hegemonia”⁸ e influenciaram estudos sobre comunicação balizados em investigações sobre “contra-informação”, algo bem específico à visão de mundo da época. Por volta de 1987, Jésus Martín-Barbero lança a antológica obra *Dos meios às mediações*, sugerindo uma passagem do instrumental dos meios de comunicação para análises que vinculassem comunicação e cultura. Esta obra influencia toda a pesquisa em comunicação e os estudos de recepção, nos anos de 1990 em diante.

No âmbito da comunicação articulada ao meio rural, Bordenave (1993) chamou a atenção para uma comunicação não somente vinculada a diálogos instrumentais (técnicos ou educativos), mas associada a “diálogos políticos”. Em tais diálogos, a Comunicação Rural seria responsável por levar as demandas dos agricultores à produção de políticas públicas; no plano mais horizontal, continua o diálogo com os agricultores sobre assistência técnica e extensão rural; e no plano instrumental e vertical, cursos de educação à distância. Na prática, enquanto as organizações não-governamentais e entidades utilizaram os tais “diálogos políticos” para disseminar ideologia política institucional, a assistência técnica e extensão rural continuaram a enxergar os meios de comunicação de massa como instrumentos para suas práticas assistencialistas e extensionistas.

Por essa alça, o campo da pesquisa em comunicação articuladas ao meio rural⁹ adentrou um complexo e indeterminado

⁸ A Comunicação Rural, ainda sob influência da força dos discursos de dominação política e econômica, começa nos anos de 1980 a considerar o conceito de hegemonia, na perspectiva dos estudos culturais de Antonio Gramsci. O enfoque da preocupação de Gramsci nas pesquisas em Comunicação e Cultura está na compreensão da tradição e da modernidade no Terceiro Mundo a partir dos movimentos das classes sociais e dos governos na contemporaneidade, pois o que estaria em jogo era a comunicação humana, particularmente nos setores sociais em que o autor chama de “subalternos”.

⁹ Entre os anos de 1968 e 1975 surgiram os primeiros cursos de pós-graduação em Extensão Rural na UFV (antiga Esav), na UFSM/RS e, em 1979, na UFRPE (em 2003, o

espaço de questões incompletas, pautadas sempre nas discussões sobre o tradicional e sua relação com o moderno, ancoradas no modelo da comunicação freireano de visão anti-difusionista e que, quando utilizava os estudos de recepção, buscava produzir compreensões instrumentais e representacionais acerca da relação dos meios de comunicação e o desenvolvimento rural. Um dos problemas que impediram o avanço além destas armadilhas teóricas e metodológicas estaria nas discussões sobre comunicação rural e extensão rural sempre descoladas dos debates sobre recepção dos meios de comunicação desenvolvidos por fóruns avançados como a Compós (Associação dos Programas em Pós-Graduação em Comunicação). Isto fez com que, até hoje, houvesse uma indefinição ou pouca atualização sobre o conceito de comunicação rural, fazendo com que os estudantes de pós-graduação recorram ao conceito clássico de Bordenave (1983). As poucas definições mais atuais não dão conta de explicar os atuais fenômenos comunicativos em face da atual mediatização tecnológica.

No entanto, vale salientar que os anos de 1990 foram importantes para as pesquisas em comunicação com o objeto de estudo na população rural, pois algumas investigações lançaram nova luz sobre o campo. A consolidação do conceito de “ação local” promovido pelas ONGs ajudou nas discussões posteriores sobre a questão ambiental, tema da pauta atual dos programas institucionais para o desenvolvimento rural, como também de algumas pesquisas em extensão rural¹⁰. Também os tais “diálogos políticos” de Bordenave (1993) foram criticados com relação a efetiva participação dos agricultores, o que abriu espaço para uma preocupação com a produção de sentidos dos agricultores (TAUK SANTOS, 1994)¹¹,

Mestrado em Comunicação Rural se transforma em Extensão Rural e Desenvolvimento Local). A primeira tese doutorado sob a perspectiva freireana foi produzida por Luis Ramiro Beltrán, em 1972. Outras pesquisas importantes foram surgindo: João Bosco Pinto (1980), José Graziano da Silva (1981), Juan Díaz Bordenave (1983) e uma das primeiras teses de doutorado na ECA/USP sobre comunicação rural, em 1988: “Questão Agrária e Comunicação Rural no Brasil”, de Walmir de Albuquerque Barbosa (Callou, 2001). Nesse mesmo período, vale a pena salientar que trabalhos vindos das Ciências Sociais viraram clássicos nos cursos de comunicação ao abordar o tema da televisão: Sérgio Miceli, “A Noite da Madrinha” (1971); Luiz Augusto Milanese, “O paraíso via Embratel” (1977); e Carlos Eduardo Lins e Silva, “Muito além do Jardim Botânico” (1984).

¹⁰ Sobre essa preocupação das pesquisas em comunicação com a comunicação rural e com a questão ambiental, confira Braga e Kunsch (1993) e artigos que balizaram as discussões do 11º e do 13º Congresso Brasileiro da Intercom (Revista “Comunicação e Sociedade - Ecologia”, ano XI, nº 19, São Bernardo do Campo/SP: Editora do Instituto Metodista de Ensino Superior – Edims/IMS, 1993, 140p).

¹¹ Nos anos de 1990, Maria Sallet Tauk Santos (UFRPE) orientou alguns estudos de recepção para analisar a produção de sentido dos sujeitos de contextos rurais (receptores) em face das propostas dos programas governamentais (emissores),

percepção auxiliada pela visão do receptor como sujeito ativo no processo comunicacional (Sousa, 1995) que se juntava ao contexto das “novas ruralidades” ou “o novo espaço agrário” brasileiro (CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000)¹². Estes aspectos desenvolveram tendências de debates no âmbito acadêmico e na discussão sobre políticas públicas, ganhando espaço nos *media*.

A questão do meio ambiente e das atividades não-agrícolas (o crescimento do setor de serviços no meio rural) motivaram as discussões dos pesquisadores e dos extensionistas, pois havia a necessidade de empoderar os sujeitos à promoção do desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista um rural que se esvaziava de agentes promotores da preservação ambiental e desenvolvimento local¹³. Cresceram, então, as críticas à efetiva participação da comunidade nos projetos, a não ocorrência do “diálogo” entre instituição e comunidade, a falta de continuidade dos projetos e o descompasso de expectativas. Neste sentido, os estudos de recepção¹⁴ nos anos de 1990 foram utilizados no meio rural para entender a produção de sentidos dos sujeitos e, com isso,

indagando se os tais “diálogos políticos” dariam conta das expectativas simbólicas dos agricultores nos encontros com os extensionistas e técnicos.

¹² A pesquisa influenciou sobremaneira a perspectiva dos estudos em Comunicação Rural e Extensão Rural. Nasceu da parceria entre os estudos tradicionais desenvolvidos por órgãos técnicos econômicos e as investigações de perspectiva acadêmica produzida pelos institutos de economia nas universidades brasileiras, atualizando a questão do meio rural brasileiro na contemporaneidade. A nova caracterização da população residente no meio rural brasileiro sugeriu pensar o meio rural brasileiro para além das atividades estritamente agrícolas e agropecuárias. Graziano (1993, p.11) sugere ampliar “a velha noção de rural para além das atividades produtivas tradicionais (tais como culturas e criação de animais) e incluir no espaço agrário a produção de serviços (tais como lazer, turismo, preservação do meio ambiente, etc) e de bens não-agrícolas, como por exemplo moradia, artesanato, incluindo aí também as formas modernas de trabalho a domicílio, tão comuns nos países desenvolvidos”.

¹³ Este esforço dura até hoje, mas o Censo IBGE 2010 mostrou que a população rural ainda é significativa (29 milhões de pessoas) e o que preocupa seria a redução do número de jovens rurais (hoje em 7.807.627). Os números são maiores que em países como México, Chile e Argentina, onde as indústrias e as grandes áreas rurais abandonadas se multiplicam. Isto mostra que a realidade brasileira sempre se caracterizou pela heterogeneidade das propriedades rurais, da diversidade da produção agrícola, dos investimentos e dos costumes de vida dos sujeitos de contextos rurais (NAVARRO, 2012).

¹⁴ Os estudos de recepção se dedicam a investigar o lugar do receptor no processo comunicativo na perspectiva de um sujeito ativo, não indefeso, diante da mensagem do emissor, a partir do paradigma das mediações culturais e do conceito de hegemonia dos estudos culturais britânicos. Tradicionalmente são estudos midiáticos, ou seja, estudos de audiência e da recepção de programas de rádio, tevê e públicos de jornal impresso. Para uma visão sobre os estudos de recepção nos anos de 1990 até 2010, confira os trabalhos da pesquisadora Nilda Jacks (2008, 2010, 2011, 2012).

funcionaram como instrumento de pesquisa importante às políticas públicas mais adequadas às suas expectativas.

Em meio a este cenário problemático e as importantes discussões e questionamentos sobre o papel da comunicação no meio rural, nos anos de 1990 a academia discutiu o conceito de rural em função da perspectiva trazida pela noção do chamado “novo espaço agrário”. Tal perspectiva trouxe de volta o debate em torno da homogeneização do rural, mas também dos antagonismos dicotômicos e da heterogeneidade do rural. Esses debates trouxeram novos olhares à comunicação articulada ao meio rural.

1.1. O rural e sua condição rurbana

Em geral, o rural sempre foi percebido pelo senso comum a partir da comparação com o mundo urbano, enquanto que as visões acadêmicas e institucionais observaram o rural pelas delimitações analíticas e normativas. As instituições sempre enquadraram o conceito em sistemas terminológicos e classificatórios de acordo com os interesses e objetivos do uso prático dos termos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, considera área rural toda a região externa ao perímetro urbano legal, e utiliza para tal argumento uma grande fonte de dados, de conteúdos estatísticos e contagem populacional. Nas universidades, onde o conceito de rural se desenvolveu, algumas correntes de pensamento ajudaram no debate e nos delineamentos teóricos.

No início do século XX, a sociologia norte-americana (que tomou como referência os estudos clássicos sobre comunidade e sociedade de Ferdinand Tönnies) definiu o rural em oposição ao urbano (teoria dicotômica). Esta perspectiva foi questionada por autores que defenderam a homogeneização do rural com o urbano na teoria do *continuum* (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, [1929] 1986).

O rural passou a ser encarado como auto-explicativo, uma percepção que brotou das definições clássicas que caracterizaram a sociedade rural: território com dimensão específica restrita às atividades agrícolas e à economia; lugar da produção de alimentos através da criação de plantas e de animais. A esta atividade econômica se vincularam todos os outros traços de um rural visto enquanto o contato constante com a natureza. Por conta deste contato próximo com os organismos naturais, o rural adquiriu a característica de ser um ambiente instável das forças da natureza. Sua população seria mais tradicional do que urbana, com pouca mobilidade social, menos lazer e mais pessoalidade entre seus

moradores (SOLARI, 1979). As definições do rural, nos anos de 1970, estiveram atreladas às estruturas organizacionais agrárias da sociedade rural.

Nos anos de 1980, a produção acadêmica no campo da sociologia rural foi marcada por estudos esparsos e pela dificuldade de definir melhor novos conceitos. Vários estudos se debruçaram sobre a realidade dos *sem-terra*, dos *atingidos por barragens*, dos *assentados rurais*, sempre na busca da compreensão dos processos e dos movimentos sociais em curso naquele período. Nesta fase, os pesquisadores sociais identificaram problemas e questões comuns em diversas áreas do conhecimento, o que fez surgir outras temáticas, novos conceitos e categorias, permitindo diferentes recortes empíricos, propostas epistemológicas, metodológicas e outras discussões, tais como identidade social, cidadania, relações de gênero, violência e ecologia (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001).

Em especial, os temas marcados pelos discursos relacionados ao meio ambiente e a ecologia produziram um pensamento em torno da sociologia ambiental que representou um campo de especialização oponente da sociologia rural. Enquanto se desenvolveram as questões em torno da interação sociedade e meio ambiente, as discussões cresciam sobre o desenvolvimento sustentável, tanto na academia quanto entre os movimentos sociais (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001).

Nos anos de 1990, voltou a ganhar força a teoria do contínuo rural-urbano, a ideia de que as demarcações territoriais entre as áreas tendiam a se dissolver por causa do avanço da urbanização. Por conta do desenvolvimento tecnológico, das atividades não-agrícolas, da transmissão de informação, dos meios de transporte e do processo geral da globalização, a urbanização dos rurais transformaria em “uma coisa só” os universos do rural-natureza e do urbano-industrial (GRAZIANO DA SILVA, 1993,1996, 1997; TOLEDO, 1998).

Em oposição a esta perspectiva, outros estudos observaram as dinâmicas da pluriatividade, as novas sociabilidades e as identidades que questionaram a submissão do rural ao urbano (CARNEIRO, 1998, 2005; WANDERLEY, 2001; PONTE, 2004). A ideia de contínuo rural-urbano mereceu reflexão, dada as realidades rurais altamente distintas uma das outras (CARNEIRO, 1998), especialmente no Brasil.

Outra perspectiva mais atual, o estudo do rural pela abordagem territorial, também defendeu a ideia contrária ao fim do rural (VEIGA, 2002, 2004; BLUME, 2004), questionando a classificação normativa dos institutos de pesquisa: a cada censo

demográfico, os institutos apresentaram dados percentuais sobre a população rural, indicando um suposto esvaziamento do campo. No entanto, nestes levantamentos estatísticos havia alguns equívocos: as ocas indígenas no Brasil, por exemplo, foram consideradas como “área urbana”, pois algumas se situavam no interior do perímetro urbano da sede do município (VEIGA, 2002).

Longe destas classificações arbitrárias, dos antagonismos dualísticos, bem como das perspectivas apocalípticas sobre o rural, este texto se filia a perspectiva da pesquisadora Maria José Carneiro (1998), mas propõe como percepção assessória que cada cultura rural seja vista também na sua relação com a área urbana mais próxima ou o urbano-referência. Com isto, abrimos espaço para observar as mesclas do rural “tradicional” de uma comunidade com os traços do mundo urbano moderno, bem como enxergarmos uma condição rurbana no meio rural.

As distâncias entre o campo e a cidade já não são tão largas como antigamente por conta de um fluxo de informações cada vez mais intenso entre as regiões. Por isto que a informação nos parece ter sido o combustível à formação deste rurbano. A condição rurbana significa uma forma de vida rural que já diminuiu bastante seu estranhamento na relação com o mundo urbano. Cremos, portanto, que talvez não exista condição rurbana no rural sem a presença e a influência da informação do mundo urbano. Neste sentido, não seria difícil pensar que a mídia tem um papel importante na aproximação do rural com o urbano, na construção de uma mescla rurbana nos costumes, nos comportamentos, na economia, na sociedade.

Foi este fluxo de informações (via transferência oral de informações, relações face a face, por cartas, telefone, etc) que permitiu a troca de experiências entre as pessoas, transformando o rural tradicional em um rural mais contemporâneo, permitindo mais visibilidade do rural além das representações do “velho” e do “atrasado”, mas igualmente como bucólico, sossegado, lugar do contato com fauna e flora, lugar da medicina natural, dos spas relaxantes junto à natureza, do lazer rural (pescarias, esportes de montanha), da cura espiritual (através da energização pelas pedras, dos banhos de ervas, da meditação em contato com a natureza) e da alimentação saudável. A fuga dos cidadãos da cidade e o retorno dos migrantes para o rural valorizaram aos olhos da mídia o próprio ambiente rural, que mostrava o estilo de vida urbano como estressante e de pouca qualidade de vida. Por outro lado, as atividades não-agrícolas, em algumas regiões, mudaram algumas regiões rurais para um aspecto “moderno”: o trabalhador rural

também trabalha como guia turístico; o ordenhador de leite virou recepcionista do hotel rural; o vaqueiro passou a garçom de restaurante pesque-pague. E alguns cenários também mudaram: a plantação de milho foi substituída por um parque recreativo; o lugar de pastagem do gado substituído por um parque tecnológico; o comércio local se ampliou, novos sujeitos circularam e cresceu o emprego no setor de serviços tipicamente urbanos.

Essa aproximação do rural com o urbano produziu áreas rurais urbanizadas, crescimento das atividades não-agrícolas, transformações parciais no mundo rural, industrialização, mas igualmente resistência das tradições e modos de vida rururbanizados. Em alguns lugares, apesar das pessoas valorizarem o rural, ter vontade de continuar as atividades agrícolas ou empreender alguma atividade não-agrícola em sua propriedade, a condição socioeconômica empurra esses indivíduos para trabalhar e estudar na sede urbana do município. A falta de motivação pelo trabalho na roça, a insegurança da atividade na agricultura, as linhas de crédito que não atendiam suas expectativas, aliados aos problemas familiares, ao relevo da propriedade, ao manejo inadequado de culturas e a extinção da escola rural foram alguns fatores que contribuíram para o surgimento de uma condição rurubana do jovem rural¹⁵.

O jovem rural que já passou da idade escolar e não ingressou em alguma universidade ou instituto tecnológico continua a morar na roça e trabalha, por exemplo, como *motoboy* na sede urbana do município. Para melhorar a propriedade ou sair definitivamente do rural, o jovem adota uma condição rurubana

¹⁵ O conceito de "rurubano" foi acionado pela primeira vez pelo sociólogo Gilberto Freyre (1982) que, através de vários escritos – "Palavras às Professoras Primárias de Pernambuco em 1956", "Novas Reflexões em Torno de uma Reorientação para o Desenvolvimento Brasileiro: a Rurubana" e "Da Ecologia à Rurbanização: Considerações Gerais um Tanto Desordenadas" – procurou desenvolver a tese do estilo de desenvolvimento a partir da paisagem de equilíbrio interpretativo dos extremos do atraso/rural e do moderno/urbano, sendo possível de realização a partir da vontade política dos homens públicos engajados no social (SANTOS, 2001). Mas a "condição rurubana" na qual nos referimos parece ser diferente do pensado por Freyre, pois reflete a trajetória de vida das populações rurais que sempre dependeram do urbano para vender os produtos, adquirir conhecimentos, comprar mercadorias e, em muitos casos, ter saúde, emprego e renda. A urbanização de áreas rurais e o crescimento das atividades não-agrícolas também ocorreram de maneira desigual, mas no geral os povoados, as vilas e os distritos e municípios rurais ainda conservam problemas de infra-estrutura urbana, de saúde e acesso a informação: entre um distrito rural e outro de uma mesma micro-região, existem várias discrepâncias de classe social; em uma mesma vizinhança, uma família rural pode possuir bom sinal de internet e a outra não; de um vilarejo para o outro, o sinal do celular ou de uma emissora de rádio pode ser forte ou inexistente.

temporária, em que mora no rural e busca renda na área urbana, ou permanente, quando o jovem já se acostumou nesta vida entre o rural e o urbano.

Pensando, portanto, a importância das mídias como fomentadora de informações que diminuem o estranhamento do rural na relação com o mundo urbano e, conseqüentemente, alimentam esse ambiente urbano, lembramos que as telenovelas e os telejornais (dois gêneros preferenciais entre os habitantes do rural) pautam assuntos e temas sociais que, em certa medida, estimulam a adoção de regras, padrões e valores entre as populações rurais. Os programas televisivos (a televisão ainda seria o veículo mais consumido no meio rural) alicerçam todos os dias um espaço semântico de compreensão do mundo, mas também um campo pré-político, onde temas públicos fazem as pessoas pensarem, por vezes temas que posteriormente alcançam o universo do campo político das deliberações locais. E as pessoas comentam os assuntos das mídias ou pelo menos emitem opinião sob influência de tais conteúdos, nos espaços de sociabilidade. Por este caminho se desenha a importância dos estudos no campo da recepção.

2. ESTUDOS DE RECEPÇÃO NO DIVÃ

Sob a influência política e teórica dos autores fundadores dos estudos culturais britânicos¹⁶ e a penetração do conceito de hegemonia os estudos de recepção no Brasil, entre os anos de 1980 e 1990, desenvolveram algumas abordagens teórico-metodológicas com ênfase na perspectiva latino-americana.

Destacam-se as correntes conhecidas como Consumo Cultural, desenvolvida por Néstor García Canclini; Frentes Culturais, coordenada por Jorge González no Programa de Estudios sobre las Culturas Contemporaneas (Colima/México); Recepção Ativa, desenvolvida no Centro de Indagación y Expresión Cultural y Artística (Ceneca/Chile) sob a coordenação de Valério Fuenzalida e Maria Elena Hermosilla; Uso Social dos Meios, concebida por Jesús Martín-Barbero; e Enfoque Integral da Audiência, proposta teórico-metodológica de Guillermo Orozco, desenvolvida no Programa

¹⁶ Nos limites deste artigo não iremos dissertar de forma mais minuciosa sobre os estudos culturais britânicos, apenas ressaltando que a importância política dos estudos se vincula às origens de um aldeão (Raymond Williams), de um filho de operário (E. P. Thompson) e do filho de um ferroviário (Richard Hoggart), fundadores do *Centre for Contemporary Cultural Studies* nos anos de 1960. Posteriormente, os estudos culturais britânicos influenciaram teoricamente a abordagem dos estudos de recepção na América Latina, nos anos de 1990, a partir do receptor enquanto sujeito ativo do processo comunicacional.

Institucional de Investigación en Comunicación y Prácticas Sociales (Universidad Iberoamericana, México. (JACKS, 1993, p.44).

A preferência pelos autores latino-americanos ocorreu por eles postularem a existência do emissor e do receptor em uma relação mediada pelo contexto, pelas instituições e pela cultura, abordando o receptor a partir de suas mediações. Dentre esses autores, três correntes ganharam mais espaço que as outras: o “consumo cultural” (Néstor García-Candlini), o “uso social dos meios” (Jesús Martín-Barbero) e o “enfoque integral da audiência” (Guillermo Orozco Gomez). A primeira se baseou em uma teoria sócio-cultural do consumo para abordar os processos de comunicação e recepção de bens simbólicos. A segunda articulou as práticas de comunicação aos movimentos sociais, tendo o foco no popular em seu convívio com o processo de modernização e os usos do receptor em face do massivo. E a terceira perguntou quais as mediações surgem na produção de sentidos do receptor enquanto audiência televisiva, imerso em determinado contexto (JACKS et.al., 2008).

Tal perspectiva aporta no Brasil sob uma conjuntura de crítica teórica e política do difusionismo, que apregoava a comunicação vertical do pólo do emissor para o pólo do receptor. Os estudos de recepção de viés latino-americano procuraram desvendar o sujeito oculto nesse receptor, pois o mesmo se definia anteriormente pelo ponto de vista do emissor. Contudo, os estudos de recepção – na tentativa de se contrapor ao modelo político instrumental dos meios de comunicação da época – apenas inverteram o pólo, agora partindo do ponto de vista do receptor e mantendo o modelo vertical de comunicação: “Linearidade ao inverso, uma ênfase excessiva no receptor, uma valorização indiscriminada dos usos, assim como uma fragmentação da abordagem e uma sociologização dos estudos de recepção em detrimento da apreensão do processo e do próprio enfoque comunicacional (FRANÇA, 2004, p.35).

Este foco no sujeito se deve à influência dos pesquisadores do Ciespal, que conceberam a recepção como uma terceira via a partir de processos “de baixo para cima”, na busca de identificar a resposta dos receptores em sua cultura subalterna popular, na articulação complexa com o massivo e com a cultura hegemônica situadas em um contexto macro. A chamada “chave para a recepção” tinha como missão apenas libertar o sujeito oculto no receptor. Em nome dessa visão política, Martín-Barbero (1984) não se incomodou em ser visto como um culturalista no meio acadêmico e propôs “perder o objeto para ganhar o processo”. Alguns autores

advertiram sobre os riscos desta pulverização do objeto da comunicação e do esletismo teórico-metodológico nos estudos de recepção (LOPES, 1997).

Em um trabalho exaustivo de levantamento das pesquisas em recepção no Brasil, Jacks et.al. (2008) apresenta três abordagens dos estudos: dois se destacam na década de 1990 (as abordagens sociocultural e a comportamental) e outra surge nos anos 2000 (a abordagem sócio-discursiva). A primeira permitiu associar cultura e comunicação em complexidades de nível macro, onde os sujeitos e seus grupos se articulam em várias relações sócio-culturais além da recepção dos meios em si; a segunda considerou o produto midiático um estímulo, motivando variadas respostas dos públicos, como por exemplo, estudos de formação de opinião, dos efeitos cognitivos e dos usos e gratificações, que levou em conta a audiência, dentro da tradição funcionalista de entender os “efeitos” da mídia sobre os sujeitos.

Estas abordagens dos anos de 1990 permitiram estudos do sujeito receptor em seu cotidiano, metodologias etnográficas da audiência, análise da identidade cultural, das classes sociais, identificação de mediações culturais e das diferenças de gênero. O receptor no final dos anos 90 era apreendido por uma leitura menos ideologizada¹⁷, e entendido como um sujeito mais ativo e negociando em seu cotidiano com outros significados instituídos na sociedade antes e depois do contato com as mensagens midiáticas, interpretando e fazendo uso das mensagens e permitindo pactos de recepção; as mediações eram múltiplas, assim também os emissores, as articulações e os diferentes receptores; e muito pouca pesquisa em recepção havia sido produzida sobre o público do meio rural (JACKS et al., 2008; JACKS E SOUZA, 2006; ESCOSTEGUY e JACKS, 2006).

Mas por outro lado, a complexidade da coleta e da inferência nos dados para o estudo da recepção, o desgaste de pesquisas que reproduziram sem crítica os mesmos autores, algumas sem fazer referência às pesquisas dos principais autores brasileiros, parecem ter sido causas do arrefecimento das pesquisas em recepção na última década.

¹⁷ A visão ideologizada do receptor surge vinculada à crítica ideológica do Ciespal ao difusionismo nas décadas anteriores, que enxergou o foco das pesquisas no receptor como uma visão parceira da perspectiva da “terceira via” em face de processos políticos “de cima para baixo”. Até os dias atuais, alguns movimentos sociais ainda observam os veículos de comunicação de massa como subjugadores da cultura subalterna e popular, conservando receptores ideologizados dentro de processos comunicacionais “horizontais” que servem para as suas próprias causas políticas.

Se ao iniciar a década de 90, no contexto acadêmico brasileiro, detectava-se um entusiasmo com a problemática da recepção, a entrada neste novo milênio possivelmente indicaria uma retração. Não há ainda levantamentos que comprovem tal tendência, apenas sintomas. Depois de estar em evidência, por um curto período, a energia que atravessava os estudos de recepção arrefeceu (ESCOSTEGUY, 2008, p.1).

A perspectiva da recepção contribuiu para a compreensão dos processos culturais e comunicacionais, mas não se desenvolveu além de suas próprias teorias e autores, deixando um pouco de lado as condições de produção do texto midiático em relação aos da recepção. Além do problema de negligenciar o próprio texto, os estudos de recepção encontraram desafios diante das crescentes situações sociais mediatizadas tecnologicamente (a presença e a influência mais intensa das diferentes mídias eletrônicas) proporcionadas pelo aumento e melhoria das malhas de telecomunicações e acesso às redes sociais na internet.

Essa conjuntura gerou uma recepção difusa ou dispersa¹⁸: no campo da produção, ampliaram-se as opções de programas, telenovelas, telejornalísticos, transmissões esportivas; no campo da recepção, cresceram outras formas de complementação de mídias, surgiram às conversações midiáticas, novos gostos e costumes mediatizados tecnologicamente. Borram-se as fronteiras entre receptor e emissor, ganham em importância as relações horizontais da comunicação e, nisto, importam as intensas trocas comunicativas entre os sujeitos e a possibilidade de fazer circular informação da televisão às redes sociais.

Buscando talvez uma saída, Rocha e Marques (2006) propuseram destacar os diálogos dos estudos de recepção com as lógicas e os modos de operar no âmbito da produção, apontando a possibilidade de investigação dos significados entre produção e recepção no processo comunicativo. Ao lembrar o lugar da produção no estudo de recepção, as autoras iluminaram o caminho rumo à interseção entre os campos da produção e da recepção. "Por isso consideramos a interseção um lugar mais rico de análise, pois além de podermos evidenciar os conflitos de informações, as diferentes motivações, veremos que tal processo é complexo, pois envolve

¹⁸ Segundo José Luiz Braga (2010), na mediatização as mídias se oferecem dispersas (ou difusas) em possibilidades informacionais. Isso permite observar também uma recepção mais difusa (ou dispersa) nas várias possibilidades do sujeito em experienciar múltiplas mensagens midiáticas. Mas as interpretações e os usos mediatizados levam em consideração o olhar do receptor: o olhar do público pode estar preparado ou não para oferecer aos produtos da mídia uma formação prévia reflexiva.

vários atores, um cenário contextual, um texto [ou vários textos] e múltiplas interpretações” (ROCHA; MARQUES, 2006, p. 37).

No âmbito dos textos publicados no GT da Compós “Recepção: processos de interpretação, uso e consumo midiáticos”¹⁹, ainda são tímidas as iniciativas em direção a uma reformulação dos velhos conceitos atrelados aos estudos de recepção, bem como poucos os artigos que propõem aos estudos uma abordagem comunicativa. Natansohn (2007) indagou até onde velhos conceitos importantes aplicados nos estudos da recepção dão conta de explicar o consumo de novas mídias hoje: “Podemos continuar utilizando os esquemas conceituais que desde 1980 norteiam os estudos sobre audiências, voltados, principalmente, para o público da televisão e preocupados com questões vinculadas ao sentido, às identidades e ao poder?” (p.3).

Outros autores, como Adriana Braga (2008), ao mostrar as interatividades em um *weblog* e a circulação das mensagens por meio de diferentes articulações e complementaridades com outras mídias, põe em dúvida o próprio termo “recepção”. No ano seguinte, resumindo temas e conceitos propostos por autores da Escola de Chicago, Braga e Gastaldo (2009) explicam que a perspectiva interacional pode auxiliar o estudo da recepção a partir de fenômenos comunicacionais, onde os meios de comunicação ganham destaque²⁰.

Jacks et.al. (2012) classifica de “abordagem sócio-discursiva” os trabalhos em recepção produzidos na década de 2000. Tais pesquisas mostram alguns aspectos significativos: a temática das identidades não tem grande destaque e desaparecem as citações a autores como García-Canclini e Orozco; crescem temas relacionados à participação do leitor e à relação entre emissão-recepção via teorias do discurso e da semiótica; aumenta o número de citações de outros autores (como Foucault, Bakhtin, de Certeau, Bauman, Orlandi, J.L. Braga e Lúcia Santaella), que juntas superam

¹⁹ Pesquisamos no site da Compós os artigos do GT “Recepção, Usos e Consumo Midiático” do ano de 2007 até 2011 e não identificamos nenhum artigo com o objeto de estudo o “rural” ou “juventude rural”. Ressaltamos apenas que Coelho (2011) apresentou trabalho sobre a apropriação das interfaces digitais na ambiência juvenil urbana, problematizando sentidos de pertencimento, subjetividades e formações socioeconômicas no processo de midiaticização e na transformação das relações de cotidiano. O primeiro trabalho neste GT sobre mídia e juventude rural é o de Duarte e Soares (2012).

²⁰ Aqui é importante salientar algo que parece fugir aos conhecimentos dos autores: a abordagem praxiológica da comunicação de Luis Quéré (1991), que é uma perspectiva interacional na qual leva em conta basicamente uma comunicação no centro da vida das pessoas; e a linguagem dos meios se constitui na relação dos sujeitos na/da comunicação (FRANÇA, 2006).

o número de vezes em que Martín-Barbero é citado nos trabalhos. No geral, os estudos de recepção da última década não trouxeram novidade quanto a uma saída epistemológica para os estudos de recepção, sem problematizar os conceitos advindos com as novas mídias e a nova realidade sociocultural trazida pela internet, também sem enfrentar os processos de interação fora da *web* e a lógica da convergência midiática. “Ainda quando a interação é apenas uma possibilidade, as práticas de recepção podem estar sendo transformadas, o que implica na reconfiguração dos estudos como um todo, em termos teórico, metodológico, temático, político, etc” (JACKS et al., 2011, p.94). Para Jacks et.al. (2012), torna-se inadiável a discussão sobre a nomenclatura do termo “recepção” em função da urgência no enfrentamento da nova realidade de produção/circulação/consumo dos conteúdos midiáticos.

3. À GUIA DE UMA CONCLUSÃO: EM BUSCA DE UM OUTRO LUGAR TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICO

No grupo de trabalho sobre “Recepção: processos de interpretação, uso e consumo midiáticos”, que se reúne anualmente nos encontros da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós)²¹, a perspectiva que apontou uma saída mais interessante do pólo da recepção na direção de uma “abordagem comunicativa” foi a de Fausto Neto (2012). As mensagens circulam pelas bordas do consumo de mídia, dando existência a novos desenhos de organização e funcionamento dos processos de circulação, objetos centrais da comunicação (FAUSTO NETO, 2010, 2012). Para o autor, os impactos dessas novas disposições midiáticas da mensagem sobre o âmbito da recepção suscitam uma revisão do termo “recepção”, pois o mesmo se vincula ao resultado dos efeitos ou à confirmação das expectativas dos pólos emissores. A ação “tecnosimbólica” do campo da produção sobre o campo da recepção não se efetiva de modo causal, de acordo com a intenção dos sujeitos nesta relação, como se essa intenção determinasse por si a ocorrência de comunicação²².

As relações entre produção e recepção estavam situadas fora da ocorrência do ato de comunicação, sem levar em conta a

²¹ Grupo de Trabalho dos encontros anuais da Associação dos Programas em Pós-Graduação em Comunicação (www.compos.org.br).

²² Ressaltamos que Jacks e Silva (2011) fizeram um levantamento das pesquisas em recepção entre os anos de 2000-2002 revelando a tendência em alguns trabalhos em buscar uma relação da mensagem midiática com a vida cotidiana das pessoas, apesar da maioria das pesquisas terem o foco mais no receptor do que em uma relação da mensagem com o receptor.

complexidade e a incerteza do processo comunicativo. A ênfase estava na consciência do receptor no processo, colocando fora de cena a circularidade da informação. O que existe é uma área de fluxo produção/recepção que foi visto anteriormente como uma mera passagem automática do processo (FAUSTO NETO, 2010).

Portanto, trazemos os estudos das interações comunicativas para os estudos rurais propondo que os pesquisadores interessados no estudo dos sujeitos no território da recepção observem a perspectiva da abordagem comunicacional que leva em conta esse lugar da circulação das mensagens chamado por Fausto Neto (2010) de “zona de interpenetração” ou o instante da ocorrência de comunicação quando populações rurais são afetadas pelo conteúdo da mídia, seja reverberando os assuntos em seus espaços de socialização, mudando hábitos de consumo, jeitos de ser e indumentária ou produzindo mensagens nos meios sob a influência das mídias.

Nesta perspectiva interacionista – já adotada por importantes pesquisadores no campo da comunicação (FRANÇA, 2004a, 2004b, 2006, 2008; BRAGA, 2010, 2012; PINTO e SERELLE, 2007) – os territórios da recepção e da emissão se posicionam lado a lado e, com o foco nesta “interpenetração”, importa menos o ajuste de lentes no sujeito do discurso ou nas representações da linguagem do que, em primeiro lugar, na ocorrência da comunicação²³. O inter cruzamento de sentidos no espaço conflituoso da “interpenetração” constrói a comunicação por meio de instantes que se fazem e se refazem na experiência dos sujeitos na situação, ora como emissores ora como receptores. “Em suma: uma perspectiva interacional e situacionista não permite analisar uma fase do ato social sem levar em consideração seu encadeamento numa sequência de outras fases” (FRANÇA, 2008, p.85).

Trata-se de outro lugar epistemológico em relação aos atuais estudos de recepção. A consolidação deste lugar não significa rompimento nem se arvora em apresentar-se enquanto uma possibilidade de transformação dos estudos. Dentro do espectro das epistemologias que são adotadas nas pesquisas em recepção, o lugar das interações comunicativas torna visível uma matriz teórico-

²³ As interações sociais são o *lugar de ocorrência* da comunicação, por isso não se trata apenas da decodificação e do convencimento do sujeito no território da recepção, mas sim da produção de sentidos *no momento da relação*. A comunicação se faz como resultado de um trabalho social e humano na direção de produzir algo que não está dado de forma prévia a interação (BRAGA, 2010). Se desenvolvimento rural significa mudança, a mudança ocorre através de processos comunicacionais.

metodológica própria, ampla e eficaz que procura explicar aquilo que interessa à área da comunicação, a abordagem comunicativa.

Observa-se o nível macro da complexa relação entre os territórios da recepção e da emissão, mas igualmente o universo micro das relações situacionais que constituem as interações dos sujeitos com os conteúdos midiáticos e suas formas de reverberação nos espaços de socialização. Por essa saída, tratamos a comunicação situada no centro da vida e não de forma instrumental e representacionista. Os discursos se entrelaçam na experiência dos sujeitos no cotidiano, em ambos os territórios; a interação se faz e refaz na base da sociedade e permite que as linhas de força dos discursos da mídia sejam reconfigurados, atualizados e resignificados no cotidiano, a partir das experiências dos sujeitos no contato social.

Ao deslocarmos as preocupações da comunicação para a relação no centro da vida, temos que mudar nossa forma de pensar o objeto de estudo e a vida social. Temos que observar como as pessoas do rural estão engajadas e se mobilizam em uma ação de se comunicar a partir do contato social e uma comunicação na vida. O processo comunicacional seria tanto o lugar de constituição dos espaços e dos fenômenos sociais quanto à produção da comunicação entre seus membros e *“dos quadros institucionais que garantem sua identidade e sustentam sua ação”* (QUÉRÉ, 1991).

A comunicação na vida das pessoas atua enquanto construção social da realidade e, neste sentido, interessante os atravessamentos: da forma (a objetividade) com o sentido (a subjetividade); da atividade dos sujeitos com seus engajamentos na realidade comum; da função representativa da linguagem com sua função expressiva e constitutiva. Se a comunicação está em todas as atividades práticas cotidianas da vida, então implica em uma mudança de paradigma com relação às pesquisas.

O esforço, então, está na substituição do modelo representacionista-informacional da comunicação por um modelo propriamente comunicacional. Quéré (1991) sugere uma concepção praxiológica da comunicação, articulada ao problema da realidade que se constrói a partir da intersubjetividade e da constituição da linguagem, da expressão e da cognição no plano situacional.

Não importam as intenções prévias no projeto político de comunicação ou do programa de rádio e televisão. Nem as intenções que se encontram no território da emissão, nem as que se alocam no território da recepção, determinam o que vai acontecer. Importa, sim, ter a construção na relação, no momento da fala e da ação, instante

do intercruzamento de sentidos neste espaço semântico e pré-político da recepção.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, C.A. A pesquisa norte-americana. In: HOFELDT, Antonio; et.al. (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10ª Ed. São Paulo: Forense Universitária, 2005.

BERLO, D.K. Communication theory and audiovisual instruction. Keynote Address to the National Convention of the Department of Audiovisual Instruction. **National Education Association**: Denver/Colorado, April 23, 1963.

BELTRÁN, L.R. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. **Comunicação e Sociedade**, n.6, p. 5-35, set. 1981.

BERELSON, B; STEINER, G. **Human Behavior**. New York: Harcourt, 1964.

BORDENAVE, J.D. **O que é comunicação rural?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Comunicação Rural: discurso e prática. IN: BRAGA, G.M.; KUNSCH, M.M.K. (Orgs.). **Comunicação Rural: discurso e prática**. XI Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – 1988. Viçosa/MG: Editora Universitária, 1993, p.11-21.

BLUME, R. **Território e ruralidade**: A desmistificação do fim do rural. Porto Alegre: FCE, 2004.

BRAGA, J.L. Nem rara, nem ausente – tentativa”. **Revista Matrizes**, Ano 4, nº 1, jul./dez. São Paulo: ECA/USP, p. 65-81, 2010.

_____.Interação como contexto da comunicação. **GT Epistemologia da Comunicação**, XXI Encontro da Compós em Juiz de Fora/MG, 2012.

BRAGA, A.A.; GASTALDO, E. O legado de Chicago e os estudos de recepção, usos e consumos midiáticos. **GT Recepção: processos de interpretação, uso e consumo midiáticos**, XVIII Encontro da Compós em Belo Horizonte/MG, 2009.

BRAGA, A.A. Complementaridade das mídias: usos sociais da internet e seus precedentes. **GT Recepção: processos de interpretação, uso e consumo midiáticos**, XVII Encontro da Compós em São Paulo/SP, 2008.

BRAGA, G.M.; KUNSCH, M.M.K. (Orgs.). **Comunicação Rural: Discurso e Prática**, Viçosa: UFV, 1993,173p.

CALLOU, A. F.B. A pesquisa em comunicação rural na Intercom – 1991/2000. Trabalho apresentado no XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação em Campo Grande /MS, setembro de 2001.

CALLOU, A. B. F. (Org.) **Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local**. São Paulo: Intercom, 2002.

CALLOU, Â.B.F.; TAUK SANTOS, M.S. Desafios da Comunicação Rural em tempo de Desenvolvimento Local. **Revista de Comunicação Integrada – SIGNO**. Ano II, n.3, João Pessoa – UFPB, Setembro de 1995.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. IN: SILVA, F.C.T. da. SANTOS, R.C.; COSTA, L.F.C. (Orgs.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p.97-117.

_____. Juventude Rural: projetos e valores. IN: ABRAMO, H.W.; BRANCO, P.P.M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p.243-262.

DUARTE, R.; SOARES, J.B. Consumo de mídias eletrônicas, interações e valores entre jovens rurais mineiros. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Recepção, Usos e Consumo Midiáticos” do XXI Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, de 12 a 15 de junho de 2012.

ESCOSTEGUY, A.C. Quando a Recepção já não alcança: Por uma revisão no objeto e método. **GT Recepção: processos de interpretação, uso e consumo midiáticos**, XVII Encontro da Compós em São Paulo/SP, 2008.

FAUSTO NETO, A.; SGORLA, F. Despedindo-se de Fátima (do Jornal Nacional?): "...vamos ficar órfão (...)": o JN fica sem sentido... **GT Recepção: processos de interpretação, uso e consumo midiáticos**, XXI Encontro da Compós em Juiz de Fora/MG, 2012.

FAUSTO NETO, A. Bordas de circulação... **Revista Alceu**, v. 10, n.20, p. 55-69, jan./jun de 2010.

FIGUEREDO, R.P. A extensão rural no Brasil. Santa Maria: UFSM, 1981. Palestra apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM-RS. (mimeo).

FRANÇA, V.R.V. Interações comunicativas: a matriz conceitual de G.H.Mead. In: PRIMO, A.; et al. **Comunicação e Interações**. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 16-21.

_____. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, M.; GOMES, R.C.; FIGUEIREDO, V.L.F. **Comunicação, representação e práticas sociais**, 2004a, p.13-26.

_____. Programas populares na TV: desafios metodológicos e conceituais. **GT Cultura das Mídias**, XIII Encontro da Compós em São Bernardo do Campo/SP, 2004b.

_____. Sujeitos na, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, C.; FRANÇA, V.R.V. (orgs.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.61-88.

_____. **Apostila do Curso Básico de Teorias da Comunicação**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

FREYRE, G. **Rurbanização: Que é?** Recife: Editora Massangana, 1982.

GOMES, I.M.M. **O Conceito de Recepção e a Abordagem do Processo Comunicativo**. Textos de Comunicação e Cultura, nº 36, Salvador dezembro de 1996, p.17-36.

GRAZIANO, J. "Por um Novo Programa Agrário". **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**. Volume 23, No 2. São Paulo, maio/ago de 1993, p. 5-16.

_____. **A Nova Dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE/UNICAMP, 1996, p. 41-190.

_____. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova Economia**. Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. Volume 7, No 1. Belo Horizonte, maio de 1997, p. 43-82.

GRAZIANO, J. CAMPANHOLA, C. "**Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local**". **O Novo Rural Brasileiro: Políticas Públicas**. Jaguariúna/SP: EMBRAPA/Meio Ambiente, vol. 4, 2000. Nota pé, p.139.

JACKS, N. **A recepção na querência, estudo da audiência e da identidade cultural gaúcha como mediação simbólica**. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação). ECA/USP, 1993.

JACKS, N.; MENEZES, D.; PIEDRAS, E. **Meios e audiências: a emergência dos estudos de recepção no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

JACKS, N.; SOUZA, M.C.J. de. (Orgs.). **Mídia e recepção: televisão, cinema e publicidade**. Edufba: Salvador/BA, 2006.

JACKS, N.; JOHN, V.M.; SILVA, L.A.P. Estudos de recepção no Brasil: panorama da última década. **GT Recepção: processos de interpretação, uso e consumo midiáticos**, XXI Encontro da Compós em Juiz de Fora/MG, 2012.

JACKS, N.; et. al. Pesquisa sobre audiências midiáticas no Brasil: primórdios, consolidação e novos desafios. In: JACKS, N.; MARROQUIN, A.; VILLARROEL, M.; FERRANTE, N. **Análisis de recepción en América Latina: un recuento histórico con perspectivas al futuro**. Quito: Ciespal, 2011.

JACKS, N. et al., Pesquisa sobre audiências midiáticas no Brasil: primórdios, consolidação e novos desafios. In: JACKS, N.; MARROQUIN, A.; VILLARROEL, M.; FERRANTE, N. (Orgs.). **Análisis Del Recepción em América Latina: un recuento**

histórico con perspectivas al futuro. Quito/Ecuador: Ediciones Ciespal, 2010, p.69-102.

JACKS, N.; SILVA, L.A.P. Recepção de telenovela: a pesquisa brasileira no nascer do século XXI. **Revista Alaic**, 2011, n. 8-9, p. 252-262.

LERNER, D.; SCHRAMM, W. Comunicação e mudança. IN: LERNER, D; SCHRAMM, W. **Comunicação e mudança nos países em desenvolvimento.** São Paulo: UNESP, 1973.

LOPES, M.I.V.de. O estado da pesquisa em comunicação no Brasil. In: **Temas contemporâneos de comunicação.** São Paulo: Intercom, 1997, p.13-27.

MARTÍN-BARBERO, J. De La comunicación a la cultura. Perder el *objeto* para ganar el proceso. **Signo y Pensamiento**, n. 5, vol. 3, ano 3, Bogotá: Universidad Javeriana, 1984.

NAVARRO, Z. **Extensão rural no mundo.** Viçosa: UFV, 2012. Palestra de abertura do semestre apresentada ao Curso de Mestrado e Doutorado em Extensão Rural da UFV-MG. (gravado).

NATANSOHN, G. Estudos de recepção nas novas mídias. **GT Recepção: processos de interpretação, uso e consumo midiáticos**, XVI Encontro da Compós em Curitiba/PR, 2007.

NUNES, L. N. E. **Discussão sobre difusão e adoção de inovações na agricultura.** Brasília, 1977. Dissertação (Mestrado pela Universidade de Brasília), 1977. O estudo apresenta Brasil, Colômbia e México como sendo os países que estimularam a maioria dos estudos na área da difusão de inovações na agricultura.

OSGOOD, C.E. **Television and the teaching of English.** New York: Appleton-Century, 1961.

PINTO, J.; SERELLE, M (Org.). **Interações midiáticas.** BH: Autêntica, 2007.

POOL, De Sola. Le rôle de la communication dans le processus de la modernisation et du changement technologique. In: HOSELITZ, B. MOORE, W. (orgs.) **Industrialisation et Société**, UNESCO. Paris: 1963.

QUÉRÉ, L. “**D’um modele épistemologique de La communication à um modele praxéologique**”. Réseaux, Paris: Tekhné, 46/47, p.69-90, mar-abril, 1991.

ROCHA, S.M.; MARQUES, A.C.S. A interseção do processo comunicativo. In: JACKS, N.; SOUZA, M.C.J. de. (Orgs.) **Mídia e Recepção: televisão, cinema e publicidade**. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 32-55.

TAUK SANTOS, M. S. **Igreja e pequeno produtor rural: a comunicação participativa no programa Cecapas/Serta**. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Comunicação). ECA/USP, 1994.

_____. Comunicação e Consumo: espaço das mediações da cultura transnacional e das culturas populares. **INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo volume XIX, n.2 pag. 35-48, jul./dez. 1996.

_____. Comunicação rural: velho objeto e nova abordagem: mediação, reconversão cultural e desenvolvimento local. **Colóquio Brasil-França de Ciência da Comunicação**. Recife, setembro de 1998.

SANTOS, R. Rurbanização e revolução agrária em dois registros clássicos. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n.16, abril 2001, p.74-93.

SOUSA, M. W. (Org.). **Sujeito, Sujeito o lado oculto do Receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C.C.; GALPIN, C. J. Diferenças Fundamentais entre o mundo rural e urbano (1929). IN: MARTINS, J. S. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. O conceito de Rural. IN: GIARRACA, N. (Org.). **Una nueva ruralidad en América Latina?** Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001, p.67-79.

SOLARI, A. B. O Objeto da Sociologia Rural. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs.). **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

TOLEDO, V. M. Estudiar lo rural desde una perspectiva interdisciplinaria: el enfoque ecológico-sociológico. In: **Globalización, crisis y desarrollo rural en América Latina: Memória de sesiones plenárias**, México: Universidad Autónoma Chapingo–Colégio de Postgraduados, 1998.

VEIGA, J.E. **Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

_____. Nem tudo é Urbano. **Ciência e Cultura**, v.56, n.2, São Paulo, 2004 (base Scielo).

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. IN: GIARRACCA, N. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), 2001.

FERRAMENTAS OFFLINE DE COMUNICAÇÃO: RESGATE DO DIÁLOGO COM A POPULAÇÃO RURAL

Marina Muniz Mendes¹
Magno Medeiros²

Resumo

O tema deste trabalho são as ferramentas de comunicação utilizadas em publicações voltadas para a população rural. O objetivo é analisar a forma de publicações que promovem diálogo com camponeses. Os comunicadores, que têm como *stakeholders* trabalhadores da agricultura familiar, fazem o uso de elementos visuais e textuais específicos para transformar informação em comunicação. É um estudo das cartilhas produzidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, focalizando o perfil dos trabalhadores rurais e a necessidade de uma assessoria de comunicação integrada. Os pequenos agricultores compõem o público interno ou externo de diversas organizações. Sendo assim, em pleno século XXI, não devem cair em esquecimento os canais *offline*, principal forma de contato com esse grupo.

Palavras-chave: Assessoria de Comunicação; Campesinato; Comunicação Rural.

OFFLINE COMMUNICATION TOOLS: RESCUE OF DIALOGUE WITH RURAL POPULATION

¹ Graduada em Comunicação Social - Jornalismo (UFG). Especialização em Assessoria de Comunicação e Marketing (UFG). Especialização em Artes Visuais (Senac). Mestranda em Comunicação (UFG). E-mail: marinamunizmendes@gmail.com

² Graduado em Comunicação Social - Jornalismo (UFG). Mestrado em Ciências da Comunicação (USP). Doutorado em Comunicação e Educação (USP). Prof. Associado da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: magno.ufg@gmail.com

Abstract

The theme of this work are the communication tools utilized in publications aimed the rural population. The goal is to analyze the form of publications which promote dialog with peasants. The communicators, who have as stakeholders workers from family agriculture, make use of specific visual and textual elements to transform information into communication. It is a study of the primers produced by the Ministry of Agrarian Development, focusing the profile of rural workers and the need for an integrated communication advisory office. The small agriculturalists constitute the internal or external public of several organizations. Thereby, in the XXI century, the offline channels must not be forgotten, being the principal form of contact with this group.

Key-words: Communication Advisory Office; Peasantry; Rural Communication.

1. INTRODUÇÃO

Cultura e comunicação caminham juntas. A comunicação é um dos elementos determinantes que faz a cultura existir e se modificar. A cultura está em constante produção e evolução, sendo um processo contínuo e mutável, tanto em seu sentido empírico quanto epistemológico. Nem tudo é cultura, mas ela é uma das constituições da prática social.

Apesar do processo da comunicação humana ser universal, a vivência faz com que a comunicação, bem como a cultura, fora dos grandes centros seja diferente da urbana; o pensar, sentir e agir são diferentes. As formas de comunicação dos habitantes do campo e da cidade se diferem. A cultura dos povos do campo é, eminentemente, oral, necessitando habilidade ao comunicador para produzir materiais impressos que transmitam a pessoalidade provocada pela oralidade.

Os meios visuais são indicados para a comunicação com a população camponesa devido ao seu poder de atração. Certos grupos sociais sustentam suas interpretações nas imagens, bem como na oralidade. Poucos anos de educação formal refletem em uma difícil compreensão da escrita. Da mesma forma, uma educação que destoa com a realidade camponesa dificulta a interpretação textual.

Característica marcante do campesinato³ é o baixo nível de instrução. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE)⁴ revelam que, no Brasil rural, existem quatro milhões de analfabetos e 80% da população tem baixa escolaridade. O quadro das escolas rurais também é crítico, são 76 mil escolas, 6,2 milhões de alunos matriculados e 342,8 mil professores, dos quais pouco mais da metade tem estudo superior⁵.

A população rural é composta por pessoas dos mais variados níveis de escolaridade, desde analfabetos até pós-graduados. Entretanto, pesquisas revelam que o perfil dos habitantes do campo consiste em pouco hábito de leitura, interpretação literal, curto período de atenção e não familiaridade com linguagem técnico-científico.

A assessoria de comunicação utiliza informações visuais integradas, texto e imagens, para comunicar com a população camponesa sobre temáticas do mundo contemporâneo. A produção de materiais adequados é um desafio com o potencial de contribuir para um desenvolvimento rural.

A percepção e a linguagem habitual do profissional de comunicação e do camponês costuma ser diferente. É necessário a quem escreve e a quem lê uma sintonia, familiaridade com temas, meios e linguagem. A concepção de tempo é diferença marcante entre os habitantes da cidade e do campo. Para promover a comunicação, o comunicador precisa ser paciente:

O agricultor e sua família trabalham num certo ambiente formado pelo clima, a topografia do solo, a flora e a fauna (...). Além disto, para poder trabalhar o solo, o agricultor utiliza certas ferramentas e aplica certas técnicas. O fato de muitos destes fatores não serem controláveis pelo agricultor imprime à agricultura um caráter aleatório e exige dos que a exercem qualidades de paciência e serenidade. (BORDENAVE, 1992).

³ A opção pela escolha de termo campesinato, ocorre por sua definição ser ampla. Camponeses podem ser agricultores, guardiões de sementes, extrativistas, quilombolas, fiandeiras, donas de casa ou outros que vivem e desempenhem atividades, predominantemente, ligadas ao campo. A definição não exclui crianças e idosos, ao contrário de trabalhador rural. Tampouco restringe sua atividade profissional como ocorre em agricultor ou lavrador.

⁴ Censo Agropecuário 2006.

⁵ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/Mec) 2010.

Após a revolução industrial, o ritmo da cidade e do campo passou a ser diferente. Houve importantes avanços tecnológicos, dos meios de transporte, produção e comunicação, desencadeando um dia a dia urbano mais acelerado, frenético. O trabalhador das cidades adaptou às mudanças, mas houve pouco reflexo para a realidade camponesa.

O camponês segue lidando, diariamente, com o risco, a incerteza e moldando sua vida através do que o cerca, a natureza. O homem e a mulher do campo refletem sobre o sol, a lua, as árvores, os pássaros, a terra, a comunidade. E os habitantes dos centros urbanos, há séculos, se distanciaram dessas influências.

Ler é um processo interpretativo. O sentido varia de acordo com os conhecimentos prévios, adquiridos na escola ou através de experiências. O conhecimento do homem do campo é gerado pela educação formal, mas sua principal fonte é cultural, repassado de geração em geração por meio da observação da natureza, das crenças, da tradição.

Deve ser feita a escolha adequada dos canais de comunicação e construção personalizada da mensagem para atingir a população do campo. É trabalho dos comunicadores, que lidam com esse público, mapear as características dos trabalhadores rurais, com objetivo de fazer com que a informação tenha capacidade interpretativa de ser transformada em comunicação.

Uma publicação guardada na gaveta é informação. A leitura e reflexão sobre o material faz com que a informação seja transformada em comunicação. Informação é o registro de dados, fatos, ideias ou estudos em algum suporte, podendo ser escrito, eletrônico, visual, de áudio ou qualquer outro formato. Já comunicação pressupõe capacidade de decodificação e interpretação da mensagem.

Informação, sem comunicação, não promove o desenvolvimento. Entre as décadas de 1960 e 1980 houve a intensificação de estudos sobre a adequação de conteúdo para o pequeno agricultor. Para discutir comunicação no campo, três conceitos são considerados estruturantes: informação agrícola (BORDENAVE, 1992), extensão (FREIRE, 1988) e comunicação rural (BORDENAVE, 1992).

O primeiro conceito trata-se de um intenso e concentrado uso de meios e mensagens buscando que determinado grupo adote um comportamento desejado. É uma difusão unilateral de informações, aliada a técnicas de *marketing*, utilizando-se de recursos da publicidade comercial para promover campanhas no meio rural, valendo-se de truques com apelo emocional e ameaças.

O segundo pode ser compreendido como invasão cultural, ir ao encontro de minorias para normalizá-las de acordo com padrões estabelecidos pelo grupo dominante. Extensionistas invadem o espaço histórico-cultural das minorias para impor sistemas de valores, estimulando a massificação e manipulação. Fazendo dos povos do campo receptores de comunicados, negando a reflexão.

O último conceito vai à contramão dos demais. É multilateral, objetivando a construção de etapas de diálogo, comunicação, consciência crítica, aquisição de poder e autonomia decisória. A comunicação rural, renovada pelos princípios da comunicação popular e inserida no conceito de comunicação pública, busca superar a in-comunicação existente nas zonas rurais.

A comunicação pública, seja feita pelo governo, terceiro setor ou empresas privadas, ocorre na medida em que o cidadão começa a ter voz, pressionando instituições a se preocupar com questões da cidadania (DUARTE, 2009). Quando parcelas, antes marginalizadas, passam a ser encaradas como cidadãs, havendo preocupação na produção de materiais que objetivem a efetivação de direitos civis e políticos. “São as massas tornando-se socialmente visíveis” (BARBERO, 2003).

Desde 1995, com o advento da internet comercial no Brasil, a tendência é a intensificação da comunicação *online*. Entretanto, segundo o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade⁶, apenas 15% domicílios rurais têm acesso à internet. A pesquisa não especifica o perfil dos domicílios, mas apreende-se que os empresários do agronegócio possam contribuir, significativamente, para esse número. Dentre os domicílios urbanos, 48% possuem acesso à Internet.

É inegável o poder comunicacional da rede mundial de computadores, mas ainda hoje são os canais tradicionais que permitem o diálogo com os camponeses. Fortalecer publicações *offline*, mesmo em pleno século XXI, significa não esquecer parcelas significativas da população brasileira.

Os povos do campo têm pouco acesso aos canais *online*. Além disso, as tradições comunicacionais das populações marginalizadas sobrevivem às inovações tecnológicas, demonstrando capacidade de resistência cultural, no tempo e no espaço (MELO, 2008). O folclore é um dos grandes canais de

⁶ Pesquisa TIC Domicílios 2013, divulgada em junho de 2014, e realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação sob assistência da Unesco (Cetic.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

comunicação coletiva e suas manifestações são inerentes à vida dos povos do campo:

Todos os países do mundo, raças, grupos humanos, famílias, classes profissionais possuem um patrimônio de tradições que se transmite oralmente e é defendido e conservado pelo costume. Esse patrimônio é milenar e contemporâneo. Cresce com os conhecimentos diários desde que se integram nos hábitos grupais, domésticos ou nacionais. Esse patrimônio é o folclore. (MELO, 2008).

As classes marginalizadas, sejam urbanas ou rurais, utilizam aspectos folclóricos para estabelecer comunicação entre si e também com o exterior. A partir dessa constatação, os comunicadores perceberam o poder da tradução de conteúdos midiáticos, utilizando aspectos relacionados às manifestações folclóricas.

2. MÉTODOS

A intenção deste artigo é analisar ferramentas comunicacionais que estão dando resultados positivos no diálogo com a população camponesa. São raros os estudos atuais sobre publicações voltadas às populações que vivem fora dos centros urbanos, que seguem *offline*, e fazem uma ponte com o trabalho das assessorias de comunicação.

O *corpus* de pesquisa compreende duas edições de publicações produzidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo como público alvo pequenos produtores. Foram estudadas as cartilhas: Programa nacional de produção e uso de biodiesel: inclusão social e desenvolvimento territorial; e Orgânicos na alimentação escolar: a agricultura familiar alimentando o saber.

A escolha das publicações foi realizada através da amostragem estatística aleatória simples, utilizando a técnica da representatividade. O método de análise é indutivo. A pesquisa é descritiva, qualitativa e documental, de análise da comunicação visual de publicações oficiais, ou seja, da forma, não atentando ao conteúdo.

A escolha do *corpus* leva em consideração que o MDA tem entre suas competências “promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares”⁷. A respeito da comunicação, cabe ao gabinete funções de: ocupar-se das relações públicas, providenciar a publicação oficial, divulgação de matérias relacionadas com a área de atuação do ministério, planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O material produzido pelo MDA influencia demais publicações voltadas aos pequenos agricultores, sejam produzidas por demais órgãos governamentais, movimentos sociais ou empresas privadas. O ministério faz uso tanto de canais de comunicação *online* quanto *offline*. *Online* destacam-se o site, *facebook*, *flickr* e *twitter*. Entretanto, os principais canais de comunicação rural seguem *offline*, através de visitas *in loco*, oficinas, reuniões, palestras, seminários ou por meio de boletins, cartazes, cartilhas e outros impressos.

Uma das principais representações da folkcomunicação, em meio impresso, são as cartilhas. Trata-se de material de fácil leitura e finalidade pedagógica. Para a produção de cartilhas são inseridas informações visuais integradas, texto e imagem, para comunicar com os camponeses sobre temáticas do mundo rural contemporâneo.

A linguagem do povo segue tendência própria e é diferenciada da utilizada pelas classes oficiais e dirigentes (BELTRÃO, 2001). Por sua vez, a comunicação oficial que traz resultados positivos faz o uso de características folclóricas para promover a comunicação com grupos populares. É a chamada folkcomunicação (BELTRÃO, 2001).

Os registros gráficos aparecem de forma articulada, interligando texto e ilustração. Há imagens em quase metade (46%) das páginas da primeira cartilha e em todas as páginas da segunda. Totalizando 73% de páginas com imagens. A tônica da cartilha sobre biodiesel é a complementação ilustrativa do texto com fotos, a sobre orgânicos é com ilustrações.

Não há fórmula para a construção imagética das publicações. Cada temática define o recurso visual mais utilizado, podendo ser fotos, ilustrações ou gráficos. Apesar disso, as

⁷ Estrutura regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

publicações seguem um mesmo perfil. Todas as páginas do material são coloridas, como forma de atrair a atenção do leitor e facilitar a visualização das imagens.

O leitor, camponês, consegue se identificar com as fotografias. A intenção é que as fotos capturem um instante da realidade da vida no campo. Alguns olham para a câmera, outros não. As fotos revelam agricultores realizando atividades do dia a dia, quase sempre alguma ação, transmitindo a ideia de movimento, trabalho.



Figura 1 - Fotografias de camponeses contidas na cartilha “Programa nacional de produção e uso de biodiesel”

Como observado na figura 1, as fotografias apresentam homens e mulheres de diferentes idades, realizando atividades múltiplas, simbolizando a pluralidade existente no campo. Promovendo também o reconhecimento do leitor com o agricultor ou agricultora da imagem. São capturados também elementos presentes na vida no campo, como o chapéu de palha, roupas sóbrias e instrumentos de trabalho.

A in-comunicação pode ocorrer pelo isolamento geográfico, entretanto sua principal causa é social, determinada pelo analfabetismo, baixo nível de instrução, necessidade de trabalhar longas horas ou pela diferença de status entre os patrões e os trabalhadores (BORDENAVE, 1992). A intenção é diminuir a distância, segundo a definição sociológica, como “a que resulta da diversidade de posições sociais dos indivíduos ou grupos em suas relações (de superioridade ou de inferioridade) com outros indivíduos ou grupos”⁸. Ao apresentar fotografias de camponeses reais, realizando atividades corriqueiras, a in-comunicação é afastada.

Os camponeses representados são semelhantes ao leitor, seja culturalmente ou socialmente. Não há diferença de status ou incompatibilidade com a realidade rural. As fotos são esteticamente bonitas e bem produzidas, representando pessoas simples, mas longe da ridicularização. Os sujeitos não são maltrapilhos ou têm aparência desalinhada.

Ao referir às pessoas que vivem nessas áreas opostas, uma problemática pode ser revelada. Em urbano, o dicionário⁹ define o habitante da cidade como “civilizado, polido, cortês, afável”, trazendo a oposição ao habitante rural, definindo-o como “descortês, rústico”.

Não é feito o uso de efeitos especiais, o tratamento das imagens é apenas para fazer pequenos ajustes, como a inserção da logomarca de programas. A intenção é fazer com que a captura da imagem seja a mais próxima possível do olho humano. Há também o uso de lente *close-up* em elementos da natureza, com finalidade estética, fazendo o rodapé das páginas.



Figura 2 - Fotografias de elementos da natureza contidas na cartilha “Programa nacional de produção e uso de biodiesel”

⁸ Definição do dicionário Michaelis 2009.

⁹ Definição do dicionário Michaelis 2009.

Como observado na figura 2, o camponês lida quase, diariamente, com sementes, plantas e flores. As fotografias são informações que podem ser, facilmente, interpretadas pelos camponeses e transformadas em comunicação, pois se referem a ações ou elementos que compõem o dia a dia na zona rural, que fazem parte do conhecimento prévio.

As ilustrações contêm aspectos caricaturais, mas sem se afastar da realidade rural. São imagens, em série, reproduzindo estórias de homens e mulheres do campo, com a inclusão de objetos, instrumentos de trabalho e produtos familiares aos camponeses, como mostra o exemplo.





Figura 3 – Ilustrações retiradas da cartilha “Orgânicos na alimentação escolar”

Como observado na figura 3, nas feiras livres a balança utilizada é do modelo antigo, por exemplo. Isso é familiar aos trabalhadores rurais. Bem como o aplicador de agrotóxico, os produtos camponeses ou os sacos para guardar sementes. A tônica é a adoção de formas comunicacionais compreensíveis aos agricultores:

É proverbial a acuidade com que o homem criado perto da natureza percebe e interpreta os sinais visuais e auditivos típicos de seu ambiente: formas de nuvens, pisadas de animais, cor das folhas, barulho do vento e das águas, tudo fala ao homem do campo, que distingue detalhes que escapam à percepção do homem urbano. (BORDENAVE, 1992).

Os camponeses dominam a interpretação da natureza, cabendo ao comunicador a representação desses elementos nos textos e imagens. O homem do campo está acostumado a lidar com o concreto, interpretando, literalmente, as ilustrações. O sentido figurado deve ser evitado, pois a prevalência é pelo entendimento do sentido denotativo e não conotativo.

Caricaturar excessivamente é um erro comum. Humanizar objetos, plantas ou animais confunde o leitor, que não enxerga na

realidade tal personificação. Também se deve preocupar com a quantidade de detalhes. Detalhamento em excesso ou a falta dele faz com que a compreensão diminua.

O folclórico está na representação dos costumes tradicionais, indumentárias, arte e festas. A ilustração de feiras camponesas é frequente, sendo um grande representante do folclore camponês. As feiras são locais de troca e venda de produtos, sendo realizadas, no Brasil, há séculos.

As feiras são geridas pelos próprios camponeses, sendo local não só de comercialização de alimentos ou produtos. É o momento de encontro com a comunidade e de contato com o urbano. Um ambiente de reconhecimento e de difusão da cultura dos povos do campo

O chapéu é o grande representante da indumentária do trabalhador rural, sendo também elemento folclórico. O chapéu não é utilizado apenas como proteção contra o sol, faz parte da identidade. É um hábito transmitido de geração em geração, oralmente ou por imitação, com nenhuma influência da educação formal.

Sobre a formatação, não há entrada de parágrafo, é utilizado apenas espaçamento de parágrafo, chamando mais atenção ao texto que aos espaços em branco. Os textos são organizados em única coluna por página, na forma de tópicos, com uso recorrente de interrogações e exclamações, como evidenciam os seguintes exemplos.

Agora é Lei! Alimentação escolar é com a agricultura familiar

É por causa da preocupação com a segurança alimentar entre os alunos das escolas públicas que, recentemente, foi aprovada a **Lei da Alimentação Escolar (nº 11.947/2009)**. Feita com base nos conceitos de segurança alimentar e nutricional, a nova Lei determina que **30% dos recursos repassados pelo FNDE para a alimentação escolar sejam aplicados na compra de produtos da agricultura familiar** (também do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas).

HÁBITOS **SEGURANÇA**
ALIMENTARES **ALIMENTAR**

Quando o assunto é alimentação escolar, o PNAE cuida só dos recursos?

Claro que não! Afinal, um dos objetivos do programa é a promoção de hábitos alimentares saudáveis, que incluem alimentação saudável e segura e o respeito à cultura e às tradições de cada região.

Figura 4 – Exemplos de títulos extraídos da cartilha “Orgânicos na alimentação escolar”.

Como observado na figura 4, os títulos devem ser claros e diretos. A leitura tem que ser compreendida como uma conversa entre o emissor e o leitor. Uma construção simples, sem rodeios, que passe a sensação de oralidade. É feito o uso corrente da estrutura

narrativa, mais facilmente assimilável pelo leitor. A maioria dos títulos usa a forma direta: sujeito, verbo, complemento.

As frases e os parágrafos são curtos. Quanto maior o número de palavras, menor a inteligibilidade. Nas publicações, o fundo é predominantemente branco, texto em preto e cores nos títulos. Os materiais são escritos em linguagem acessível. Também ocorrem repetições de ideias ao longo dos parágrafos, com pequenas variações, para facilitar a fixação do conteúdo. As publicações destacam o mais importante, em negrito ou em cores. Ler o que está destacado é acompanhar um resumo.

O trabalho do camponês é concreto, com um plano definido. Há o período correto de ordenhar, plantar, podar e colher. As publicações são objetivas. “Quem está acostumado a apalpar o que produz gosta de ler coisas concretas, sem rodeios. Palpáveis” (GIANNOTTI, 1998). As publicações analisadas contam com poucos elementos que dificultam a leitura, como aspas, gerúndios e parênteses.

Nas cartilhas, o camponês é tratado de forma personalizada e informal. Há o emprego constante do pronome você. “Aqui você fica sabendo de tudo”; “Se você é agricultor familiar”, são alguns exemplos. O sujeito não é indeterminado. A mensagem é direcionada ao leitor, para que ele adquira determinado conhecimento e o transforme em ação.

O desenvolvimento rural gira em torno da comunicação, visto que os agricultores necessitam dela para tomar suas decisões de produção e de convivência (BORDENAVE, 1992). O pronome nós é recorrente e visa a inclusão do emissor na missão de promover o desenvolvimento rural, como nos exemplos: “A tarefa parece difícil quando estamos sozinhos”, “Quando consumimos alimentos que são produzidos ali mesmo onde vivemos”, “Todos podemos fazer parte”.

Não é o emissor que está sendo integrado na tarefa. É o receptor que passou ser considerado um ator para o desenvolvimento rural. A comunicação é resultado do poder de cidadania dos povos do campo, adquirido após anos de luta por reconhecimento. Comunicação é a manifestação política mais importante da organização da sociedade contemporânea (DUARTE, 2009).

As cartilhas analisadas são atemporais, não apresentando sequer o ano de publicação. Elas não se prendem ao factual, podendo ser lidas ou estudadas por longos períodos de tempo e ainda se fazerem atuais, atendendo as características do público alvo e da dificuldade de distribuição periódica dos materiais.

O número de páginas também é variado, mas segue a

lógica de que o material será utilizado por muito tempo e também tem finalidade pedagógica, sendo assim as informações devem ser as mais completas possíveis. Ademais, a grande quantidade de fotos e ilustrações aumenta o volume de informação. “Programa nacional de produção e uso de biodiesel” e “Orgânicos na alimentação escolar” possuem, respectivamente, 48 e 23 páginas.

A aparência não tem função apenas decorativa. Ela é utilizada também para facilitar o manuseio e leitura dos materiais, sendo fundamental para o sucesso de publicações para a área rural. A forma é tão importante quanto o conteúdo, visto que o primeiro impacto pode atrair ou desencorajar a leitura.

A linguagem camponesa é o conjunto de palavras, frases, imagens e estilos apropriados à comunicação rural. É todo um repertório, que para ser articulado, deve contar com profissionais de comunicação integrados, para que haja um planejamento global da forma das publicações, bem como de seu conteúdo. As características, estratégias e objetivos das publicações devem ser claros.

Há uma equipe de comunicação para desenvolver tais publicações. O expediente é composto por: coordenador de comunicação social; coordenador de jornalismo da assessoria de comunicação; chefe de assessoria de comunicação; edição e direção de criação; design gráfico e infográfico; fotos; colaboradores. A eficiência existe porque há uma equipe integrada para a produção de publicações, como destaca:

As organizações devem ter entre os objetivos de comunicação o de buscar o equilíbrio entre os seus interesses e os dos públicos a elas vinculados. Esses objetivos só serão alcançados se a comunicação for planejada de forma estratégica, utilizando técnicas de relacionamentos e meios específicos, devidamente selecionados, e integrando todas as atividades comunicacionais, dentro de uma filosofia de comunicação organizacional integrada. (KUNSCH, 2003).

A intenção é permitir o estabelecimento de uma política global, com maior coerência entre os diversos programas comunicacionais, bem como uma linguagem comum entre os materiais. Tais fatores são observados nas publicações analisadas. Trata-se de uma gestão coordenada e sinérgica dos esforços humanos e organizacionais, visando a eficácia (KUNSCH, 2003).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assessoria de comunicação deve ser capaz de transitar entre espaços e públicos diferentes por meio da adequação na linguagem e escolha correta dos meios de comunicação. Para a produção de publicações para trabalhadores da agricultura familiar, a equipe de comunicação deve mapear o perfil desse público:

É na elaboração das mensagens que o comunicador rural mostrará que reconhece as características peculiares da população do campo. É na forma como ele redige seu material escrito ou planeja seus recursos visuais e audiovisuais para facilitar um verdadeiro diálogo com a população rural, que vai se perceber que ele é um profissional verdadeiramente competente e comprometido. (BORDENAVE, 1992).

Trabalhar com povos do campo é um resgate aos princípios da comunicação social, garantindo o direito à informação através de uma dedicação com a realidade objetiva, informando de maneira ética. O meio de comunicação, bem como a forma de apresentação, é valor determinante para o contato com camponeses. Por isso, o comunicador deve também ser criativo para chamar à atenção dos camponeses.

As mensagens devem ser construídas em linguagem acessível e os meios utilizados para se comunicar devem ser de fácil leitura, manuseio e acesso. Afinal, acima de mercadoria, informação é um bem social. A comunicação integrada permite uma adequação mais eficiente da forma, conteúdo e demais ferramentas comunicacionais.

É necessária a união de profissionais capacitados para articular ideias, textos, imagens, identidade. A atuação de um único profissional ou uma equipe não interdisciplinar é inviável. Profissionais de jornalismo, relações públicas e publicidade e propaganda, trabalhando em conjunto, produzem materiais mais adequados para as demandas do campo.

Os comunicadores se defrontam com grupos sociais que possuem manifestações singulares, necessitando de uma equipe integrada para buscar sintonia com as formas de comunicação desses grupos. Os comunicadores fazem a ponte entre os

camponeses e os componentes da política agrária da nação ou vice-versa.

O MDA possui uma assessoria de comunicação integrada, o que potencializa o sucesso do diálogo com os camponeses. As cartilhas são bem produzidas, de fácil leitura, repletas de imagens e com tiragem direcionada às áreas rurais. Há um caráter de profissionalismo na produção das publicações.

A atenção à produção de cartilhas deve ser dobrada para não fechar os canais de diálogo. Deve-se profissionalizar o trabalho de comunicação com os camponeses e ir à contramão da infantilidade dos materiais, visto que “o popular sempre se identifica secretamente com o infantil, com o ingênuo, com aquilo que é cultural e politicamente imaturo” (BARBERO, 2003).

É fato que o nível de instrução no campo costuma ser menor que na cidade. Mas, isso não significa que os camponeses tenham capacidade intelectual inferior. É uma classe de trabalhadores e trabalhadoras que repassam suas experiências de vida, oralmente, há séculos. A bagagem cultural é vasta e o conhecimento também.

Os povos do campo articulam suas ideias de maneira diferente dos habitantes das cidades. Para tanto, é necessário pensar em métodos para superar a dificuldade de comunicação entre o comunicador e o camponês. A utilização de textos e imagens integrados, bem como de material que passa a ideia da oralidade são ferramentas que abrem a possibilidade do diálogo.

“E de que serve um livro sem figuras nem diálogos?” (CARROLL, 2010), pensa Alice¹⁰ sobre uma publicação que sua irmã lia. A ficção ilustra a realidade. Imagens e oralidade são as ferramentas comunicacionais preferidas pelas camadas populares. Elas chamam a atenção, são atraentes, e têm boa capacidade de interpretação.

Durante um longo período não ocorreu a comunicação com os povos do campo. Os serviços de extensão rural promoveram invasões culturais e o despejo frenético de informações, repelindo a comunicação. As cartilhas analisadas revelam a atual reação aos projetos de extensão.

O modelo que está se mostrando viável é o que parte do respeito aos povos, considera a convivência e a diversidade cultural. É uma comunicação que revela o campo para o camponês, apresentando suas diversas cores, idades, gostos e características.

¹⁰ Protagonista do livro Alice no País das Maravilhas, clássico da literatura infanto-juvenil.

O trabalhador rural não se vê como um Jeca Tatu¹¹, para tanto não se deve representá-lo como tal.

A população rural é composta por 30 milhões de brasileiros¹², cerca de 16% da população do país. São homens, mulheres, crianças e idosos com as mais variadas características físicas ou culturais. O povo do campo deve se reconhecer nas publicações, sendo necessário incluir essa diversidade e não limitar através da representação do homem pardo com cerca de 30 anos.

O comunicador também deve ter atenção na utilização de ferramentas digitais, tônica do século XXI. Apoiar-se no *online* é um campo seguro. Os custos são baixos, os profissionais cada vez mais antenados à convergência digital, com possibilidade de grande e imediata repercussão.

Em contrapartida, camponeses, assim como diversos outros grupos e classes, estão à margem da possibilidade de acesso digital. Apenas um número restrito de agricultores tem acesso à internet em domicílio. Também são poucos os que sabem utilizar o computador. Sobre o *frenesi* em torno do *online* apreende-se que:

Recontextualização da cultura que nos confronta com essa outra experiência cultural que é a popular, em sua existência múltipla e ativa não apenas na memória do passado, mas também conflitiva e na criatividade atuais. Pensar os processos de comunicação neste sentido, a partir da cultura, significa deixar de pensá-los a partir das disciplinas e dos meios. Significa romper com a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação à das tecnologias. (BARBERO, 2003).

Reduzir a comunicação às tecnologias é negar a cultura popular. A comunicação das massas segue alicerçada nos costumes tradicionais, crenças, superstições, cantos, lendas, ou seja, em manifestações existentes há séculos e até milênios. Essa é maneira de se expressar dos povos do campo.

“Com o advento da tecnologia elétrica, o homem prolongou, ou projetou para fora de si mesmo, um modelo vivo do próprio sistema nervoso central” (MCLUHAN, 1971). A internet impulsiona

¹¹ Personagem criado por Monteiro Lobato na obra *Urupês*, publicada em 1918. Jeca Tatu era um caipira ignorante, doente, pobre, desassistido pelo poder público e que não gostava de usar sapatos.

¹² Censo Agropecuário 2006.

ainda mais esse fenômeno de necessidade de um suporte que faz às vezes do nosso sistema nervoso. Sendo assim, o computador não é mero eletrodoméstico, suas significações vão muito além de um aparelho elétrico de uso caseiro.

Na internet, assim como ocorre com a televisão, “o meio é a mensagem (MCLUHAN, 1971)”. Entretanto, os trabalhadores rurais, no geral, não possuem computador e pouco dominam a internet, considerando sim o computador como um eletrodoméstico no mesmo patamar da geladeira ou do aparelho de som.

Caso as informações não sejam repassadas, o contato não seja possível e a maneira de enviar a mensagem seja incompreensível, o processo é inútil. Não há comunicação. Produzir materiais com todas as preocupações apuradas neste artigo requer muito trabalho. É difícil, extenuante, mas a recompensa é uma publicação que será lida e interpretada do início ao fim. O prêmio é resgatar a comunicação social.

O desenvolvimento de novas tecnologias não alterou o trabalho rural da mesma forma que alterou o urbano. Trator, roda de fiar, fôrnia de farinha, ralador e fogão a lenha são tecnologias aplicadas ao campo, mas tais exemplos não estão inseridos na concepção de novas tecnologias, baseada na comunicação em redes. O surgimento da Internet atribuiu à comunicação e ao trabalho a tônica *online*, mas isso ocorre fortemente nos grandes centros urbanos, não tendo o mesmo reflexo no interior do país. Isso, naturalmente, traz implicações e distanciamento entre o rural e o urbano.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBERO, J. M. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

BELTRÃO, L. **Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e de expressão de ideias**. Porto Alegre: EdiPucRS, 2001.

BORDENAVE, J. D. **O que é comunicação rural**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CARROL, L. **Alice no país das maravilhas**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

DUARTE, J. Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GIANNOTTI, Vito. O que é jornalismo sindical. São Paulo: Brasiliense, 1998.

KUNSCH, M. M. K. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo: Summus, 2003.

MCLUHAN, M. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 1971.

MELO, J. M. Mídia e cultura popular: história, taxionomia e metodologia da folkcomunicação. São Paulo: Paulus, 2008.

O SOCIAL E SUAS DIMENSÕES EM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS

Aline WeberSulzbacher¹
Pedro Selvino Neumann²

Resumo

A aproximação entre a temática da agroindustrialização e da avaliação de impacto social se faz necessária à medida que a atividade ganha respaldo diante das políticas públicas e, principalmente, dos agricultores enquanto uma estratégia de reprodução social. A fim de contribuir nesse debate e problematizar a relação entre agroindústria familiar e qualidade de vida, trabalhamos com a ideia de avaliação de impacto social. Temos por objetivo discutir sobre a dimensão social das agroindústrias na propriedade familiar, sobretudo a partir de algumas variáveis. A pesquisa contemplou uma análise teórica da temática de avaliação de impacto social; incursões empíricas para diálogo com agricultores e outros agentes locais, a fim de levantar variáveis e indicadores; e, por fim, uma síntese avaliativa da proposta e da dimensão social da agroindustrialização. De forma geral, concluímos que a agroindústria como o “carro-chefe” da unidade de produção gera um impacto considerável, porém pode comprometer a reprodução social. Observamos que, inevitavelmente, a opção pela transição para a agroindústria familiar implica investimentos, mudanças na lógica de trabalho e de gestão da unidade de produção agrícola e, com elas, algumas consequências indesejáveis, que passam muitas vezes despercebidas (ou não são discutidas) aos agentes envolvidos. Por fim, apontamos a necessidade de discussão sobre o perfil de agroindústria desejável às diferentes realidades rurais, e, sobretudo,

¹ Graduada em Geografia (UFSM), Mestre em Extensão Rural (UFSM), Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (PRONERA/UFSM), Doutorado em Geografia (FCT/UNESP), Bolsista FAPESP/SP, email: sulzba@gmail.com

² Graduação em Agronomia (UFSM), Mestrado em Extensão Rural (UFSM), Doutor em Engenharia de Produção pela (UFSC), Prof. Adjunto Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), email: neumannsp@yahoo.com.br

faz-se fundamental começar a discutir e a considerar a dimensão social como um elemento essencial, uma vez que implica em sérias mudanças no modo de vida das famílias rurais.

Palavras-chave: Agricultura familiar, impacto social, política pública

THE HIDDEN SIDE OF THE RURAL FAMILIES AGRO-INDUSTRY: SOCIAL LEVEL AND ITS DIMENSIONS

Abstract

The rapprochement between the theme of agro-industry and social impact assessment is necessary as the activity gets support on public policy and especially of farmers as a strategy of social reproduction. In order to contribute to this debate and discuss the relationship between agro-industry and family quality of life, we work with the idea of social impact assessment. We aim to discuss on the social dimensions of family owned agro-industry, for that, we start of a thematic contextualization of evaluating the social impact, followed by an overview of principle aspects which are studied in the Rural Families Agro-Industry (AFR, in portuguese) to demonstrate the lack of studies of the social dimension of this industry. The research included a theoretical analysis of the issue of social impact assessment; empirical to dialogue with farmers and other local actors raids in order to raise variables and indicators; and finally, an evaluative summary of the proposal and the social dimension of industrialization. Overall, we conclude that the agricultural industry as the "flagship" of the production unit generates a considerable impact, but may undermine the social reproduction. We observed that, inevitably, the option to transition to AFR investments implies, changes in working logic and management of agricultural production unit, and with them, some undesirable consequences that often go unnoticed (or are not discussed) to agents involved. Finally, we point out the need for discussion about the desirable profile of the different rural realities agribusiness, and, above all, it is vital to begin to discuss and consider the social dimension as an essential element, since it involves serious changes in the way rural families.

Key-words: Framers, social dimensions, public policy

1. INTRODUÇÃO

A aproximação entre a temática da agroindustrialização e da avaliação de impacto social se faz necessária à medida que a atividade vem ganhando respaldo diante das políticas públicas e, principalmente, dos agricultores enquanto uma estratégia de reprodução social. Nos discursos sobre a agricultura familiar rural (AFR), é comum sua livre associação com a ideia de agregação de valor, geração de empregos e renda. Nas experiências mais promissoras, ela promove a articulação dos sujeitos rurais, constituindo cooperativas de comercialização dos produtos das agroindústrias associada³, consolidando redes de produção-distribuição-consumo e inserindo-se, inclusive, nas grandes redes de mercados – atendendo, portanto, às demandas contemporâneas colocadas pelo setor agroalimentar.

Observa-se, de modo geral, que, em municípios em que a AFR vem se fortalecendo, ocorrem variadas mudanças, principalmente quanto a melhorias na qualidade de vida dos sujeitos envolvidos. Há diferentes estudos de casos mostrando que a AFR promove uma série de impactos nas escalas da unidade de produção familiar e no entorno comunitário e que, em muitos casos, extrapolam as fronteiras regionais. Ainda assim, de modo geral, as ponderações são ora pontuais, ora genéricas, e não vislumbram uma discussão direcionada para a perspectiva de avaliar, efetivamente, o que significa “agregar valor, gerar emprego e renda” em termos de qualidade de vida da família rural.

Por outro lado, geralmente passam despercebidas aquelas experiências que se estagnaram no tempo. Ficam esquecidas ao olhar da ciência e dos extensionistas rurais (que, geralmente, são nossos informantes-chave e nos apresentam os casos mais representativos).

A fim de contribuir nesse debate e problematizar a relação entre agroindústria familiar e qualidade de vida, trabalhamos com a ideia de avaliação de impacto social. Geralmente, o campo sobre

³ Um exemplo desse processo é a Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense (UCAF), criada no final dos anos 1990, a qual fornece uma base de serviços de apoio, como assistência técnica, de contabilidade e de mercado (*marketing*, código de barras etc.) (MIOR, 2008).

avaliação é caracterizado pela falta de consensos, com intermináveis discussões. Afinal, quais devem ser os critérios e como se deve mensurá-los? Avaliar exige construir parâmetros que tenham a capacidade de resguardar a *transversalidade* aos diferentes elementos e situações que se pretende comparar ou analisar. Toda avaliação tem por imperativo fornecer parâmetros confiáveis e comparáveis. Para tal, o ato de avaliar constitui-se como processo, e exige-se que seja capaz de captar as transformações, a começar com mecanismos para mensurar a evolução e gestar os resultados, tanto positivos quanto negativos. Avaliar é, antes de tudo, um modo de testar a eficácia das ações e rever métodos.

Dessa forma, apresentamos aqui uma discussão sobre a dimensão social do impacto da agroindústria familiar rural na propriedade familiar. Em específico, partimos de uma contextualização sobre a temática da avaliação de impacto social, seguida de uma síntese dos principais aspectos que são estudados no âmbito das AFRs, de modo a demonstrar algumas lacunas sobre a dimensão social da agroindustrialização. Na terceira sessão, apresentamos e contextualizamos algumas das variáveis que utilizamos para a avaliação de impacto social das agroindústrias que foram objeto de estudo.

Os aportes metodológicos deste artigo têm por base a pesquisa realizada em 2007 e 2008 para o desenvolvimento da dissertação de mestrado. Na oportunidade, realizou-se um estudo teórico acerca da avaliação de impacto social e, a partir desse suporte, construiu-se uma primeira proposta, com uma série de variáveis e indicadores, que foram aplicados em pesquisa de campo em seis AFRs e duas experiências de produção artesanal de alimentos no município de Constantina/RS. Por fim, a proposta de avaliação de impacto social foi reelaborada através da inclusão e/ou exclusão de variáveis, indicadores e hipóteses de impactos. Esse processo resultou em uma proposta de avaliação de impacto social que contempla 25 variáveis com 56 indicadores, envolvendo escalas da unidade de produção e do entorno comunitário.

2. COMO VALORAR A DIMENSÃO SOCIAL NA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS?

Uma das primeiras considerações a serem destacadas é a concepção da “mudança social” como propulsora do “impacto social” e, estes, como frutos de projetos ou planos de intervenção. Vanclay

(2002) faz alguns alertas no sentido de atentar para essa diferença basilar no processo de avaliação de impacto social, uma vez que muitas mudanças sociais, por si mesmas, não são impactos. Além disso, acrescenta que impactos sociais indiretos são resultantes de mudanças no ambiente biofísico, enquanto os impactos sociais diretos resultam daquele processo de mudança social que eleva o bem-estar social (VANCLAY, 2002, p. 191-193, tradução nossa). Nesse marco teórico, a:

Avaliação de Impacto Social é o processo de análise (previsão, avaliação e reflexão) e gestão das consequências intencionais e não intencionais no ambiente humano fruto das intervenções planejadas (políticas, programas, planos, projetos), além de qualquer processo de mudança social envolvido com essas intervenções a fim de trazer um ambiente humano mais sustentável e equitativo biofísicamente (VANCLAY, 2002, p. 388, tradução nossa).

Dentre as dificuldades para definir a dimensão social da avaliação de impacto, ressalta-se que é impossível identificar todos os processos de mudança social que poderiam acontecer em função de algum projeto *versus* aqueles que acontecem na sociedade. Outra questão é o avaliar com clareza o que seria processo de mudança social e o nível de detalhe, ou a escala de análise, a ser considerado (VANCLAY, 2002).

Além disso, existe uma significativa variedade de possibilidades e fatos que podem ser considerados impacto social. Nesse detalhe, concentra-se a dificuldade de estipular modelos, uma vez que, provavelmente, os impactos sociais significativos sofrem variação de lugar para lugar, de projeto para projeto, e o peso para cada impacto social variará de comunidade para comunidade e entre os diferentes grupos dentro de determinada comunidade (VANCLAY, 2002, p. 184, tradução nossa).

Algumas propostas vêm sendo elaboradas no sentido de definir categorias, indicadores e até matrizes de avaliação de impacto social. Elas se constituem como tentativas de suprimir deficiências ou lacunas em um campo de pesquisa muito vasto.

Vanclay (2002) discute a possibilidade de utilizar uma matriz de avaliação de impacto social e aponta duas perspectivas: uma

favorável, já que essa matriz poderia ser utilizada para nortear as avaliações e contribuir com os investigadores que, em geral, têm subestimado os possíveis impactos sociais nas comunidades; noutra ótica, uma matriz poderia direcionar as respostas e não levantar o que realmente se passa na comunidade. Além disso, geralmente *lists of social impacts* consideram apenas os impactos negativos dos projetos, não levando em consideração os objetivos e benefícios alcançados.

O mesmo autor ressalta que impactos sociais podem se referir a variáveis com indicadores quantitativos, mas também àqueles qualitativos, tais quais: impactos culturais envolvendo mudanças nas normas da população, valores, convicções e percepções sobre a sociedade em que vivem (VANCLAY, 2002, p. 184-185, tradução nossa). Ele acrescenta que os especialistas em impacto social costumam destacar que é impossível detalhar todas as dimensões dos impactos sociais (mudanças sociais acabam gerando outras mudanças). Inevitavelmente, as mudanças sociais são dependentes de vários fatores, dentre eles o contexto social, econômico, político e cultural das comunidades envolvidas.

Vários cientistas sociais têm tentado criar uma tipologia de impactos sociais. Dentre as propostas, sistematizamos, no Quadro 1, as considerações de três autores sobre as variáveis e os indicadores que poderiam ser considerados.

Tabela 1 – Variáveis e indicadores de impacto social

Aut.	Variáveis	Indicadores
Becker	Tipo 1 - avaliação micronível, focada nos indivíduos e seus comportamentos	Análise de impactos no comportamento de grande número de indivíduos. Ex.: estudos demográficos
	Tipo 2 – avaliação mesossocial focada nas organizações e suas redes sociais	Análise de impactos no comportamento de atores coletivos, como organizações e movimentos sociais
	Tipo 3 – avaliação macrosocial focada nas relações nacionais e internacionais	Análise de impactos em microsistemas sociais, tal qual a política nacional ou internacional, o sistema legislativo, etc.
Armour	Modo de vida das pessoas	Como vivem e trabalham

	Cultura	Costumes, valores e convicções
	Comunidade	Coesão, estabilidade, característica dos serviços e facilidades
Vanclay*	Sistema político	Democracia/gestão dos recursos
	Ambiente	Qualidade do ar, disponibilidade de alimentos
	Saúde e bem-estar	Bem-estar psicológico e mental
	Direitos pessoais e de propriedade	Violação das liberdades civis
	Medos e aspirações	Percepção sobre segurança, medos e aspirações para o futuro da comunidade e de seus filhos

* Vanclay (2002) apresenta outra série de variáveis e indicadores para a avaliação de impacto social.

É fato que não há, ainda, uma metodologia consensual para a avaliação de impacto social (AIS). Vanclay (2002) vê isso como fruto da deficiência de uma agência reguladora da definição de AIS e de uma revisão séria para nortear o profissional na melhoria de sua prática. Consensos sobre a definição de AIS e uma indicação genérica sobre as variáveis mínimas necessárias poderiam aumentar a qualidade dos estudos (VANCLAY, 2002, p. 189, tradução nossa).

No Brasil, algumas experiências vêm sendo realizadas no sentido de propor refletir e criar suporte teórico-metodológico para avaliar os impactos sociais em seus diferentes âmbitos e setores produtivos. Cabe ressaltar que a dimensão social começa a ter relevância a partir das metodologias de avaliação de impacto ambiental, preocupação latente da sociedade contemporânea. Nesses casos, a dimensão social sempre foi considerada essencial nos indicadores de sustentabilidade.

Yeganiantz e Macêdo (2002) realizaram estudos buscando avaliar os impactos sociais decorrentes do uso de tecnologias agropecuárias. Os autores ressaltam a carência de uma metodologia científica para avaliar “tanto *ex ante* como *ex post* as implicações sociais, econômicas e ambientais das novas tecnologias que não cabem dentro da análise socioeconômica convencional que exclui as

externalidades tanto positivas quanto negativas” (YEGANIANTZ; MACÊDO, 2002, p. 8).

Outro estudo é a Pesquisa de Condições de Vida (PCV), concebida no final da década de 1980 e desenvolvida pela Fundação SEADE. Os objetivos visavam suprimir a ausência de fonte primária de dados sobre as características demográficas e socioeconômicas, consideradas determinantes para a compreensão das condições de vida da população das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas não metropolitanas de maior concentração em São Paulo (COSTA, 2003). Dados que pudessem monitorar as mudanças nas variáveis demográficas e socioeconômicas foram utilizados, nessa pesquisa, para averiguar a magnitude e a distribuição da pobreza urbana.

Ainda sobre qualidade de vida, cita-se o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), criado em 2000 com o intuito de estimar o desenvolvimento e a qualidade de vida dos municípios paulistas. A proposição colocada baseava-se na premissa de que a “mensuração da qualidade de vida pressupõe considerar vários aspectos não transferíveis entre si”, ou seja, nenhuma dimensão poderia substituir outra, nem hierarquizá-las (TORRES et al., 2003, p. 83). Para tanto, o SEADE passou a considerar a qualidade de vida como multidimensional, e isso representou dois problemas: o primeiro refere-se ao fato de que não existe uma teoria universal que indique quais componentes são essenciais para a mensuração da qualidade de vida; o outro é que a multidimensionalidade implica tornar impossível a elaboração de um único indicador ordenável de condições de vida. Como alternativa, o estudo partiu para a criação de uma “tipologia que permita distinguir as diferentes situações que configuram as condições de vida de uma população” (TORRES et al., 2003, p. 83).

Considerar a qualidade de vida em uma abordagem multidimensional parece ser uma aproximação interessante e prática para analisar o caso das agroindústrias familiares rurais. Em primeiro lugar, permite explorar as interações entre as variáveis e entre seus indicadores, favorecendo uma análise sistêmica, mas também se enfrentam as problemáticas postas pelos autores ao analisar o caso do IPRS (TORRES et al., 2003).

Nesse sentido, Vanclay (2002) sugere a separação dos processos de mudança social daqueles que são variáveis de impacto social. Para tanto, o autor sugere, com ressalvas, uma “lista simples e indicativa como exemplo de processos de mudança social”

(VANCLAY, 2002, p. 193, tradução nossa), composta pelos seguintes agrupamentos⁴: processos demográficos (mudanças no número e na composição da população); processos econômicos (como as pessoas ganham a vida e exercem atividades econômicas na sociedade); processos geográficos (mudanças no uso da terra); processos legais e institucionais (eficiência e eficácia das estruturas institucionais, incluindo as governamentais e não governamentais); processos de emancipação e empoderamento (influência crescente nos processos de tomada de decisão); processos socioculturais (cultura da sociedade); outros processos.

Para impacto social, Vanclay (2002) propõe uma lista com sete categorias, a fim de contribuir para a reflexão sobre as possibilidades de impacto. Aliás, o autor reforça questões como a importância de que a lista seja ampla, tendo em vista que impactos sociais abrangem uma grande variedade de questões⁵: (A) Indicadores de Impactos na Saúde e Bem-Estar Social; (B) Indicadores de Impactos na Qualidade do Ambiente Vivido; (C) Indicadores de Impactos Econômicos e de Bem-Estar Material; (D) Indicadores de Impacto Cultural; (E) Indicadores de Impacto na Família e na Comunidade; (F) Indicadores de Impacto no Ambiente Institucional, na Legislação, na Política e na Equidade; (G) Indicadores de Impacto nas Relações de Gênero.

A partir dessas considerações e tomando-as como norteadoras, segue-se a reflexão sobre a dimensão social no universo da agroindústria familiar rural.

3. A DIMENSÃO SOCIAL DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL

No intuito de sondar alguns indicadores que podem ser utilizados para avaliar o impacto social nas AFRs, destaca-se de imediato a necessidade de pensar em uma relação escalar: os

⁴ Na obra, o autor analisa, para cada grupo, um conjunto de indicadores que podem influenciar as mudanças sociais.

⁵ Vanclay (2002) coloca que os impactos sociais (isto é, todos os impactos nos seres humanos) são sentidos ao nível de um indivíduo, outros ao nível da unidade familiar ou doméstica, outros pelas organizações sociais, instituições, ou comunidade, etc. Alguns, ainda, são físicos, outros são perceptivos ou emocionais. Alguns impactos podem até estar além da população, como no meio físico, mas ainda assim são impactos sociais.

efeitos da consolidação de uma AFR têm consequências diretas, indiretas e difusas no espaço-tempo, ou seja, refletem diretamente na dinâmica do espaço social em que estão inseridas (social, econômico, político e ambiental).

Ao sistematizar experiências de adoção de tecnologias agropecuárias, Yeganiantz e Macêdo (2002, p. 11) também ressaltam que o impacto social, econômico e ambiental envolve não só os que adotam a tecnologia, mas também todas as instituições e ambientes onde os resultados da pesquisa estão presentes. Além disso, os impactos sociais positivos têm a capacidade de gerar estímulos para a expansão da adoção das tecnologias em outros sistemas produtivos.

Na análise de pesquisas, programas e/ou projetos sobre a agroindustrialização, percebe-se a ampla ênfase dada a questões como a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social, promovidas em função da “inserção” de uma AFR em dada realidade. Como já alertou Vanclay (2002), seria suficiente considerar qualidade de vida e bem-estar social como os impactos sociais que podem ser atribuídos à AFR? Quais poderiam ser as demais variáveis e indicadores, a fim de buscar uma avaliação de impacto social de forma mais ampla?

Ao avaliar o nível de “qualidade de vida”, Torres et al.(2003) acrescentam que uma das dificuldades se refere ao “como fazê-lo”, seja quanto às informações a serem selecionadas ou aos critérios a serem utilizados. Mensurar a qualidade de vida implica, necessariamente, considerar diferentes aspectos para além das condições econômicas, como informações sobre saúde, conhecimentos e habilidades, relações sociais, condições de trabalho, qualidade dos serviços médicos, educação, dentre outros. Apesar de se constituir um processo em construção, muitas dessas variáveis já são consideradas, pelo menos indiretamente, quando se analisa, detalhadamente, os discursos em torno da AFR.

Dentre as iniciativas pioneiras no estudo da AFR, algumas delas já apontavam para os potenciais na geração, direta e indireta, de novos postos de trabalho e de renda aos agricultores familiares, promovendo a sua (re)inclusão social e econômica (PREZOTTO, 1997). Essa seria, portanto, uma das atividades com capacidade de reversão das consequências⁶ do processo de modernização da

⁶ Leia-se impactos negativos sociais e ambientais.

agricultura. A partir de meados da década de 1990, a AFR passou a ser considerada uma das atividades capazes de promover o desenvolvimento rural sustentável, através do “(re)início da construção da cidadania, bem como da oportunidade de resgate de valores e saberes” (PREZOTTO, 2002, p. 138).

No estudo realizado por Wesz Junior (2006)⁷, observa-se uma série de impactos gerados a partir da consolidação de agroindústrias familiares. O autor analisa o uso da mão de obra familiar, o caráter artesanal da produção, a diversificação na linha de produção⁸, a agregação de valor e as relações de proximidade e de confiança entre produtor e consumidor, que conferem competitividade e legitimação dos produtos junto à sociedade:

Mas, além de trazer renda e qualidade de vida para os dependentes deste processo, a agroindustrialização rural começa a ser reconhecida como uma atividade que segura o agricultor no seu espaço de origem, além de fomentar toda a economia local, pela relação de proximidade que existe tanto na contratação de mão-de-obra como no fornecimento da matéria prima pelos vizinhos, bem como, na comercialização dos produtos, que se realiza numa escala estreitamente regionalizada (WESZ JR., 2006, p. 25).

A relação de proximidade pode ser demarcada pela significativa interação na circulação de matérias-primas e produtos (como a própria mão de obra) entre as unidades produtivas agrícolas na escala local (comunidade) ou regional. Nesse sentido, Vieira (1998) também reforça o papel “social” da agroindústria familiar e a

⁷ O estudo tomou por objeto as agroindústrias familiares que trabalhavam com derivados de cana-de-açúcar (melado, cachaça, licores, mandolates, açúcar mascavo) nas microrregiões de Santa Rosa, Santo Ângelo e Cerro Largo, no Estado do Rio Grande do Sul. Como objetivo, buscou caracterizar as propriedades que tinham agroindústrias familiares e visualizar se a pluriatividade (como o processamento) acabava por fortalecer ou por desestimular a perda de vínculos e semelhanças com a agricultura familiar monoativa.

⁸ “Geralmente quem produz cachaça também faz licor, quem faz melado ainda produz açúcar e rapadura e quem se ocupa com esse último aproveita para fazer mandolate. Desta forma, essas estreitas ligações entre os produtos acabam por dinamizar grande parte das propriedades (...)” (WESZ JR., 2006, p. 44).

importância de fomentá-la como uma estratégia para a geração de empregos:

Pela sua importância social, como fonte geradora de empregos em um ambiente cada vez menos intensivo em mão-de-obra e como fator de interiorização, interessa, porém, criar condições para a constituição e o desenvolvimento da agroindústria familiar de pequena escala, seja ela urbana ou rural (VIEIRA, 1998, p. 13).

Ao analisar sob o foco da verticalização ou de agregação de valor, Wilkinson (2000) destaca alguns elementos que contribuíram para o desenvolvimento e a considerável expansão da atividade no espaço rural, como a miniaturização tecnológica, a segmentação de mercados e a persistência de mercados de proximidade⁹. As consequências dessa expansão podem ser visualizadas na elaboração de políticas específicas (WILKINSON, 2000) para as AFRs, dentre elas o PRONAF Custeio/Investimento – linha especial Agroindústria Familiar.

Além desses, há outros trabalhos que vêm atentando para algumas especificidades da AFR, como as relações de confiança produtor-consumidor como garantia da “qualidade artesanal” (ZIMMERMANN, 2006); a importância do reconhecimento do saber-fazer, por parte do consumidor, para uma otimização na agregação de valor aos produtos artesanais (GÓMEZ; BOUCHER; REQUIER-DESJARDINS, 2006); a concentração geográfica de algumas atividades em função de determinada identidade territorial, que acaba por contribuir para um processo de especialização produtiva do espaço, através da geração de um ambiente de qualificação da mão de obra, relações de confiança, difusão do conhecimento técnico (REQUIER-DESJARDINS, 1999; SILVEIRA et al., 2008); as relações de gênero (BONI, 2006; MALUF, 1999); os efeitos da descentralização agroindustrial como fator dinamizador da economia local (MALUF, 1999), aproveitando a base familiar e a tradição no

⁹ Um dos possíveis motivos para a persistência de mercados de proximidade coloca em evidência a busca por relações de confiança entre produtor-consumidor, que tomam por base a inexistência de riscos alimentares (SILVEIRA, 2006), percepção que dota os consumidores dos produtos com atributos “coloniais” de uma imunidade subjetiva (GUVANT, 1994).

processamento de alimentos e/ou bebidas; as limitações colocadas pelo ambiente institucional para legalização (GUIMARÃES, 2001); o controle de qualidade e as exigências legais como um espaço para a construção de ações sob uma abordagem socioambiental (SILVEIRA; HEINZ, 2005; SILVEIRA; GUIMARÃES, 2007).

Ao acompanhar o processo de constituição de AFRs, Duarte e Grigolo (2006) elaboraram uma coletânea que apresenta as reflexões dos agricultores familiares sobre suas práticas baseadas na vivência familiar, associativa, agroindustrial e comunitária. Os autores atentam para a importância de entender qual é a concepção e o papel da agroindústria para a agricultura familiar “enquanto parte da diversidade e da policultura” das unidades de produção agrícola e da vida familiar, em contraponto com a “noção de agroindústria-empresa”, que transforma o agricultor em empresário, subordinando-o aos ditames do mercado (DUARTE; GRIGOLO, 2006, p. 5).

Essa discussão – nem sempre presente – é pertinente, já que um significativo conjunto de AFRs, após a legalização, acaba por ser “engolido” pela lógica mercantil. Um dos exemplos desse processo é a autoexploração da força de trabalho familiar. Afinal, a reflexão posta por Duarte e Grigolo parece tocar uma questão fundamental: “É viável para a agricultura familiar um tipo de agroindústria que exija dedicação exclusiva?”. Nessa questão, estão postas algumas faces dos limites da AFRs e, possivelmente, dos seus impactos negativos, principalmente nas escalas da vida familiar e da unidade de produção¹⁰.

Por final, para o Programa de Agroindustrialização da Produção da Agricultura Familiar 2007-2010, a agroindústria familiar “pode favorecer um modelo de desenvolvimento rural sustentável”, especialmente nos municípios pequenos, e aponta como consequência imediata o “surgimento e/ou fortalecimento do comércio local, estimulado pelo aumento no consumo” de bens não duráveis e duráveis (como aqueles usados na produção e no processamento da AFR) (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2008, p. 10).

¹⁰Os trabalhos de Silveira e Heinz (2005) e Silveira e Guimarães (2007) analisam com propriedade as consequências que a aplicação da legislação traz para as AFRs. Aliás, Silveira e Guimarães (2007) dedicam-se, também, a apontar os limites das políticas públicas quando não atentam para a delimitação do público-alvo, em especial nesse tipo de atividade onde a diversidade é tão ampla.

Dentre os atributos considerados pelo relatório “PRONAF Agroindústria 2003-2006” para a avaliação do desempenho do programa estão: o número de famílias beneficiadas, as agroindústrias criadas, os empregos gerados no setor primário e no agroindustrial, o acréscimo de renda, o crédito rural aplicado e os treinamentos realizados (técnicos e produtores), os manuais técnicos, os perfis agroindustriais, os seminários e as feiras. Esses indicadores podem traçar um panorama genérico do alcance do programa, mas são insuficientes para captar as mudanças sociais decorrentes das ações desenvolvidas e das atividades que, de fato, foram implementadas.

A partir dessas análises, lançamo-nos ao desafio de selecionar e testar algumas variáveis sobre a dimensão social da agroindustrialização, discutidas a seguir.

4. OS IMPACTOS SOCIAIS OBSERVADOS NA ESCALA DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR

Apresentamos alguns dos impactos diagnosticados na escala da unidade de produção familiar e no grupo familiar, tendo em vista as mudanças que aconteceram em função do processo de agroindustrialização.

Os principais impactos observados foram na garantia de manutenção e de reprodução econômica e social da unidade de produção e do grupo familiar. Tanto no caso da produção artesanal (casos informais), como nas AFRs (casos formais)¹¹, a geração de renda aparece como um impacto capaz de desencadear outros ou que, ao menos, promove articulação entre as outras variáveis: renda, educação, saúde e aquisição de infraestruturas (domésticas e para propriedade). Há, sem dúvida, mudanças qualitativas com o acréscimo na renda familiar¹², em especial nas condições de vida do grupo familiar.

¹¹ Cabe reforçar que, nas agroindústrias familiares visitadas, mesmo com o incremento de tecnologia e infraestrutura específicas, os grupos familiares envolvidos conseguiram manter parte do caráter artesanal de seus produtos, representado, principalmente, pela manutenção da receita familiar, do trabalho familiar e de alguns procedimentos de processamento.

¹² Houve significativa dificuldade para estimar os valores ou então os percentuais de acréscimo na renda familiar. Houve casos em que os agricultores não se sentiram à vontade para falar sobre a questão da renda e outros em que tiveram dificuldade para

Portanto, o incremento de *renda* foi um dos indicadores mais destacados quando o assunto se refere às mudanças vividas em função da agroindústria familiar rural. Mesmo havendo outros impactos, a renda se destaca como uma das variáveis mais significativas e, também, a primeira a ser lembrada. Em quatro dos seis casos estudados, a agroindústria deixou de ser uma atividade com caráter “complementar” para tornar-se a principal atividade da propriedade. Porém, também teve reflexo direto na forma de *ocupação* da força de trabalho familiar: ao indagar um dos agricultores envolvido com a agroindústria de cana-de-açúcar sobre as mudanças em relação à ocupação da força de trabalho, ele nos respondeu: “[...] ocupou mas e *bota* ocupar nisso [...] a gente trabalha 8 horas por dia, antes no inverno trabalhava em casa, mas não tinha muito serviço” (AG01V, 2008). Essas são mudanças fundamentais e que exigem uma reorganização da estrutura produtiva, da dinâmica em torno da distribuição do trabalho e, sem dúvida, do modo de vida rural.

Além disso, as perspectivas com incremento de renda são uma das principais motivações tanto para a permanência como para o retorno de jovens à propriedade familiar. Entre as seis AFRs visitadas, há cinco jovens envolvidos diretamente no processo de produção. Portanto, renda e trabalho são duas variáveis que, quando associadas, abrem novos horizontes. As observações a campo permitiram comprovar que, em todas as agroindústrias, houve contratação temporária, seja de terceiros oriundos do espaço urbano, seja de familiares e pessoas conhecidas da vizinhança. É importante destacar que, no âmbito da agroindustrialização, por tratar-se de uma atividade com certa regularidade (outra lógica produtiva), não foram observados casos em que as famílias se utilizavam da estratégia de “troca de serviços” com vizinhos.

No caso da produção artesanal, a geração de emprego não é aplicável, pois o trabalho extra com a atividade de processamento implica um aumento da jornada, já que não substitui, mas complementa as demais atividades¹³. Além disso, esse perfil produtivo geralmente é sazonal¹⁴ ou esporádico e é associado às

expressar em valores monetários o quanto houve de alteração. Em um dos casos, o grupo familiar sugeriu um acréscimo de 200% na renda da família.

¹³ Não significa que isso não ocorrem outros casos. No entanto, na produção artesanal, a própria falta de infraestrutura adequada acaba por exigir maior tempo de trabalho/dedicação.

¹⁴ Como a produção de vinho ou de cachaça – são duas atividades que ocorrem em

atividades consideradas “domésticas” desenvolvidas pelas mulheres na propriedade. A renda adicional, em regra, é destinada para a aquisição de bens de consumo e outras utilidades que venham a satisfazer as necessidades básicas do grupo familiar.

No caso das agroindústrias, a geração de renda também implicou a diferenciação social na comunidade, em especial quando há intervenção com recurso público, conforme comenta um agricultor: “[...] tem uns invejosos! Tem um pessoal que achou que nós ganhamos tudo de graça [...] mas não sabem a conta que nós temos que pagar” (AG01V, 2008). Essa questão também foi levantada pelas lideranças locais:

Às vezes até dá inveja entre os vizinhos! Bom, porque aquele que tem agroindústria é que se destaca, tem mais renda, *tem uma qualidade de vida melhor*, consegue trocar de carro, consegue reformar a sua casa (pintando, reformando) [...] quem se doou mais para a agroindústria é quem mais tá ganhando renda hoje. [...] Tem até casos que até serviu para afastar [...] é que uma ou duas famílias ficaram mais de lado, mas o mais importante é que desafia as outras pessoas a estar buscando novas alternativas (AD01V, 2008, grifos nossos).

Poderíamos retomar nossa questão inicial aqui: o que significa ter uma “qualidade de vida melhor”? E sobre a associação direta de que qualidade de vida implica se “doar mais para a agroindústria”, até que ponto a lógica produtiva da agroindústria, ao adentrar no mundo institucional e no mercado, não implica uma descaracterização do modo de vida das famílias rurais? O que motiva algumas famílias a “ficar mais de lado”, ou mesmo seguir utilizando-se de estratégias tradicionais como a produção artesanal – esporádica e como valor de troca? São questões para as quais ainda não temos respostas.

Os impactos da agroindustrialização têm várias dimensões, e considerar sobretudo a dimensão econômica nos impede de questionar outras consequências. Sem dúvida, ao promover a

determinadas épocas do ano e que, geralmente não comprometem o desenvolvimento das outras, consideradas principais.

participação dos agricultores em outros circuitos e exigir novas habilidades, a agroindústria também contribui para processos de inserção social e política. Em um dos casos, dois sócios, além do trabalho junto à agroindústria, atuavam como lideranças municipais no sindicato dos trabalhadores rurais. Noutro caso, o agricultor deixou de exercer cargo de liderança, tendo em vista as diferentes concepções em torno do papel da cooperativa, fato que parece ter gerado um pouco de perda do prestígio e/ou sentimento de frustração.

A articulação e a organização das agroindústrias em forma de uma única entidade jurídica incitaram alguns sentimentos de diferença, tanto entre agroindústrias como com os demais agricultores. De forma geral, a diferenciação social parece ser inevitável, seja em seus impactos positivos, seja em seus impactos negativos; porém, a forma de administrá-la depende muito das habilidades políticas daqueles agentes que participam desse universo. Cabe aqui um estudo mais detalhado, para compreender como o modo de vida e as rotinas sociais das famílias são alterados com a agroindustrialização.

Em seguida, mas de forma articulada, aparecem outras variáveis. Na *educação*, os indicadores de “frequência de participação em cursos”, “visitas recebidas na propriedade” e “liderança política/articulação social” foram os mais representativos, comprovando a tese de que os agricultores envolvidos no processo de agroindustrialização têm forte tendência a destacar-se na comunidade, a expandir seu espaço social e a agregar diferentes conhecimentos.

A variável *educação*, na maioria dos casos, começou a sofrer as primeiras alterações (as quais nem sempre são percebidas pelos seus protagonistas), tendo em vista a participação em espaços de discussão, em visitas técnicas e em cursos voltados à administração das unidades, atividades que geralmente ocorrem ainda antes da elaboração dos projetos agroindustriais e que também permitem a troca de experiências. Os espaços permanentes de formação e qualificação são fundamentais nesse processo, como mostra um depoimento entusiasmado de uma idosa que participa do processo de produção: “Até eu fiz um curso, são bons! Eu gostei muito. [...] lá em Casca [RS] ficamos oito dias, até o diploma ganhei lá! ‘De nova’ a gente não teve oportunidade de estudar, depois ‘de velha’ eu consegui fazer curso” (AG05.2S, 2008). Este outro relato demonstra um pouco a sobrecarga com opções de cursos: “Depois

que nós começamos a agroindústria, o que apareceu de curso, se fosse fazer tudo, não estaria aqui [...]” (AG01.2V, 2008).

Enquanto a participação em atividades fora da unidade de produção é relatada com entusiasmo e, principalmente, reconhecida como espaço importante para adquirir novos conhecimentos, isso não ocorre naquelas UPAs que mantêm sua lógica de produção artesanal de alimentos. O produtor artesanal, enquanto mantém sua lógica de produção, com pequena escala e esporádica, não é considerado pelas políticas públicas, a não ser como um sujeito oculto que pode comprometer a saúde pública¹⁵, ou, ainda, no senso local, é considerado como um concorrente aos produtos legalizados das agroindústrias, com certa estigmatização.

As variáveis que apresentaram maior dificuldade para detectar mudanças¹⁶ foram *saúde*, *comunicação* e *energia*. Em geral, os entrevistados destacaram que houve melhorias nas condições de trabalho graças à aquisição de equipamentos tecnológicos (seja na AFR ou na lavoura) e, por isso, supostamente trabalham menos – afinal, como eles mesmos dizem: o “serviço” melhorou “[...] 100% porque estamos na sombra” (AG06S) ou, noutro caso, “[...] dava muito mais serviço eles fazer o queijo lá na pia e no fogão do que na agroindústria” (AG03L). Os acréscimos na renda proporcionaram alguma facilidade no acesso a serviços de saúde (principalmente em caso de emergências), além de sentimentos positivos e boas perspectivas quanto ao futuro, verificados através das estimativas de reformas na agroindústria e aumento da produção. Já a variável comunicação também não sofreu grandes alterações, exceto aquelas vinculadas à educação (ampliação das relações sociais). Um fato que contribui nesse sentido é a fluidez com que as tecnologias de comunicação têm chegado ao espaço rural, como é o caso do telefone celular e da internet¹⁷.

¹⁵Como já foi destacado, não seria momento oportuno reconhecer as redes informais de comercialização como fundamentais para garantir a reprodução dos grupos familiares e, assim, possibilitar um processo de qualificação da produção artesanal, uma qualificação que se proponha, inclusive, a reconhecer seu caráter artesanal e preocupe-se em mantê-lo? Para tal, poder-se-ia utilizar estratégias como a validação social dos produtos.

¹⁶Nessas variáveis, geralmente, as mudanças tendem a ocorrer progressivamente, em um longo espaço de tempo, fato que dificulta a sua percepção pelos sujeitos envolvidos no processo.

¹⁷No entanto, no universo de estudo, as AFRs não tiveram significativa participação nesses casos. Geralmente, são questões ligadas a processos externos (ações da prefeitura municipal e empresas privadas).

No caso da *energia* elétrica também não foram observadas mudanças em função da AFR. Isso se deve, em parte, aos programas que vêm sendo desenvolvidos no município de Constantina, em uma parceria entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), como o Programa Luz para Todos¹⁸, que permitiu a realização de reparos e a instalação de redes de transmissão no município.

Fato semelhante foi observado na variável *habitação*: grande parte das moradias rurais foram reformadas através do Programa Habitação Rural. Mesmo assim, nessa última variável, as AFRs tiveram uma singela participação, já que o programa exige uma parcela de contrapartida por parte dos beneficiados – contrapartida esta que só se tornou viável em função da renda proveniente da agroindústria. Novamente, a questão da geração de renda acaba aparecendo como um elemento propulsor de melhorias nas infraestruturas da UPA e para o grupo familiar, como podemos acompanhar nestes dois relatos: “Reformas, acho que todos fizeram. Um pouco foi ajuda da Cresol também, mas tem que dar contrapartida [...] todo mundo reformou!” (AG01V, 2008); “Foi melhorada a casa, ih! Foi concluída estrebaria nova, foi feita garagem, comprado ordenha, até casei (risos)” (AG03L, 2008). Há, ainda, a avaliação de que a renda proveniente da agroindústria “Ajudou, com certeza, reformas da casa, pintura [...]” (AG06S, 2008).

Por fim, na variável *lazer*, também foram observadas mudanças significativas, mas poucas estão vinculadas à AFR. Dentre as colocações, a progressiva diminuição da população rural inviabilizou algumas atividades que antes eram tradicionais, como os times de futebol de campo e os campeonatos municipais. De qualquer forma, “cada um tem um lazer (risos), tem gente que vai pescar, caçar, outros vão jogar bola...” (AG01V, 2008).

Da mesma forma que a geração de trabalho e de renda aparecem muito próximas, as variáveis *autonomia* e *acesso a recursos* também apresentaram o mesmo comportamento: ao passo que a agroindústria passa do nível de atividade complementar para atividade principal da propriedade, observa-se uma autonomia da

¹⁸ O Governo Federal iniciou em 2004 o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos, com o objetivo de levar energia elétrica para a população do meio rural. O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas. A ligação da energia elétrica até os domicílios é gratuita (MME, 2009).

propriedade e a busca por novos recursos, a fim de implementar melhorias tecnológicas. No entanto, da mesma forma, essa progressiva autonomia é relativa, uma vez que passa a depender de matéria-prima e das condições de mercado. No entanto, foi unânime a preocupação com investimentos que não comprometessem a capacidade de pagamento da propriedade rural. Ainda na variável acesso a recursos, com a participação na cooperativa (COOPERAC), as agroindústrias têm a possibilidade de participação em feiras/exposições.

Em contraponto às tradicionais discussões de gênero que colocam em questão o trabalho da mulher no espaço rural, nas unidades visitadas, observou-se que a divisão de trabalho oportuniza serviço a todos e tem por especificidade o tipo de linha de produção. Nas agroindústrias, as mulheres estão inseridas no processo de produção: no caso dos embutidos de suínos e derivados de leite, elas trabalham lado a lado, exercendo as mesmas funções que os homens; no caso do processamento de cana-de-açúcar, às mulheres cabe acompanhar as caldeiras durante o processo de produção do açúcar mascavo e, depois, ficam responsáveis por embalar e rotular os produtos. Já no caso da produção artesanal, o trabalho é predominantemente feminino, desde a ordenha até a produção dos queijos.

A participação dos jovens também sofreu alterações, já que três jovens voltaram para atuar junto às agroindústrias e, em outro caso, um jovem casal permaneceu na propriedade. Ao falar das mudanças, um dos jovens destacou: “Bom, eu, se não tivesse a agroindústria, tinha ido trabalhar para fora!” (AG01.5V, 2008).

Enquanto isso, a participação dos idosos esteve presente em quatro das seis unidades visitadas. Em geral, eles participam das atividades de processamento, quando não as coordenam, como foi um dos casos¹⁹. No caso dos embutidos, a idosa relembra da produção artesanal de salame colonial, antes de estruturar a agroindústria: “Nós fazíamos ali, no porão, tudo aberto, nós tinha um porão bom! Daí carneava lá em baixo [...] trazia para dentro e fazia. Depois veio o matador daí nós compramos lá [...] nós compramos o porco vivo, levamos lá no abatedor daí eles trazem a carne em casa” (AG05.2S, 2008).

¹⁹Aliás, a inspiração para o nome fantasia da agroindústria veio do nome da “mãe”, que fazia os queijos de forma artesanal na cozinha doméstica e tinha um sonho, compartilhado com o esposo, de montar algum empreendimento.

A variável *gênero* demonstrou, através dos indicadores, a plena inserção de todo o grupo familiar nos processos de produção, seja de jovens ou de idosos, seja na produção da matéria-prima, no processamento ou na comercialização. A união do grupo familiar em torno da atividade se coloca como um impacto social significativo. Infelizmente, a proposta da pesquisa e o método de trabalho de campo não permitiram aprofundar e adentrar outras questões, tal qual o processo de tomada de decisão, gestão, comercialização, entre outras atividades geralmente vinculadas à figura masculina.

Essas questões influenciaram as relações do grupo familiar, sendo unânime a avaliação de que a AFR reforçou laços familiares. Esse fato foi observado inclusive na experiência da associação: “Melhorou trabalho em equipe, está mais unido, antes cada um pensava por si” (AG01.2V, 2008).

Quanto à *segurança alimentar*, não se pôde observar, diretamente, mudanças. Como foi possível diagnosticar, nos casos visitados em que as atividades não tomam todo o tempo das famílias e ainda incrementam a renda familiar, não haveria motivos para diminuir a diversidade de alimentos produzidos (na horta) ou então para a sua aquisição. No entanto, essa é uma questão que ficará aberta para futuras pesquisas.

Por fim, cabe algumas considerações sobre o conjunto de variáveis e indicadores. Através da correlação, podem-se identificar as variáveis que demonstram os principais elementos que sofrem mudanças com o processo de consolidação da agroindústria. Enquanto isso, nem todos os indicadores corresponderam ou puderam ser levantados a campo, especialmente aqueles com sentido mais subjetivo e/ou pessoal ou então que se referiam a questões monetárias das propriedades, difíceis de diagnosticar.

Algumas hipóteses levantadas sobre impactos positivos e negativos não foram observadas nos casos analisados. Em muitos desses casos, são questões que adentram o universo pessoal ou psíquico dos indivíduos. Por exemplo, na variável educação tinha-se por hipótese um efeito negativo, que seria a formação de um saber egoísta e autoritário ou então de fobia social, o que não foi observado a campo. Isso não significa que esses efeitos não aconteçam (ou, ao menos, tenham existido). Pelo contrário, as pessoas podem não se sentir à vontade para falar sobre isso, e, da mesma forma, os agentes locais podem até perceber, mas dificilmente haveria a possibilidade de atuar nessas situações. Para diagnosticar esses casos mais específicos, mas que são de

fundamental importância na avaliação de impacto social, seria necessário um estudo etnográfico.

De qualquer forma, as variáveis que apresentaram mudanças mais significativas foram: trabalho, renda, educação, diferenciação social, acesso a recursos, gênero, consumo e grupo familiar. Depois dessas, estavam saúde, habitação, tempo e autonomia. As que sofreram menor alteração em função da agroindústria foram energia, transporte e comunicação. A variável segurança alimentar não pôde ser observada a campo, tendo em vista o método de trabalho utilizado (de visitas às unidades/famílias). Para detectar mudanças na variável segurança alimentar, seria ideal vivenciar a rotina familiar por alguns dias e, assim, construir uma relação mais próxima com o ambiente doméstico e o próprio ritmo/estilo de vida da família. Aliás, nessa linha, poder-se-ia facilitar o processo de observação e compreensão dos impactos sociais no grupo familiar, questão que ficará aberta para futuras pesquisas.

Além disso, sugere-se a inclusão da variável *tempo de trabalho* e que ela considere também a penosidade das atividades produtivas internas (UPA), usando para tanto o indicador “distribuição do tempo de trabalho” disponível. Diferentes trabalhos apontam para a necessidade da (re)organização da divisão do trabalho na UPA com o início da atividade de processamento (SANTOS, 2006; WESZ JR. 2006; SULZBACHER, 2007). Seguindo a lógica econômica, dedica-se mais tempo àquelas atividades que têm maior capacidade de gerar renda e isso gera, paulatinamente, o abandono de outras em função do uso intensivo da força de trabalho em uma atividade. Além disso, nessa variável, cabe refletir sobre o tempo dedicado a cada atividade, de acordo com o gênero e a faixa etária. Dessas correlações, pode-se observar a inserção dos jovens e das mulheres em cada atividade. Outra variável possivelmente importante é o “consumo”, pois permite indicar as alterações no acesso e na frequência em que a família passa a adquirir bens de consumo, sejam esses duráveis (móveis e imóveis) como não duráveis (alimentos, roupas, etc.).

5. UMA PORTA ABERTA: POUCAS CONCLUSÕES E MUITAS PERGUNTAS SOBRE OS IMPACTOS SOCIAIS DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS

Podemos concluir que as potencialidades de gerar impactos sociais estão demarcadas na capacidade de promover a integração dos setores e das entidades locais em prol de estratégias que considerem a diversidade de atividades no espaço rural. Isso inclui também a recriação de atividades tradicionais na agricultura familiar e a inserção dos jovens e mulheres no processo de trabalho, promovendo novas perspectivas para sua permanência no espaço rural. Essas potencialidades têm relação direta com processos políticos na escala local, com capacidade de articulação dos diferentes agentes e de construção de projetos em comum.

Para a agroindústria constituir-se enquanto uma estratégia voltada ao fortalecimento da agricultura familiar, ainda é necessário avançar na compreensão de seu papel em cada unidade de produção, sobretudo na dimensão social. Ao longo da pesquisa, foi possível observar que há um ponto de equilíbrio de cada atividade para além dos cálculos de viabilidade econômica (os quais, em muitos casos, não existem). Esse ponto de equilíbrio é demarcado pela complexa relação entre disponibilidade de mão de obra *versus* matéria-prima envolvida no processamento, tendo em vista que geralmente há uma maior transferência de renda e maior exploração do trabalho familiar conforme o aumento da demanda. Outra lacuna é a produção de tecnologia voltada para a pequena escala de produção, ou mesmo tecnologias sociais, que pudessem aumentar a produtividade do trabalho familiar.

Dentre as possibilidades que poderiam favorecer a inversão desse processo, está a formação de redes de agroindústria, tanto para a comercialização como para a compra de insumos e/ou equipamentos, ou, ainda, uma articulação com agricultores do entorno da AFR para a produção de matéria-prima. Inevitavelmente, adentraríamos em um micro modelo de complexo agroindustrial, mas com a necessidade de construir relações produtivas e comerciais mais equitativas.

Também foi possível observar que, sejam positivos ou negativos, os impactos nem sempre são assim percebidos pelos sujeitos envolvidos no processo. Essa questão surge a partir da própria dificuldade de enumerar as mudanças que a agroindústria proporcionou. Assim, os impactos sociais negativos são mascarados

pelos supostos benefícios da geração de renda, restando apenas algumas “impressões” sobre mudanças em relação à *aceleração* do ritmo de vida, do aumento de responsabilidades com o mundo do mercado e suas exigências, com a gestão do negócio, dentre outros. Reconhecer-se em outro tipo de vida e, principalmente, as consequências indesejáveis não é um fator positivo – pois se contrapõe à visão desenvolvimentista do agricultor empreendedor.

Tal aspecto merece atenção particular dos agentes envolvidos com extensão rural ou mesmo lideranças municipais e regionais. Percebe-se aí uma lacuna tanto em termos de monitoramento sobre o processo quanto sobre os objetivos – afinal, qual é o objetivo da agroindustrialização na propriedade familiar? Qual é o modelo de agroindústria e para qual realidade?

A agroindústria como o “carro-chefe” da unidade de produção gera um impacto considerável, porém pode comprometer a reprodução social. Se, por um lado, denota que os produtos das agroindústrias têm ganhado espaço no mercado (e os agricultores passaram a investir em escala), por outro lado, o aumento na escala de produção gera uma série de transformações na unidade de produção agropecuária. Em geral, a primeira delas é a redução de uma ou duas atividades para atender às demandas de trabalho e de produção para a agroindústria. Até que ponto é interessante ao agricultor familiar depender de uma atividade? Os projetos de desenvolvimento rural vislumbram agroindústrias familiares com característica artesanal ou com lógica industrial?

Concluindo, ao conceber-se a avaliação de impacto social como um processo de análise e gestão das consequências intencionais ou não intencionais no ambiente humano, cabe destacar que as principais mudanças observadas foram na segurança alimentar do entorno comunitário e na geração de renda e trabalho nas unidades de produção familiar. Ambas foram possíveis a partir do incremento de novos produtos no circuito de produção-distribuição-consumo municipal. Sob o reverso da questão, as mudanças que geraram impactos negativos são sentidas principalmente por aqueles agricultores que se utilizam da produção artesanal de alimentos e/ou bebidas como uma estratégia para complementar renda, principalmente nos períodos de entressafra e/ou queda da produção.

Portanto, se, por um lado, a produção artesanal é que garante os impactos sociais positivos, à medida que se soma ao conjunto de atividades da unidade de produção e é “ativada” em

seus momentos de crise, ela passa a sofrer determinadas restrições, sobretudo impostas pelo ambiente institucional. Essa é uma das consequências negativas, na avaliação de impacto social, da consolidação da agroindústria familiar rural. Ou seja, as estratégias tradicionais das famílias rurais podem implicar concorrência direta com os produtos das AFRs e, conforme o ambiente institucional, a estratégia de agroindustrialização pode se mostrar interessante para a unidade produtiva (AFR) em questão, mas pode ser, também, um fator de exclusão de um conjunto de agricultores que tinham na produção artesanal uma importante fonte de renda complementar. Inevitavelmente, a opção pela transição para a agroindústria familiar implica investimentos, mudanças na lógica de trabalho e de gestão da unidade de produção agrícola e, com elas, algumas consequências indesejáveis, que passam, muitas vezes, despercebidas (ou não são discutidas, compartilhadas) aos agentes envolvidos – sejam os agricultores, sejam as lideranças municipais ou mesmos os agentes vinculados ao trabalho de extensão rural.

No entanto, observamos que o movimento essencial nesse processo é a mudança da lógica produtiva na propriedade. De uma concepção de produção de matéria-prima, transita-se progressivamente a uma lógica que exige domínio sobre processamento, logística e comercialização. E essas são, geralmente, áreas que os agricultores não dominam, e muitos deles não têm interesse em dominar (preferem a tranquilidade da propriedade, a lida com a terra e com animais). A questão remanescente é: que perfil de agroindústria familiar seria de interesse a cada realidade municipal ou regional, tendo em vista a capacidade de gerar impactos sociais positivos?

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, L. Social Impact Assessment. **European Journal of Operational Research**, v. 128, n. 2, p. 311-321, jan. 2001. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/dsw>. Acessado em: 28 maio 2008.

BONI, V. Agroindústrias familiares: uma perspectiva de gênero. In: XXX Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...**, 2006, p. 01-25.

COSTA, O. V. Pesquisa de condições de vida. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 142-150, jul./dez. 2003.

DUARTE, V. P.; GRIGOLO, S. C. **Agroindústria associativa/familiar: o mito da viabilidade.** Francisco Beltrão/PR: ADMR, 2006.

GÓMEZ, C. A. C.; BOUCHER, F.; REQUIER-DESJARDINS, D. ¿Cómo <<activar>> los sistemas agroalimentarios localizado en América Latina? Un análisis comparativo. In.: **Revista Agroalimentaria**, nº 22, enero-junio, 2006. p. 17-27.

GUIMARÃES, G. M. **A legislação industrial e sanitária dos produtores de origem animal: o caso das agroindústrias de pequeno porte.** 2001. 146 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. da. Por Trás da Falsa Homogeneidade do Termo Agroindústria Familiar Rural: Indefinição Conceitual e Incoerências das Políticas Públicas In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO. 6. 2007. **Anais...** Fortaleza: SBSP, 2007. p. 01-20.

GUIVANT, J. Percepção dos Olericultores da Grande Florianópolis (SC) sobre os Riscos Decorrentes do Uso dos Agrotóxicos. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.82, n. 22, p.47-57, 1994.

MALUF, R. S. Ações públicas locais de apoio à produção de alimentos e a segurança alimentar. In: **Polis Papers**, n. 04, 1999. 43p. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=170> Acesso em 23 de julho de 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Secretaria da Agricultura Familiar. **Programa de Agroindustrialização da Produção de Agricultores Familiares 2003/2006.** Brasília, 2004.

_____. **Programa de Agroindustrialização da Produção da Agricultura Familiar 2007/2010.** Documento referencial. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Programa Luz Para Todos. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/programs_display.do?prg=8> Acesso 16 jan. 2009.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

PREZOTTO, L. L. A agroindustrialização de pequeno porte: higiene, qualidade e aspectos legais. **Revista Agropecuária Catarinense**. Florianópolis. v. 10, n. 4, dez. 1997, p. 8-13.

_____. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 31, p.133-154, abr. 2002.

REQUIER-DESJARDINS, D. Agro-industria rural y sistemas agroalimentares localizados: ¿Cuáles puestas?. In: ANIVERSÁRIO DE PRODAR. 10.2007. **Anais...** Quito, 1999. Disponível em: <<http://www.prodar.org/cd.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

SANTOS, J. S. **Agroindústria familiar rural no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul**: uma análise do processo de comercialização. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SILVEIRA, P. R. C. da. **Riscos alimentares em uma sociedade de risco: compreendendo o comportamento do consumidor de alimentos artesanais**. Mensagem recebida por <prcs1064@yahoo.com.br> em 20 de dez. 2006.

SILVEIRA, P. R. C. da; GUIMARÃES, G. Gestão Ambiental em Espaços Rurais: do Imperativo Técnico a Construção Socioambiental – O Caso do Plano Diretor Urbano e Ambiental de Santa Maria/RS. In: ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE SISTEMAS. 3. 2007. **Anais...** Florianópolis, 2007, p. 01-20.

SILVEIRA, P. R. C. da; HEINZ, C. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para reestruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. In: SEMINÁRIO SOBRE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL. 2005. **Anais...** São Luis Gonzaga: UERGS, 2005.

SILVEIRA, P. R. C. et al. Redefinindo riscos alimentares em sistemas agroalimentares localizados: o desafio da validação social da qualidade em mercados extra-regionais. n.: IV Congresso Internacional de la Red SIAL (ALFATER). **Anais...** Mar del Plata/Argentina: IICA, 2008b, p. 01-20.

SULZBACHER, A. W. **A agroindústria familiar rural enquanto alternativa para agricultura familiar**: estudo de caso no município de Chapada/RS. Monografia (Curso de Geografia – Licenciatura Plena) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

TORRES, H. da G. et al. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 3-4, p. 80-90, 2003.

VANCLAY, F. Conceptualising social impacts. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 22, p. 183-211, 2002. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/eiar>. Acesso em: 28 maio 2008.

_____. Principles for social impact assessment: a critical comparison between the international and US document. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 26, p. 3-14, 2006. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/eiar>. Acesso em: 28 maio 2008.

_____. SIA principles: International Principles For Social Impact Assessment. **Impact Assessment and Project Appraisal**, v. 21, n. 1, p. 5-11, mar. 2003.

VIEIRA, L. F. Agricultura e Agroindústria familiar. **Revista de Política Agrícola**, v. 7, n. 1, p. 11-23, jan./mar. 1998.

WESZ JR., V. J. **O perfil e a configuração estrutural das propriedades com agroindústrias familiares em nove municípios no noroeste gaúcho**. 2006. Monografia (Curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, São Luiz Gonzaga, 2006.

WILKINSON, J. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, jul./set, 2000.

YEGANIANTZ, L.; MACÊDO, M. M. C. **Avaliação de Impacto Social de Pesquisa Agropecuária**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. Texto para discussão 13.

ZIMERMANN, S. A. **Universo alimentar e qualidade do alimento: uma construção social**. Rio de Janeiro: CPDA, 2006.

EVOLUÇÃO, ACESSO E EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO GOVERNO LULA: UM ESTUDO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE VIÇOSA, MINAS GERAIS

Cristina Caetano de Aguiar¹
Bruno Costa Fonseca²

Resumo

Este artigo tem por intento fazer uma análise das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar a partir da entrada do Governo Lula no poder, tomando como objeto de estudo o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Viçosa – MG. Entende-se que este constitui um importante instrumento de articulação entre os agricultores familiares e o Estado. Como metodologia utilizou-se de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, depoimento de técnicos e conversas com pesquisadores ligados diretamente ao Conselho de Viçosa. Desse modo, foi realizada, através do método análise de conteúdo, uma discussão acerca das abordagens das políticas públicas debatidas no Conselho estudado, de modo que se objetivou analisar a relação entre a participação, a contribuição e o entendimento dos agricultores familiares no que tange à efetividade

¹ Bacharela em Cooperativismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestranda em Administração com ênfase em Administração Pública pela UFV. Possui experiência na área de organizações coletivas com ênfase em Cooperativismo e Associativismo e Organização do Quadro Social - OQS. Foi bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq e consultora de projetos na ONG NACAB. Email: cristina.aguiar@ufv.br

² Mestrando em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa, possui graduação em Bacharel em Cooperativismo pela mesma instituição. Atualmente é consultor de projetos na Ong Nacab e pesquisador no Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades (GERAR). Possui experiência na área de organizações coletivas com ênfase em Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo. Email: bruno_fonsecacosta@hotmail.com

das políticas públicas atinentes ao meio rural. Assim, conclui-se que o Conselho é responsável por aproximar os agricultores das políticas públicas, no entanto, esse processo ocorre de modo tecnicista. Não obstante, este instrumento não chega a todos os agricultores, além de que a participação desses atores não ocorre de forma efetiva, o que demonstra certa fragilidade e deficiência desse tipo de organização.

Palavras-chave: Agricultura familiar, políticas públicas, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

EVOLUTION, ACCESS AND EFFECTIVENESS OF PUBLIC POLICY FOR THE FAMILY AGRICULTURE IN LULA GOVERNMENT: A STUDY OF THE CITY COUNCIL OF RURAL DEVELOPMENT OF SUSTAINABLE VIÇOSA – MINAS GERAIS, STATE, BRAZIL

Abstract

This article is meant to make an analysis of public policies for family agriculture from the entrance of the Lula government in power, taking as its object of study the Municipal Council for Sustainable Rural Development of Viçosa – Minas Gerais, State, Brazil. It is understood that this is an important instrument of coordination between the farmers and the state. The methodology used is a bibliographic research, documentary research, technical testimony and conversations with many researchers linked directly to the Board of Viçosa. Thus was performed through the content analysis method, a discussion of the approaches of public policies discussed in the study, so that it aimed to focus on the relationship between participation, contribution and understanding of family agriculture in respect to effectiveness of public policies relating the rural environment. Like this, it is concluded that the Council is responsible for bringing the farmers of public policy, however, this process occurs technicist mode. Nevertheless, this instrument does not reach all

farmers, and that participation of these actors does not occur effectively, showing a certain weakness and deficiency of this organization type.

Key-words: Family agriculture, public policy, the City Council for Sustainable Rural Development.

1. INTRODUÇÃO

Desde que o ser humano começou a dominar a natureza com as técnicas de agricultura as sociedades começaram a surgir e passaram a crescer, assim como a população, com a atinente necessidade de alimentação, culminando, por assim ser, em processos de inovação da agricultura. Assim, por mais que hoje exista uma sociedade predominantemente urbana, é impossível entender sua origem sem o auxílio do rural e dos processos de evolução da agricultura.

Com a consolidação do capitalismo e a Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX houve um elevado crescimento da produção de alimentos, conduzindo a um grande aumento demográfico. Não obstante, as correntes de pensamento Malthusianas³ propunham que a população crescia geometricamente, enquanto que a produção de alimentos aritmeticamente, ou seja, essa teoria preconizava que, com o passar dos tempos, uma imensa onda de fome iria afetar o mundo, configurando em um anunciado desastre social.

Destarte, surgiu a Revolução Verde, sustentada pela teoria Malthusiana. No espaço rural, a Revolução Verde foi representada, sobretudo, pela inseminação dos "pacotes tecnológicos", além de créditos agrícolas para a grande produção, utilização de grandes maquinários, com tecnologias que atendiam os grandes produtores (MOREIRA, 2000). Esse processo resultou em graves impactos sociais, com a marginalização e exclusão de distintos grupos sociais do campo, que não conseguiram se projetar no novo cenário de uma

³ A corrente Malthusiana é derivada da teoria, de mesmo nome, criada por Tomas Robert Malthus (1766-1834), que era economista e demógrafo inglês.

agricultura prioritariamente competitiva, completamente dependente dos novos processos tecnológicos do campo.

A partir de então, começou-se a intensificar o processo dicotômico entre a agricultura patronal e a agricultura familiar. Em termos de incentivos governamentais, fica ainda mais evidente a exclusão de grupos dependentes da agricultura familiar, entendida como atrasada na época. O Neoliberalismo, presente nos debates políticos do Governo Collor (1990), propunha abrir as fronteiras agrícolas para a chamada globalização. No entanto, foi a partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso- FHC (1995) que o projeto Neoliberal se consolida, por meio da promessa de incluir o Brasil entre os países do primeiro mundo. Impulsionado pelas ordens do Fundo Monetário Nacional (FMI), o Governo FHC se orientou para a criação de algumas políticas agrícolas para o meio rural brasileiro, por citar: aumento da exportação de *comodities*⁴, pela abertura do mercado externo; integração seletiva de pequenos agricultores nas agroindústrias; desaparecimento da agricultura familiar de subsistência; estímulo às grandes fazendas; prioridades no que tange ao capital e tecnologia e menos preocupação com terra, dentre outras, que seguiam o modelo norte-americano de agricultura (LOUREIRO, 2003).

Concomitantemente, emergiram grandes pressões dos movimentos sociais no campo para que o Estado se sensibilizasse com as desigualdades sociais no espaço rural. Nesse âmbito, algumas políticas públicas foram criadas em favor da agricultura familiar, da Reforma Agrária e do desenvolvimento local. Contudo, o desenvolvimento preconizado pelo governo prioritariamente, de acordo com Alentejano (2004), era a produção da monocultura em larga escala para exportação, ou seja, baseado no incentivo ao agronegócio.

Assim, eleito por uma massa de trabalhadores e militantes de movimentos sociais, o Governo Lula (2003) se fundamentou em um importante programa de Reforma Agrária, na defesa da

⁴ Comodities é um termo ligado ao agronegócio, que constitui em compromissos de compra e venda de produtos agrícolas padronizados nas bolsas de mercadorias destes produtos.

agricultura familiar e de luta contra a pobreza no campo (SABOURIN, 2007). Para muitos, essa nova era, consistiu em um avanço das políticas públicas no campo, com a real participação dos agricultores e dos movimentos sociais de base nas propostas de criação e reformulação das mesmas. De que o Governo Lula optou pelas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar em contraponto ao agronegócio, não se tem dúvidas. Entretanto, é preciso uma averiguação da real efetividade e acesso a essas políticas, ou seja, analisar até que ponto os agricultores familiares de fato conseguiram/conseguem usufruir de tais políticas.

Desse modo, motivado por esta questão, este trabalho tem por objetivo analisar a evolução das políticas públicas para a agricultura familiar com a entrada do Governo Lula no poder, tendo como objeto de análise o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - Viçosa - MG, pois, *a priori*, este se constitui como um importante espaço de discussão sobre políticas públicas. De forma análoga, elegeu-se como pergunta norteadora para a proposta desta pesquisa a seguinte: os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável constituem, de fato, um espaço de diálogo e participação entre os agricultores familiares e o poder público no âmbito das políticas públicas para o meio rural, corroborando a evolução das mesmas a partir da entrada de Lula no Governo?

2. AGRICULTURA FAMILIAR

O termo agricultura familiar não é novo, no entanto, as discussões sobre seu papel e sua importância vêm ganhando força e espaço nos atuais meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, além de estarem sendo impulsionadas por debates embasados no desenvolvimento rural sustentável, na geração de emprego e na segurança alimentar.

Tomando como base as estatísticas mais atuais, que já se encontram defasadas, existem no Brasil 5.175.489 estabelecimentos rurais, o que representa 329.941.393 hectares sendo 4.367.902 da agricultura familiar e 807.587 hectares não-rurais. Os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos rurais,

pois ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional (Censo Agropecuário 2006). Esse conjunto de informações mostra que, mesmo detendo menor proporção de terra e de financiamento, os agricultores familiares produzem e empregam mais do que a agricultura patronal. Logo, conclui-se que os agricultores familiares utilizam os recursos produtivos de forma mais eficiente que os patronais.

Existem dificuldades em definir o que seria a agricultura familiar. Segundo Abramovay (2000), a agricultura familiar não pode empregar trabalhadores permanentes, no entanto, pode utilizar de serviços temporários de até cinco pessoas. Guanziroli e Cardim (2000) definem como agricultores familiares todos os agricultores que exercem a direção do trabalho na propriedade juntamente com seus familiares, que não possui mão de obra contratada em número superior ao da mão de obra familiar, e que a área da propriedade não exceda um limite⁵ que é estabelecido para cada região do país. Para Bittencourt e Bianchini (1996), agricultor familiar é aquele que tira da agricultura sua principal fonte de renda, que utiliza como força de trabalho os membros da família. A contratação temporária de terceiros é permitida, porém, a mão de obra familiar deve ser igual ou maior a 75% do total utilizado no estabelecimento.

Nota-se que a definição de agricultura familiar é baseada no tipo de mão de obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. Contudo, é possível notar um ponto em comum em todas as definições: a família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento.

Nesse sentido, Gasson e Errington (1993) apontam seis características básicas da agricultura familiar, quais sejam: a gestão é feita pelos proprietários; os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; o trabalho é fundamentalmente familiar; o capital pertence à família; o patrimônio

⁵ Este limite é medido em número de módulo fiscal, unidade de medida em ha, que é diferente para cada município. As propriedades, para serem consideradas da agricultura familiar, não podem exceder 4 módulos fiscais.

e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família e os membros da família vivem na unidade produtiva.

Por fim, salienta-se que a agricultura familiar é caracterizada pela relação entre terra, trabalho e família, e apresenta uma série de especificidades e diferenciação regional e local. É válido ressaltar que os agricultores não encaram seus negócios como uma empresa, mas procuram suprir as necessidades de seus familiares, logo, nesse processo, família e negócio estão intimamente ligados (CARMO, 2008).

3. EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL BRASILEIRO

De forma geral, as políticas públicas surgiram com o desígnio de nortear a ação do poder público - com a criação de regras e procedimentos - para estabelecer as relações entre o Estado e a sociedade civil, proporcionando assim, uma mediação entre esses atores. Logo, as políticas públicas se tornaram um valioso instrumento de viabilização (leis, programas, linhas de financiamentos) de ações que normalmente se utilizam de aplicações de recursos públicos. Em suma, as políticas públicas têm como objetivo atender a demandas, em sua maioria, dos setores colocados à margem da sociedade (TEIXEIRA, 2002).

Não obstante, ao se pensar no histórico de políticas públicas para o meio rural brasileiro, o contexto histórico-social em que se desenvolveu desde o princípio era, sobretudo, o do crescimento econômico como base, acelerando desse modo o processo de industrialização almejado pelo Estado brasileiro. As políticas desse quadro eram concebidas a partir dos interesses econômicos das oligarquias rurais e urbano-industriais, deixando de lado qualquer tipo de discussão e participação dos demais segmentos da sociedade, tais como: pequenos produtores rurais, grupos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, entre outros (HESPANHOL, 2008).

Este contexto começou a mudar. Segundo Bulla e Leal (2004), a partir da década de 80 inicia-se o processo de democratização do país, que se constituiu em um marco para as políticas públicas no campo. Com a ruptura do regime militar, em 1979, a sociedade civil organizada deu visibilidade aos setores

excluídos e a luta pelos direitos foi corroborada. Ademais, com a Constituição Federal de 1988 surgiram, no cenário brasileiro, processos de intensificação da participação social, da autogestão, das discussões acerca de um desenvolvimento rural sustentável, e de formas de organização coletiva, culminando em uma nova maneira de se olhar para as questões do meio rural.

Nesse período verificam-se distintas reivindicações por políticas públicas no campo, sobretudo, para agricultura familiar, pois o aumento do êxodo rural e uma constante desvalorização das atividades agrícolas remetiam à necessidade da criação de um programa que levasse em consideração a diversidade do meio rural. Destarte, em 1994 foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que se configurava em uma linha de crédito voltada para o meio rural. Entretanto, essa política estava destinada ao malogro, devido às rigorosas exigências impostas ao público alvo (PEDRON e KLEIN, 2004). Posteriormente, houve o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995⁶, com o objetivo de fortalecer as atividades produtivas geradoras de renda das unidades familiares de produção, com linhas de financiamento rural adequadas à sua realidade. Segundo Denardi, foi à primeira política pública diferenciada e a favor dos agricultores familiares brasileiros. Ainda para o autor, o PRONAF pode ser considerado uma das maiores conquistas dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais nas últimas década, pois "suas lutas podem ser simbolizadas pelos Gritos da Terra Brasil, liderados pela Contag e, no caso da Região Sul, pelas ações e pressões da Frente Sul da Agricultura Familiar" (DENARDI, 2001, p. 58). Para Gazolla e Schneider (2004), o surgimento do PRONAF é considerado um marco histórico da intervenção do Estado sobre o meio rural brasileiro. Os agricultores familiares, que até então eram desprovidos das políticas públicas para o meio rural, se tornaram privilegiados na ação governamental, demonstrando assim a importância que esta categoria social possui para o desenvolvimento socioeconômico do país.

⁶ É possível notar desacordos no que se refere ao surgimento desta política pública.

Neste sentido, também em 2003, foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo regulamentado inicialmente em agosto de 2006 pelo Decreto nº 5.873/06, como parte inerente de uma das ações estruturais do programa Fome Zero. Essa política tem por finalidade adquirir alimentos de agricultores familiares e destiná-los a pessoas em situação de insegurança alimentar ou programas sociais locais. Para Cerqueira, Rocha e Coelho (2006), o programa é de suma importância, pois tenta considerar a magnitude da agricultura familiar no meio rural brasileiro e, especificamente, os principais problemas enfrentados por tal segmento. Para Grisa et al. (2009), a criação do PAA é derivada de dois campos de discussão na década de 1990: o primeiro traz à tona a discussão sobre a segurança alimentar e nutricional, que teve início no final da década de 1980, com maior ênfase nos anos de 1990, e finalmente, ganhando notório espaço no governo Lula a partir de 2003. O segundo está relacionado diretamente com os debates do reconhecimento da importância da agricultura familiar, que sempre ficou à margem das ações de intervenção do Estado. Para os autores, apesar do PAA ainda ser um programa recente, é possível perceber que, cada vez mais tem conseguido legitimidade social nos espaços político-institucionais, junto aos movimentos sociais, organizações não-governamentais, institutos de pesquisa e na academia.

É importante destacar também o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que iniciou no Brasil em 1995. Conhecido no Governo Lula como merenda escolar, o programa ganhou maior visibilidade a partir de 2009, com a Lei 11.947/ 2009. De acordo com o artigo 14 da referida lei, no mínimo 30 % (trinta por cento) dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser utilizados na compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor rural, dando prioridade, aos assentamentos da Reforma Agrária, às comunidades tradicionais indígenas e às comunidades quilombolas. Para Santos (2009), este programa, juntamente com o PAA, resulta em um mercado destinado à agricultura familiar de, aproximadamente, R\$ 1,2 bilhões/ano, contribuindo significativamente para o desenvolvimento rural no país.

Por fim, é válido ressaltar que houve uma evolução quanto às políticas públicas no meio rural brasileiro, contudo, o que se tem visto são enormes desafios para sua implementação, fiscalização e sustentação.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entende-se que a proposta deste *papper* se configura em uma pesquisa descritiva. Segundo Gil, uma pesquisa descritiva propende "[...], como objetivo primordial, à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, ao estabelecimento de relações entre variáveis". Ainda para o mesmo autor, "algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendem determinar a natureza dessa relação" (GIL, 2002, p. 42).

Assim, optou-se por uma pesquisa com características predominantemente qualitativas, embora, como explicita Triviños (1987), uma pesquisa possa ser concomitantemente quantitativa e qualitativa, inviabilizando a dicotomia entre essas modalidades. Contudo, o autor é enfático a se referir aos trabalhos com enfoque qualitativo:

É interessante salientar, uma vez mais, que o pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, tem ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo. Os limites de sua iniciativa particular estarão exclusivamente fixados pelas condições da exigência de um trabalho científico. Este, repetimos, deve ter uma estrutura coerente, consistente, originalidade e nível de objetivação capazes de merecer a aprovação dos cientistas num processo intersubjetivo de apreciação (TRIVIÑOS, 1987, p. 133).

Desse modo, inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica que possibilitasse compreender os conceitos ligados à

agricultura familiar, bem como entender os processos acerca das políticas públicas para o meio rural no Brasil. Igualmente, teve como alvo, através de consulta bibliográfica, conhecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, "campo" de pesquisa para este trabalho.

Empregou-se também a pesquisa documental. Esta é bastante similar à pesquisa bibliográfica, contudo, o elemento diferenciador está na origem das fontes. A pesquisa bibliográfica nos direciona para as diferentes contribuições de autores sobre um mesmo tema, configurando-se assim em uma fonte secundária. Por outro lado, a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam nenhum tipo de tratamento analítico, ou seja, fontes primárias (SÁ-SILVA; ALMEIDA e GUINDANI, 2009). Nesse sentido, foram utilizados as atas e o regimento interno do CDRS, além de matérias de jornais com notícias sobre o mesmo. A análise de bancos de dados do governo foi de igual importância.

Outra técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista, onde colheu o depoimento da chefe da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, responsável pelas comunidades rurais no entorno de Viçosa – Minas Gerais, além de conversas com os professores e pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa que possuem relação direta com o CMDRS, a fim de elucidar algumas questões. Estas conversas possibilitaram traçar as fases do trabalho, assim como orientar os pressupostos teóricos do mesmo.

Por seguinte, os dados coletados foram sujeitos à técnica de análise de conteúdo, com intuito de mapear elementos que dessem suporte ao objetivo deste trabalho. Segundo Oliveira et al. (2003), a análise de conteúdo é uma das técnicas de pesquisa mais antigas desenvolvida sob a ótica das ciências sociais. Esta técnica "[...] oferece um modelo experimental bem definido, que parte de uma concepção orientada ao entendimento do objeto de estudo [...]" (OLIVEIRA et al., 2003, p.17).

Por fim, os resultados finais foram classificados e ordenados de modo a contribuir (ou não) para este trabalho, culminando assim, nos registros aqui apresentados.

5. OBJETO DE ANÁLISE: CONSELHOS

Os conselhos são instrumentos antigos de participação popular, assim como a própria democracia participativa. Segundo Gohn (2001), eles tiveram origem nos clãs visigodos e alguns se tornaram famosos tais como, a Comuna de Paris, os Conselhos dos Sovietes Russos, os Conselhos Operários de Turim.

No Brasil, os conselhos tiveram origem na década de 80, devido às mudanças ocorridas no processo de democratização e de descentralização das políticas públicas, e devido à necessidade de se criar instrumentos que pudessem mediar uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil. Após a Constituição Federal de 1988 houve um grande aumento no número de conselhos estaduais e municipais, em diferentes setores, como educação, saúde, infância, meio ambiente e desenvolvimento rural - todos com o escopo de criar canais de participação dos diferentes atores sociais. As estratégias de participação permitem que as comunidades deixem o papel de meros figurantes e assumam o papel de protagonistas de seu próprio bem-estar (SAYAGO, 2007).

Os conselhos podem assumir formas diferenciadas, podendo ser exclusivamente consultivos e sem participação da sociedade civil ou os chamados conselhos gestores de políticas públicas ou setoriais. Apesar dessa diversidade de natureza e finalidade, todos são definidos como espaços intermediários de debate com atuação livre da sociedade civil e base territorial definida, que possuem geralmente funções consultivas ou deliberativas e de controle social, não suprimindo as instâncias formais de governo (AVRIZTER e PEREIRA, 2005). Assim, os conselhos “[...] assumem o papel ora de organismo de luta pelo poder e de organização econômica, ora de mecanismo de gestão, substituindo o aparato administrativo anterior e constituindo novas relações de poder” (GOHN, 2001 apud TEIXEIRA, 2000a, p.101).

Segundo Côrtes, a institucionalização dos conselhos se concretizou devido “[...] à capacidade dos atores sociais transferirem práticas e informações do nível social para o nível administrativo” (2005, p. 19). Desse modo, esses espaços permitem ao cidadão comum, que possui, muitas vezes, somente a própria experiência, a

participação na tomada de decisão sobre políticas públicas (COELHO, 2004).

Comparado às esferas públicas tradicionais, os conselhos se diferem pelo seu caráter inclusivo, pelo aprofundamento dos debates públicos e pela diminuição dos custos de informação, contribuindo assim para a melhoria da qualidade da opinião pública. A participação por meio dos conselhos seria responsável pela articulação entre a burocracia governamental e os usuários e beneficiários das políticas públicas, além de promover a transparência nos debates e visibilidade das ações governamentais. Ademais, os conselhos exercem uma “função pedagógica”, contribuindo para a construção da cidadania, do conhecimento governamental e da reconfiguração dos padrões de convivência democrática, ao tempo em que conferindo aos membros um sentimento de pertencimento e identificação recíproca (TATAGIBA, 2002).

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município (CMDRS) de Viçosa/MG é um órgão de caráter consultivo e deliberativo da Política de Desenvolvimento Rural do Município, criado pela Lei Municipal nº 1.591/2004. Os seus membros são compostos de forma paritária por representantes do Poder Público, de entidades civis e rurais, e estabelecem as ações desejadas para implantação na zona rural, de modo que estas possam contribuir para o aumento da produção agropecuária, geração de emprego/ renda e melhoria da qualidade de vida das famílias rurais. O CMDRS encontra-se em plena atividade, sendo constituído por representantes do Poder Executivo Municipal, Poder Legislativo Municipal, IEF, EMATER, EPAMIG/IMA, UFV, ONGs, Sindicato Rural Patronal, Escolas Rurais, Associação de Moradores de Comunidades Rurais e Associação de Pequenos Produtores.

Por ser um espaço privilegiado de participação da sociedade civil, o CMDRS foi escolhido como objeto de análise deste estudo, a fim de verificar se, de fato, ocorre a participação dos agricultores familiares nas reuniões promovidas pelo conselho, visto que, uma de suas competências é a de “assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades agropecuárias desenvolvidas no município” (CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUATENTÁVEL, 2004, p.3).

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente, as políticas públicas do Estado para o meio rural preveem uma maior participação e um maior envolvimento das comunidades locais no processo de elaboração e discussão das políticas, tendo como objetivo, rever os antigos modelos de planejamento, gestão e desenvolvimento rural. Um dos mecanismos adotados para mediar essa relação entre Estado e sociedade civil são os Conselhos Gestores de Políticas Públicas.

Assim, no dia nove de setembro de 2004 foi criado o CMDRS em Viçosa. Considera-se que o conselho, por si só - além de objeto de estudo -, é parte inerente da evolução das políticas públicas para o meio rural, pois é possível averiguar que este se torna um importante instrumento de participação e discussão das comunidades rurais do município de Viçosa – Minas Gerais, através de seus conselheiros. No entanto, é preciso ressaltar algumas dificuldades percebidas no que tange à condução e manutenção do conselho, que, de forma análoga, é apresentado nos estudos de Duarte e Sayago (2006). Segundo os autores, os conselhos não têm cumprindo o seu papel de espaço de reflexão entre agricultores e técnicos sobre os reais problemas e potencialidades das políticas públicas, tomando como exemplo o PRONAF, tema sobre o qual, nas reuniões do CMDRS de Viçosa foram discutidas apenas as maneiras dos usos e destinação dos recursos, deixando de lado a possibilidade de um aprofundamento de discussão da eficácia de tal política. Além disso, os conselhos não apresentam um plano de formação e capacitação técnica dos seus conselheiros, técnicos e dos agricultores.

Somente no ano 2012, o CMDRS de Viçosa, com oito anos de funcionamento, começou o processo de capacitação dos seus conselheiros, como podemos observar na seguinte fala:

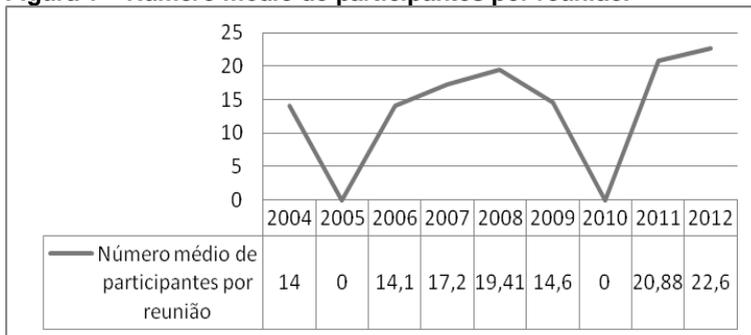
O professor R. iniciou suas palavras falando sobre a importância dos Conselhos do Desenvolvimento Sustentável, dos momentos de reflexão que geram a representação. Foi

proposto uma capacitação de 10 a 15 minutos de capacitação, digo, em todas as reuniões do CMDRS/Viçosa [...] (CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2012, Livro 1, p.44).

Ao mesmo tempo, esses conselhos têm uma visão tradicional sobre a promoção do desenvolvimento, com ações que se reduzem aos limites administrativos dos municípios e da agricultura, o que contraria a perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável, que vem sendo cada vez mais fortalecida no âmbito das políticas públicas brasileiras.

Tendo em vista que os conselhos constituem um espaço de discussão de políticas públicas e desenvolvimento rural, a análise da variável participação se torna importante. Percebe-se na figura abaixo (Figura 1), que o número médio de participantes por reunião aumentou gradualmente, entretanto, esse aumento pode não ter relação direta com a participação dos agricultores familiares – atores sociais, foco do estudo – beneficiados pelas políticas públicas discutidas no âmbito do conselho, pois, o aumento de participantes se deu, sobretudo, pelo aumento da presença de técnicos nas reuniões. Esse fato deve-se, possivelmente, à organização do conselho, pois o mesmo prevê a participação apenas de um agricultor por comunidade. Assim, fica a seguinte indagação: até que ponto as discussões e decisões são repassadas a toda comunidade pelo conselheiro representante?

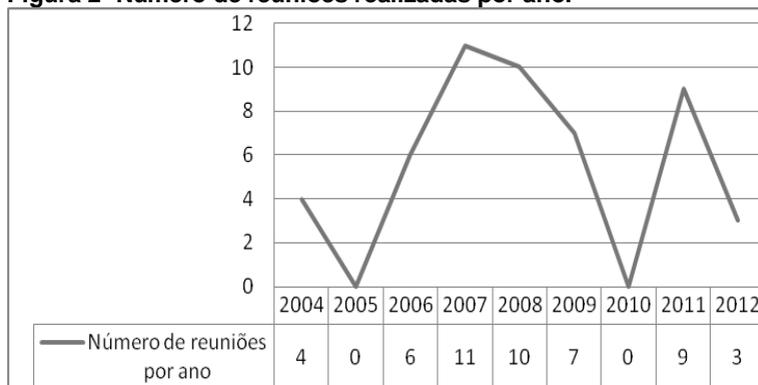
Figura 1 – Número médio de participantes por reunião.



Fonte: Pesquisa documental realizada pelos autores, 2012.

Outra variável analisada se refere à frequência de reuniões por ano. Inicialmente, elas aconteciam bimestralmente, contudo, devido a uma necessidade sentida pelo conselho, decidiu-se por se fazê-la mensalmente. De acordo com um técnico da EMATER - MG, “[...] o grupo definiu pelas reuniões mensais, devido à importância das discussões e necessidades de decisão, também pelo fato de se as reuniões forem bimensais, os conselheiros se distanciam e podem até esquecer a data combinada” (Ata da reunião do CMDRS do dia 13 de março de 2007, p.17). Pode-se considerar essa mudança na frequência como algo positivo, pois partiu de todos os conselheiros a demonstração da necessidade referida. Por outro lado, houve a desativação do conselho por dois anos - 2005 e 2010. Além disso, em alguns anos não ocorreram todas as reuniões mensais como acordado previamente, como pode ser visto na figura abaixo (figura 2).

Figura 2- Número de reuniões realizadas por ano.



Fonte: Pesquisa documental realizada pelos autores, 2012.

Tendo em vista que este estudo aborda as políticas públicas criadas após a entrada do governo Lula no poder, priorizou-se a abordagem de questões como quais as principais políticas que foram discutidas no CMDRS de Viçosa. Percebe-se que a política pública que se destacou nas discussões do conselho foi o Programa Minas sem Fome, que é parte integrante do Programa Fome Zero, e em seguida o PRONAF⁷. Em ambas as discussões foi possível perceber que o CMDRS não cumpriu uma de suas competências expostas no Regimento Interno, que seria o de “[...] promover a articulação e adequação de políticas públicas estaduais e federais buscando compatibilizá-las à realidade do município, e acompanhar, fiscalizar e avaliar sua implementação [...]” (Regimento interno do CMDRS de Viçosa, 2004), pois, as discussões se deram apenas no nível técnico e não no intuito de uma reflexão sobre a política em si. Por exemplo, nas discussões do Programa Minas sem Fome, o que se discutia era qual o tipo de semente mais demandada pelos agricultores, cabendo aos agricultores conselheiros votarem no tipo de semente e repassá-las para suas comunidades. Em nenhum momento foi registrado em ata uma explicação do que seria esse programa.

⁷ Ressalta-se que esta política não foi criada no governo Lula, apesar de ter ganhado força a partir deste.

O mesmo aconteceu nas discussões sobre o PRONAF, onde foi dado somente orientação sobre a destinação de verbas, sobre as dificuldades de seu acesso, quais linhas de crédito rural estavam ativas e que possuíam recursos disponíveis – PRONAF mulher, jovem, floresta -, não sendo feita uma explicação e nem mesmo uma reflexão sobre essa política pública. Embora as discussões sejam feitas principalmente no âmbito técnico, não se pode deixar de reconhecer que, ao fazer parte do CMDRS, os agricultores aproximam-se dessas políticas públicas, ou ao menos passam a ter conhecimento de sua existência. Com isso, ficam as seguintes dúvidas: será que os agricultores que fazem parte do conselho estão repassando para comunidades as quais representam o que ouvem e discutem durante as reuniões? E, será que os agricultores que não fazem parte do conselho têm o mesmo nível ou um nível superior de entendimentos sobre essas políticas?

Em terceiro lugar na pauta de discussões está o Programa Luz para Todos, que não se diferenciou das demais discussões, ficando apenas no âmbito técnico. Todavia, foi possível perceber que o conselho funcionou como intervenção entre a empresa privada fornecedora do serviço e as comunidades, como pode ser percebido nas seguintes falas:

Será solicitado a CEMIG a apresentação da relação dos nomes dos beneficiários e o cronograma das ações [...] A CEMIG havia programado um atendimento na primeira etapa de 170.000 e este número foi para 280.000 atendimentos, conforme critérios estabelecidos pelo programa. No município de Viçosa, na primeira etapa foram beneficiadas 210 famílias. Para a segunda etapa, foram cadastrados 294 beneficiários (CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. 2006, Livro 1, p.11).

Em quarto lugar nas discussões do conselho ficou o Programa Minha Casa Minha Vida Rural. Embora tenha sido discutido apenas em uma reunião, esse programa se diferenciou dos

demais, pois não ficou apenas no âmbito técnico, e sim houve uma apresentação sobre o mesmo, explanado pela senhora M. B. B., representante do secretário municipal de ação social.

Outras políticas públicas e programas foram discutidos, entretanto, como não fazem parte do foco deste estudo, apenas serão citadas, quais sejam: Programa de Mecanização Agrícola, Bolsa Família, Programa Saúde da Mulher, Programa Nacional de Crédito Fundiário, Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos e Bolsa Trabalho.

Além das orientações sobre diversas políticas públicas, notou-se que as discussões no âmbito do conselho referem-se também às necessidades básicas do município de Viçosa, como podemos perceber em diversas falas nas quais existem uma acentuada preocupação com as estradas.

O senhor R. V. F. falou sobre os problemas nas estradas rurais, as dificuldades no transporte de insumos e produtos, o que foi apoiado por todos os outros conselheiros presentes. Ficou definido que por unanimidade que o CMDRS faria uma carta convite ao prefeito, ao secretário de obras e ao presidente da câmara, para que participem da próxima reunião no intuito de sensibilizá-los sobre a precariedade das estradas rurais (CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. 2007, Livro 1, p.14).

Por fim, é válido ressaltar as discussões sobre o problema das estradas, pois não é possível pensar em políticas públicas, como as citadas neste estudo se antes algumas necessidades básicas de infraestrutura - que obviamente também dependem de políticas públicas - para o meio rural, não estiverem sanadas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os pontos fortes e fracos, é evidente que o CMDRS de Viçosa – Minas Gerais se constitui como um espaço de discussão

(mesmo que de forma tecnicista e pouco reflexiva) de algumas políticas públicas para o meio rural, e que talvez, sem este espaço essas discussões, em menor ou maior frequência, não seriam possíveis. Contudo, não é possível averiguar se as discussões empreendidas no referido espaço chegam até os demais agricultores nas comunidades, já que é eleito apenas um conselheiro para a representação de uma maioria. Outrossim, não é possível afirmar se as demandas dos agricultores chegam até o CMDRS, pois seria necessário a constatação de outro espaço de discussão coletiva dentro das comunidades. Desse modo, as considerações sobre o CMDRS são pertinentes e necessárias, já que uma das premissas apontadas durante o governo Lula incentiva uma maior aproximação entre os agricultores familiares e o Estado, no que se refere à criação e aplicabilidade das políticas públicas.

No que tange às políticas públicas discutidas no conselho identificou-se o Programa Minas sem Fome, o PRONAF (em três categorias), Programa Luz para Todos e o Programa Minha Casa Minha Vida Rural, como parte das políticas que atendem prioritariamente os agricultores familiares após a entrada do presidente Lula no Governo. Assim, o acesso dos agricultores familiares a estas políticas fica evidenciado. Porém, sua efetividade fica em dúvida, pois não foi possível identificar uma discussão aprofundada sobre as mesmas, e, igualmente, o reflexo positivo que estas têm causado no meio rural. Ademais, curiosamente, duas políticas públicas voltadas para agricultura familiar entendidas como “carro” chefe no Governo Lula não foram detectadas: o PAA e o PNAE. O que se pode inferir é que os agricultores dessa região não atendem aos editais ou possuem alguma dificuldade de produção e/ou comercialização, apesar de receberem assistência técnica do Estado através da EMATER.

De modo geral verifica-se uma evolução das políticas públicas durante o governo citado, pois antes as políticas eram voltadas majoritariamente para o agronegócio. O que se notou no caso estudado foi uma falta de articulação entre os agricultores familiares, o órgão de assistência técnica (EMATER), o Estado, pesquisadores, ONGs, dentre outros, para que possam acessar outras políticas e melhorar a eficácia daquelas que já estejam

acessando. Nesse sentido, percebe-se que os conselhos têm papel fundamental nessa articulação, funcionando como um mediador entre tais atores. Além disso, o CMDRS se constitui em um espaço de capacitação (mesmo que em pequena proporção) e informação para os agricultores, com possibilidades de formar laços de confiança, de maneira que propicie que estes trabalhem de forma coletiva para obterem vantagem ao acesso das políticas públicas e, concomitantemente, poderem ter acesso a um mercado cada vez mais competitivo.

Por fim, cumpre ressaltar que este trabalho não tem por intento dizer sobre uma realidade maior, ou seja, diz respeito apenas à "realidade" rural de Viçosa nos limites atendidos pelo CMDRS, contribuindo dessa maneira com algumas reflexões que tem sido feitas acerca da temática. Quando se refere à "realidade", os desafios se tornam ainda maiores, pois esta é muito mais complexa do que uma pesquisa possa delimitar. Dessa maneira, acredita-se que outros trabalhos devem ser realizados para que se possa demarcar com maior precisão os limites e as potencialidades do acesso às políticas públicas por parte dos agricultores familiares e que possam responder os demais questionamentos surgidos durante este trabalho.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura, Diferenciação Social e Desempenho Econômico**. Projeto IPEA-NEAD/MDA – Banco Mundial, São Paulo: FEA-USP, 2000.

ALENTEJANO, P. R. R. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os Desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. São Paulo. **Agrária**, n. 1, p. 2-15, 2004

AVRITZER, L.; PEREIRA, M.L. D. Democracia, participação e instituições híbridas. **Revista Teoria & Sociedade**, Instituições híbridas e participação no Brasil e na França, n. especial, mar. 2005. Disponível em: <

http://www.democraciaparticipativa.org/pg_instituicoes_hibridas.html
>. Acesso em 18 de abril de 2012.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **Agricultura familiar na região sul do Brasil, Consultoria UTF/036-FAO/INCRA**, 1996.

BULLA, L. C.; LEAL, M. L. M. A participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social: o desafio de uma representação democrática. **Textos & Contextos**, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2004.

CARMO, M. S.. Agroecologia: novos caminhos para a agricultura familiar. **Revista Tecnologia & Inovação agropecuária**. Dez de 2008.

CERQUEIRA, P. S.; ROCHA, A. G. P.; COELHO, V. P. **Agricultura familiar e políticas públicas**: algumas reflexões sobre o Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia. In: II Encontro de Economia Baiana, Bahia, 2006.

COELHO, V. S. R. P. Conselhos de saúde enquanto instituições políticas: o que está faltando? In: COELHO, Vera Schattan R. P.; NOBRE, Marcos (Org.). **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: 34Letras, v. 1, p. 255-269, 2004.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUATENTÁVEL. Viçosa. Regimento Interno, 2004, p.3

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Viçosa. **Ata da reunião realizada no dia 12 de dezembro 2006**. 2006, Livro 1, p.11.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Viçosa. **Ata da reunião realizada no dia 9 de janeiro de 2007**. Livro 1, p.14.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Viçosa. **Ata da reunião realizada no dia 5 de dezembro, 2012.** Livro 1, p.44

CÔRTEZ, S. M. V. Fóruns participativos e governança: uma sistematização das contribuições da literatura. In: LUBAMBO, Catia; COELHO, Denilson Bandeira; MELO, Marcus André (Org.). **Desenho institucional e participação política:** experiência no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, v. 1, p. 13-32, 2005.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set., 2001.

DUARTE, L. M. G. e SAYAGO, D. Dinâmicas Associativas da Agricultura Familiar e Funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. In: **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no Meio Rural.** Brasília. Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM. Núcleo de Estudos Agrários – NEAGRI. v.6.n.24, pp. 205-220. 2006.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business.** Wallingford, Cab International.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. As duas “caras” do Pronaf: Produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto – SP. **Anais...**, CD Rom 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, M.G. **Conselho gestores e participação sociopolítica.** São Paulo, 2001.

GRISA, C. et al. Programa de Aquisição De Alimentos (PAA) em perspectiva: Apontamentos e questões para o debate. In: **Seminário Temático Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) 2009**.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>>. Acesso 28/03/2012.

HESPANHOL, R. A.M.. Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, agosto 2008. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-79.htm>>. Acesso em 5 de abril de 2012.

LOUREIRO, K. Neoliberalismo e Questão agrária: as consequências para o campo brasileiro. In: **ANAIS ELETRÔNICOS DO IV ENCONTRO DA ANPUH-ES**. História, representações e narrativas, Vitória, 2003.

MOREIRA, R. J.. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. In: **X World Congress of Rural Sociology – IRSA; XXXVII Brazilian Congress of Rural Economic and Sociology – Sober**. Rio de Janeiro. n. 38, 2000.

OLIVEIRA, E. et al. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 4, n. 9, p. 1-17, maio/agosto de 2003.

PEDRON, F. A.; KLEIN, A.a L.. Políticas públicas para a atividade de turismo rural. Estudo da utilização dos recursos do PRONAF. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, dezembro 2004. Disponível em < <http://w3.ufsm.br/extensaorural/art4ed11.pdf>>. Acesso em 4 de abril de 2012.

SABOURIN, E. 2007, Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, v.22, n.3, p.715-751, Brasília, 2007,

SANTOS, L. C. R.. **Reflexão sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar** – PNAE e a Agricultura Familiar no Nordeste. Brasília. 2009.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n. 1, Julho de 2009.

SAYAGO, D. Os Conselhos de Desenvolvimento Territorial: entre a participação e a representação. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, G&DR. Taubaté, SP, Brasil, v. 3, n. 4 (número especial), p. 9-21, nov/2007.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, p. 47-103, 2002,

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Bahia: AATR, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais** - a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

FORMAÇÃO DO SISTEMA AGRÁRIO NA REGIÃO DO PARANÁ TRADICIONAL: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE RURAL LINHA CRICIUMAL EM CÂNDIDO DE ABREU

Juliano Strachulski¹
Nicolas Floriani²

Resumo

O presente estudo busca, em um primeiro momento, retratar a história da configuração socioespacial do sistema agrário do Paraná Tradicional, e como objetivo central, num segundo momento, busca-se caracterizar e analisar o sistema agrário da comunidade rural Linha Criciumal no município de Cândido de Abreu. O contato entre o imigrante e o caboclo nesta região vai acabar proporcionando novos elementos sociais ao sistema agrário em formação, a partir do surgimento da lógica produtiva camponesa que emerge deste contato. A metodologia contou com uma revisão de literatura e realização de trabalhos de campo. De início, visou-se uma aproximação com a comunidade, e através de técnicas de pesquisa participativa procedeu-se a realização de entrevistas de caráter aberto, semi-estruturado e não estruturado. Desta forma, foi possível caracterizar o sistema agrário da comunidade Linha Criciumal como híbrido, pois possui tanto características dos modelos agrícolas europeus como do caboclo além da incorporação de elementos da modernização da agricultura. Hoje (século XXI) se observa paisagens produtivas diferentes daquelas de 40 anos atrás, onde

¹ Graduado em Geografia Bacharelado (UEPG). Mestrado em Gestão do Território (UEPG). Doutorado em andamento em Geografia (UEPG). E-mail: julianomundogeo@gmail.com

² Graduado em Agronomia (UFPR). Mestrado em Ciências do Solo (UFPR). Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Prof. Adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Prof. Permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia (UEPG). E-mail: florianico@gmail.com

havia relações sociais mais equânimes com uma organização social mais coesa, e maior dependência às limitações do meio físico.

Palavras-chave: Colonização, hibridismo, modelos agrícolas, sistema agrário, paisagem.

FORMATION OF AGRARIAN SYSTEM IN THE REGION OF PARANÁ TRADICIONAL: A CASE STUDY OF THE RURAL COMMUNITY LINHA CRICIUMAL IN CANDIDO DE ABREU

Abstract

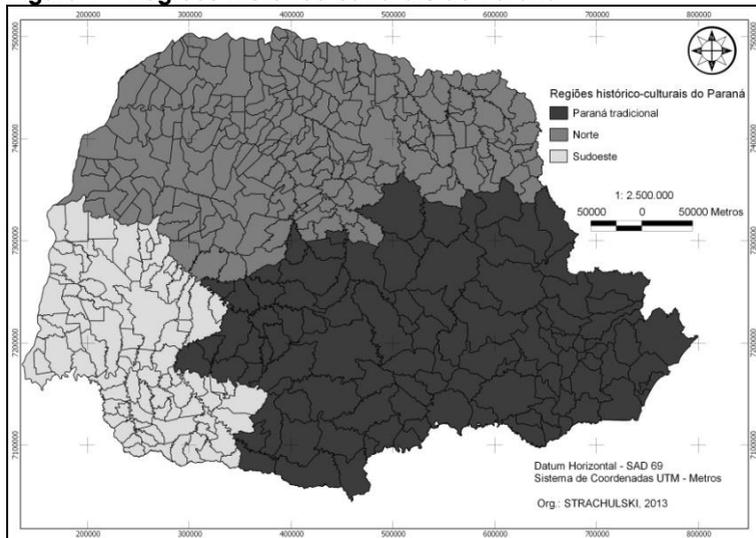
The present study seeks, in a first moment, portray the history of socio-spatial configuration of agrarian system of Paraná Traditional, and as central objective, at a second moment, is sought to characterize and analyze the agrarian system of the rural community Linha Criciumal in city of Cândido de Abreu. Contact between immigrant and Caboclo in this region will end up providing new social elements to the agrarian System in formation, from the appearance of the productive peasant logic which is created from this contact. The methodology included literature review and fieldwork. First, it was sought approximation to the community, and through participatory reasearch techniques interviews of open, semi-structured and unstructured character were carried out. Thus, it was possible to characterize the agrarian System of Linha Criciumal as hybrid, as it has characteristics from both European agricultural models and Caboclo, as well as the incorporation of elements of the modernization of agriculture. Today (XXI century) we observe productive landscapes, different from those of 40 years ago, where there were more equitable social relations with a more cohesive social organization and greater dependence on the limitations of the physical environment.

Key-words: Colonization, hybridism, agricultural models, agrarian System, landscape.

1. INTRODUÇÃO

Em consequência das fases históricas que condicionaram a colonização do território paranaense, segundo Wachowicz (1995), o estado do Paraná passou por três grandes períodos de ocupação e povoamento, que caracterizaram três diferentes regiões histórico-culturais ligadas a esta ocupação, sendo elas o Paraná Tradicional, o Norte e o Sudoeste (figura 1).

Figura 1 – Regiões histórico-culturais do Paraná



Fonte: Adaptado de MACHADO, 1963.

Neste sentido, compreende-se que o Paraná Tradicional foi a primeira região a passar pelo processo de ocupação e povoamento. Tal região tem sua história de formação socioespacial iniciada no século XVII, devido ao início do ciclo do ouro em Paranaguá, Curitiba, entre outras cidades. Já no século XVIII sua história ganha novos componentes com o surgimento das tropas e a atividade pecuarista, proporcionando a ocupação das áreas de

campo (Wachowicz, 1995); no século XIX, com a chegada dos imigrantes e as atividades de extração da erva-mate e da madeira.

Para tanto, esta análise se inicia a partir do recorte histórico referente à chegada dos imigrantes no final do século XIX, no qual figura no espaço regional uma estrutura fundiária marcada pela presença tanto de grandes fazendas, como de pequenas propriedades familiares, e a relação desta com o campo e a Floresta Ombrófila Mista (FOM). Tal período é marcado pelo contato entre a cultura cabocla e do imigrante, proporcionando novos elementos sociais ao sistema agrário em formação a partir do surgimento da lógica produtiva camponesa que emerge deste contato.

Estes elementos ajudam a entender a formação do sistema agrário regional a partir da leitura das mudanças circunstanciais da agricultura, levando-se em conta os macroprocessos socioeconômicos em escala internacional e nacional e sua influência nos microprocessos socioterritoriais na escala regional e local.

Compreendendo estas transformações, a leitura dos processos socioespaciais marcados na paisagem possibilitam uma compreensão inicial do sistema agrário (GARCIA FILHO, 1999; MAZOYER; ROUDART, 2010), permitindo entender ao longo do tempo as alterações das relações sociais e das técnicas e práticas agrícolas adotadas pelos produtores rurais.

A compreensão do sistema agrário, assim, é importante para se poder entender e caracterizar as mudanças de conjuntura da agricultura regional e suas transformações históricas e geográficas dentro do processo de estabelecimento das práticas agrícolas (MAZOYER, 1987 *apud* GARCIA FILHO, 1999).

Sistema agrário pode ser definido como uma concepção teórica de uma forma de agricultura, historicamente instituído e geograficamente localizado, entendido como um modo de exploração do meio que possui um sistema de forças de produção e um sistema técnico adaptado às condições pedobioclimáticas locais e que, além disso, responde às condições sociais do momento (MAZOYER; ROUDART, 2001).

A partir de uma abordagem complexa das relações entre sociedade e natureza, o enfoque sistêmico, a partir do conceito de sistema agrário, mostra-se pertinente por estabelecer pontos de inteligibilidade entre as dimensões sociais e ecológicas.

Percebe-se, assim, que a teoria de sistemas possibilita interpretar a realidade de forma holística, de acordo com diferentes

abordagens científicas do espaço rural. Entretanto, estas abordagens não devem ser consideradas complexas na interpretação da realidade, pois o recorte do sistema apresenta a possibilidade de ser utilizado em qualquer nível de escala e segundo o escopo do pesquisador, podendo ser: “geossistema/ecossistema/sistema de cultivos/sistema planta-solo-animais/sistema fisiológico” (FLORIANI; FLORIANI, 2010, p. 16).

Nesta mesma lógica aparece a noção de agroecossistema que também pressupõe a entidade espacial (paisagem) e exige, assim, a complexidade sócio-antropológica como elemento de sua estrutura e organização:

(...) Nestas unidades geográficas e socioculturais [as paisagens onde são desenvolvidos os agroecossistemas], os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócioeconômicas, constituem o lócus onde se pode buscar uma análise sistêmica e holística do conjunto destas relações e transformações (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p. 14).

Assim, em relação ao sistema agrário local, a leitura da paisagem rural e a interpretação das memórias dos antigos agricultores possibilitam entender os processos socioeconômicos envolvidos na transformação desta.

Segundo Sanches e Machado (2009), em 1971 a Unesco considerou a paisagem como a estrutura do ecossistema, e o Conselho Europeu compreendeu que, sob o olhar humano, o meio natural, moldado pelos fatores sociais e econômicos torna-se paisagem.

A paisagem, neste sentido, é importante que seja pensada como [...] “um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza [...]” (SANTOS 2006, p. 66). Assim, ela torna-se resultado da “interação entre elementos físicos, biológicos e antrópicos” (BERTRAND, 1971; TRICART, 1979 *apud* VENTURI, 2008, p. 51).

A partir do acima dissertado, esta pesquisa busca, em um primeiro momento retratar a história da configuração socioespacial do sistema agrário do Paraná Tradicional, e como objetivo central,

num segundo momento, busca-se caracterizar e analisar o sistema agrário da comunidade rural Linha Criciumal, no município de Cândido de Abreu.

2. MÉTODOS E TÉCNICAS

O presente texto se divide em duas partes, sendo que na primeira é retratada a formação do sistema agrário regional e na segunda parte se busca caracterizar e analisar o sistema agrário da comunidade Linha Criciumal.

Assim, num primeiro momento, buscou-se mostrar como ocorreu a formação do sistema agrário da região Paraná Tradicional, retratando a relação da população que se formava com os fatores socioeconômicos e ambientais, apresentando as características dos modelos agrícolas do imigrante e o do caboclo.

Num segundo momento, foram efetuados trabalhos de campo na comunidade rural de Linha Criciumal, com observações referentes à prática agrícola, direcionadas aos equipamentos utilizados, as relações de trabalho estabelecidas entre os agricultores, os cultivos plantados, as formas de preparo da terra, a possibilidade de integração entre os subsistemas agrários e a disposição geral dos elementos na paisagem. Tal comunidade conta com uma população de descendentes de escravos (poloneses e ucranianos) e caboclos.

De início, buscou-se uma aproximação com a comunidade. Para tanto, utilizou-se como elemento da pesquisa participativa a técnica de história de vida, visando apresentar elementos do histórico da comunidade. A técnica de história de vida ou história oral busca através do diálogo, por meio de uma entrevista, compreender a história de formação de um grupo, contada por uma ou mais pessoas (ALBUQUERQUE *et al.*, 2010).

Na sequência, um teste piloto foi realizado. Tal instrumento é aplicado de forma preliminar à entrevista definitiva, abrangendo uma pequena amostra de participantes, servindo como norteador para a realização da pesquisa propriamente dita, possibilitando correções de questionário, amostra, e assim por diante, buscando a validação da entrevista (ALBUQUERQUE *et al.*, 2010). Destarte, através de técnicas de pesquisa participativa como a elaboração de entrevistas de caráter aberto, semi-estruturado e não estruturado

(VERDEJO, 2006; ALBUQUERQUE *et al.*, 2010), visou-se caracterizar o sistema agrário da comunidade.

Na comunidade Linha Criciumal há em torno de 150 pessoas residindo, sendo distribuídas em 35 famílias, deste contingente se constatou que 17 famílias trabalham com atividade agrícola, sendo este o critério nodal para a escolha dos entrevistados. Das 17 famílias que trabalham com atividade agrícola foi possível realizar a entrevista com 11 famílias, pois os outros potenciais informantes não foram encontrados nos dias em que se realizou o trabalho de campo e/ou não aceitaram participar. As 11 famílias que participaram da pesquisa representaram um esforço amostral de quase 32% do total de 35 famílias.

Deste modo, os 11 informantes, sendo o (a) chefe-de-família e seu cônjuge e/ou parceiro de trabalho, foram eleitos de acordo aos seguintes critérios: posse legal da terra, agricultura como atividade principal, tempo de residência na comunidade (mínimo de 20 anos), vínculo matrimonial (casado (a) e relações de trabalho (troca de dias, parceria, arrendamento, reunida, entre outros.).

As entrevistas foram efetuadas nas residências dos moradores, sendo que apenas em três ocasiões as mulheres não estavam presentes. Os trabalhos de campo ocorreram no mês de outubro de 2012.

Quanto à naturalidade dos entrevistados, apenas três pessoas nasceram fora da comunidade, sendo que o tempo médio de residência destes na comunidade é de 30 anos. Na medida do possível, buscou-se conversar com as pessoas mais velhas da comunidade, por terem uma maior vivência no trabalho agrícola, e por terem condições de falar do passado. A média de idade dos entrevistados chegou a 50 anos, com intervalo entre 27 a 65 anos.

A compreensão do sistema agrário local passou pela elaboração do calendário de cultivos, itinerário técnico e histórico de cultivos (GARCIA FILHO, 1999), podendo-se inferir acerca das práticas produtivas por eles empregadas na lavoura, resumindo descritivamente a relação entre as etapas, as técnicas, os instrumentos e recursos disponibilizados na produção do componente central do sistema de produção: a cultura do feijão.

Já o conceito de paisagem, não utilizado como tal, mas enquanto um dos procedimentos da metodologia do diagnóstico de sistemas agrários (GARCIA FILHO, 1999; MAZOYER; ROUDART, 2010), permitiu indicar os elementos que entram em jogo no sistema

produtivo local através da leitura das formas contidas nesta, possibilitando entender o sistema produtivo e agrário.

Assim, a compreensão, de como é organizado o sistema agrário praticado pelos agricultores da comunidade Linha Criciumal passa por um resgate histórico mostrando a estrutura agrária da região Paraná Tradicional, o contato entre imigrantes e caboclos e seus modelos agrícolas.

3. A ESTRUTURA AGRÁRIA E O CONTATO ENTRE IMIGRANTES E CABOCLOS NO PARANÁ TRADICIONAL: A FORMAÇÃO DO SISTEMA AGRÁRIO REGIONAL

Em relação ao processo de formação da região Paraná Tradicional, o foco deste trabalho incide sobre o município de Cândido de Abreu, que começa a ser modelado com a chegada dos imigrantes no final do século XIX.

No final do século XIX figura no espaço regional uma estrutura fundiária marcada pela presença tanto de grandes fazendas, cujos produtos eram voltados para a exportação, como de pequenas propriedades, que cultivavam produtos de consumo familiar, além de fornecer produtos e mão-de-obra, prestando auxílio à agricultura comercial (HAURESCO; MOTECA, 2008). Outro fato que deve ser levado em consideração é a relação desta estrutura fundiária (fazendas e propriedades familiares) com o campo e a Floresta Ombrófila Mista (FOM).

Este período também é marcado pelo contato entre a cultura cabocla e do imigrante, proporcionando novos elementos sociais ao sistema agrário a partir do surgimento da lógica produtiva camponesa que emerge deste contato.

A lógica produtiva camponesa é expressa por um modo de vida vinculado a vida comunitária (leis consuetudinárias de organização social), mão-de-obra familiar, práticas agrícolas de subsistência dependentes das demandas familiares, o apego ao território, tênue ligação com o mercado (dependente do excedente da produção), dependência dos ciclos naturais, organização do trabalho ligada as práticas de reciprocidade, incipiente grau de mecanização, resultando em baixa rentabilidade. (GOMES, 2009).

Neste sentido, a lógica produtiva camponesa, em sua origem, visa à reprodução de seu modo de vida e não o lucro. Paulino (2003, p. 10) complementa,

“O campesinato (ou lógica produtiva camponesa) procura na terra, muito mais que a renda, mas a concretização de um modo de vida pautado na autonomia do trabalho e na reprodução social delimitada pelos profundos vínculos familiares e comunitários”.

Woortman (2009), por sua vez, assevera que o perfil da família (idade, gênero, ente outros quesitos), bem como suas necessidades são alguns dos fatores essenciais de que se constitui a lógica produtiva camponesa. Deste modo, conseguem compreender suas limitações e potencialidades ligadas à produção para autoconsumo e/ou venda, sabendo o que podem produzir para a manutenção de seu modo de vida.

No Paraná Tradicional a história da estrutura agrária deriva, então, da relação da sociedade em formação com os ecossistemas e organização fundiária, isto é, latifundiários (lógica mercadológica) e minifundiários (lógica produtiva camponesa). É a história da propagação ora conflitiva ora consuetudinária dos pequenos estabelecimentos rurais, em territórios onde dominavam os latifúndios. Essa história vem ao encontro da Emancipação Política do Paraná em 1853, cujo eixo motor e principal responsável foi o ciclo da exportação da erva-mate com base na exploração da FOM, pois anteriormente predominavam os latifúndios voltados à criação de gado.

Assim, havia duas formas predominantes de organização fundiária, aquela das pequenas propriedades agrícolas associadas aos recursos contidos na FOM e aquela das grandes fazendas, que estava associada à exploração dos campos com a atividade pecuária.

Desta forma, têm-se os caboclos, e os imigrantes posteriormente, morando nas áreas de FOM, sobrevivendo de uma agricultura de subsistência que quando produzia excedentes de produtos primários, destinava-os à venda para abastecer as fazendas próximas e áreas urbanas, além da atividade de extração da erva-mate (venda) e madeira (lenha e construção). Nestas áreas havia um razoável contingente de famílias.

Por outro lado, as fazendas não produziam nada além de gado bovino para a venda. Eram carentes em produtos primários e diferentemente das pequenas propriedades dos caboclos, não proporcionavam uma ocupação efetiva da terra, pois seus donos não estavam ligados àquelas terras e sim as criações de gado, que por sua vez recolhia mão-de-obra muito inferior a das propriedades familiares (PADIS, 1981).

Segundo Wachowicz (1995), no início do século XIX, o território paranaense era uma região pouco povoada, um sertão bruto. Haviam poucos povoados, como Guarapuava, Lapa, Castro, entre outros. A falta de mão-de-obra escrava agravava a situação e, conhecedora dela as autoridades provincianas “alimentaram a esperança de que a introdução de novos contingentes populacionais imigrados proporcionaria condições de mudança e progresso agrário para a Província” (BALHANA, 1996, p. 47).

No segundo quartel do século XIX aparecem os primeiros imigrantes, que passam a ocupar as terras de forma espontânea. Já na segunda metade do século XIX, segundo Serra (1992), o governo assume projetos de colonização, visando acabar com a forma irregular como a terra vinha sendo ocupada, ou seja, de forma espontânea. Outro problema enfrentado era o baixo incentivo à população paranaense majoritariamente rural em relação à atividade agrícola voltada ao mercado interno, além da pouca mão-de-obra disponível devido à proibição da importação de escravos a partir de 1850.

Assim, visando solucionar esses problemas e de quebra promover um “clareamento” da população se tem a vinda intensificada dos imigrantes europeus, com a formação de colônias normalmente localizadas na FOM (WACHOWICZ, 1995).

Na segunda metade do século XIX, a região do Paraná Tradicional compreendida pelos campos estava rodeada de estabelecimentos de elevadas dimensões territoriais, devido às fazendas de gado e uma crescente cobiça pelas reservas de pinheiros das matas de araucária (HAURESCO; MOTECA, 2008). Enquanto que, com a vinda dos imigrantes ocorre um expressivo aumento no número de pequenas propriedades rurais nas matas de araucária.

O desenvolvimento da atividade madeireira e a continuidade da pecuária de caráter extensivo, segundo a concepção de Padis (1981), não proporcionaram ocupação mais efetiva da terra, pois as

duas atividades tinham como princípio somente a exploração, sendo que os proprietários das terras não possuíam vínculo com estas, não lhes interessando investir nelas.

Contudo, deve-se destacar que também há outras formas de exploração como das comunidades tradicionais que não investem nas terras que trabalham, mas estão intimamente ligados a elas, como os faxinalenses, os quilombolas, os indígenas, dentre outras comunidades. A falta de investimento, no caso de tais comunidades, indica que sua lógica não é a geração de riqueza, mas sim proporcionar o desenvolvimento de sua forma de vida.

Como de início a colonização visava preencher os espaços despovoados do Paraná, eram criadas colônias em áreas interioranas, que ficavam muito distantes das áreas urbanas. Tal distanciamento provocava o isolamento geográfico, o que dificultava o trabalho agrícola, pois a comercialização da produção ficava comprometida, havendo somente carreiros e mata fechada.

As colônias implantadas expressavam uma relação de equilíbrio entre o colono e o meio natural, pois os instrumentos que havia para o trabalho agrícola eram bastante rudimentares e com baixa capacidade de intervenção neste meio. De modo que, as áreas em que foram implantadas as colônias não eram geograficamente ideais ao desenvolvimento agrícola, pois, além da mata (FOM) fechada, possuíam grandes declividades e relevo forte ondulado, apresentando-se como um agravante ao desenvolvimento das colônias. Estas, em sua maioria, mantiveram por grande período uma economia de subsistência e não contribuíram como esperavam os idealistas da colonização, para alterar os hábitos e costumes da sociedade tradicional paranaense (HAURESCO; MOTUCA, 2008).

O meio natural era elemento de grande empecilho ao desenvolvimento agrícola, segundo os moldes produtivos europeus, de modo que os colonos pouco podiam fazer para superar suas dificuldades. Sua interferência no meio físico se dava de maneira lenta e gradual, devido ao baixo desenvolvimento no tocante a equipamentos agrícolas. Segundo Domingues (1986, p. 116, grifo nosso),

Esta fase de desenvolvimento tecnológico não permitia facilmente anular os efeitos dos acidentes naturais de maneira a permitir uma maior fluidez na circulação de pessoas, mercadorias e informações, nem possibilitar

um desenvolvimento econômico e
sociocultural marcante.

De início, os imigrantes europeus buscaram implantar seus modelos agrícolas nas regiões de mata com araucária, onde se instalaram. Contudo, deve-se ressaltar que cada grupo buscou se adaptar a sua realidade, necessidades e capacidade de transformação do meio. Assim, o imigrante acaba trazendo consigo um conjunto de características de seus países de origem, “onde muitas continuaram em solo paranaense e outras foram esquecidas ou readaptadas as condições encontradas pelo imigrante na área que foi estabelecido” (HAURESKO e MOTEKA, 2008 p 15). Portanto, compreende-se que os diversos grupos de imigrantes que adentraram ao território paranaense adotaram modelos agrícolas distintos (WAIBEL, 1949 *apud* SCHNEIDER, 2002).

Assim, alguns grupos de imigrantes passaram a adotar o modelo agrícola caboclo da roçada com queimada da vegetação, pois as condições ecológicas que os agricultores imigrantes encontraram principalmente na região Sul do Brasil eram distintas daquelas da Europa, uma vez que os solos de florestas eram mais ricos em nutrientes, proporcionando várias colheitas sem a necessidade de adubos e sem a rotação de culturas (MERTZ, 2004).

Neste modelo agrícola, os cultivos predominantes eram também alguns dos que os caboclos cultivavam, além de seus habituais, trigo, centeio e arroz. Este colono não adubava o solo. Os principais instrumentos agrícolas utilizados eram o machado, a enxada, e a foice, sendo que as sementes eram plantadas à mão (WAIBEL 1949 *apud* SCHNEIDER, 2002). Seu meio de transporte da produção: o carroção eslavo, desconhecido até então, tornou-se o meio de transporte mais eficiente nessas regiões por sua maior capacidade de transporte de cargas.

Num outro modelo, havia os mesmos elementos técnico-produtivos do anterior, contudo, neste se tem a integração da lavoura com a pecuária, pois além de contribuir para a renovação da fertilidade a criação animal também disponibilizava a força para tração, permitindo o uso do arado para revolver o solo (WAIBEL 1949 *apud* SCHNEIDER, 2002; MAZOYER; ROUDART, 2010). Neste modelo os colonos começavam a praticar o pousio em suas propriedades, que consistia em uma rotação de curta duração com 15 a 21 meses de pousio, seguida de quatro a nove meses de cultivo (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Havia mais um modelo agrícola, que era o sistema de rotação de culturas (sem pousio) combinada com a criação de gado, e plantio de forrageiras temporárias como nabo e aveia (WAIBEL 1949 *apud* SCHNEIDER, 2002). Ao invés das rotações de terras haviam as rotações de culturas (três, quatro ou seis anos), que compreendiam a aragem e a adubação dos campos com o uso de no mínimo um ou dois cavalos para a tração, e uso de equipamentos mais pesados como o arado reversor e a grade (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Concomitantemente a estes modelos agrícolas, era consolidado um modelo baseado na roçada e queimada. Tal modelo caboclo versava sobre a roçada de vegetação arbórea, compreendida como capoeira, com sua posterior queimada, e quando a queimada deixava sobras de vegetação se procedia ao “encoivramento”³ (VALVERDE, 1968). Além desta prática, o modelo agrícola caboclo se baseava em uma rotação de áreas e cultivos. Após o curto período de cultivo, a parcela era abandonada a um pousio arbóreo de longa duração, para formar uma rotação, antes de ser novamente desmatada e apta ao cultivo, o qual poderia durar de dez a várias dezenas de anos. Assim, a cada ano, esse cultivo mudaria de lugar e da mesma forma os cultivos secundários que lhes sucederiam também se deslocariam (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Não havia o revolvimento do solo, e a reprodução da fertilidade se dava pelo crescimento da vegetação, a partir de uma formação secundária (capoeira) em área queimada abandonada. Seus cultivos principais eram o milho, o feijão, a mandioca e a abóbora. Seus principais instrumentos de trabalho eram a cavadeira, enxada ou enxadão, machado foice e facão de mato. Já a criação de animais (porcos) era a solta, sendo que estes também possuíam livre acesso às áreas de roça, contudo, não proporcionavam força ao trabalho agrícola nem produção de adubo (VALVERDE, 1968).

Essa agricultura itinerante caracteriza a atividade agrícola em várias regiões do Brasil e em específico algumas regiões do Estado do Paraná, como o Terceiro Planalto, excluindo o Norte, e o Segundo Planalto (VALVERDE, 1968).

³ As coivaras consistem em “fogueiras espalhadas num roçado, feitas com galhos e ramos não consumidos pela queimada”. (VALVERDE, 1968, p. 227).

Assim, a partir da necessidade da troca de produtos agrícolas por outros bens os imigrantes tiveram que entrar em contato com a sociedade, e ao invés de os nativos adquirirem os hábitos dos imigrantes, estes tiveram que aprender os costumes locais, num primeiro momento, pois precisaram se relacionar com outros grupos étnicos para aprender sobre o meio ambiente e sobrevivência nas novas colônias.

Deste modo, os imigrantes aos poucos foram absorvendo a forma de agricultura dos caboclos, passando a plantar cultivos praticados por estes como o milho, o feijão e a mandioca e realizar a extração da erva-mate e madeira. Porém, os colonos também exerceram certa influência sobre os caboclos no tocante a técnicas produtivas e práticas sociais.

As peculiaridades ecológicas e socioeconômicas a que foram aqui submetidos os imigrantes, mais o contato e miscigenação com o caboclo, proporcionaram novos elementos sociais ao sistema agrário em formação, a partir do surgimento da lógica produtiva camponesa que emerge deste contato.

No início do século XX, portanto, começa a se formar o sistema agrário regional, a partir das mudanças circunstanciais da agricultura, sendo, portanto, o resultado tanto de macroprocessos socioeconômicos em escala internacional e nacional (difícil acesso a terra na Europa, crises econômicas, imigração), como de microprocessos socioterritoriais na escala regional e local (alteração da estrutura agrária, novos modelos agrícolas, contato entre imigrante e caboclo).

Outro elemento que vai proporcionar alterações ao sistema agrário local em formação, e a paisagem que resulta da implantação destes, algumas décadas mais à frente, é a modernização da agricultura, que chega com força a partir da década de 1960-1969 (TEIXEIRA, 2005).

Deste momento em diante os sistemas agrários, tanto regionais, nacionais e até em nível mundial, sofreram cada vez mais alterações sugeridas pelos grupos humanos e cada vez menos alterações impostas pelo meio físico, pois na medida em que novas invenções ganhavam espaço na agricultura, esta acabava se modernizando⁴. O incremento de novas práticas, insumos e

⁴ A modernização da agricultura pode ser considerada como o emprego e uso intensivo do arcabouço técnico-instrumental e químico-genético, os quais possibilitam um maior rendimento no processo produtivo (FAGUNDES *et al.*, 2010). Sendo que neste processo

implementos acabavam causando a alteração destes sistemas, tendo em vista que as mudanças são perceptíveis e denotam uma alteração da relação do homem com o meio, pois, com novas técnicas e equipamentos modernos, o produtor passa a diminuir sua dependência em relação aos recursos naturais.

4. COMUNIDADE RURAL LINHA CRICIUMAL: HIBRIDAÇÃO DE IDEÓTIPOS AGRÍCOLAS

Resultado do processo de colonização, a comunidade de Linha Criciumal⁵ é uma das muitas da região que tiveram sua origem a partir da fundação da Colônia Thereza em 1847, sob os auspícios do médico e naturalista francês João Maurício Faivre, na região do rio Ivaí, onde no século XXI se encontra, dentre outros, o município de Cândido de Abreu.

Com o grande contingente populacional que chegava à colônia, esta já não possuía condições de abrigar mais imigrantes que vinham do leste europeu e de outras regiões do Paraná, de modo que passaram a se estabelecer no entorno da colônia Thereza, formando novas comunidades.

A presente comunidade pertence ao município de Cândido de Abreu (figura 2), que por sua vez pertence à região Território Paraná Centro (IPARDES, 2007). Como o município de Cândido de Abreu fez parte da região Paraná Tradicional seu histórico de formação e ocupação está vinculado às atividades econômicas tradicionais, relacionadas na maioria das vezes a empreendimentos

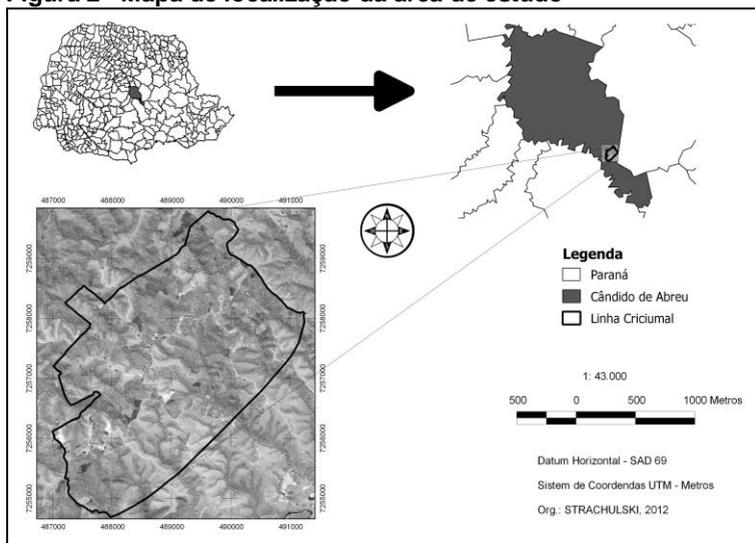
há a transformação de ecossistemas e agroecossistemas em monoculturas, provocando uma erosão genética, acentuando a extinção tanto de espécies animais quanto vegetais (FAGUNDES *et al.*, 2010). O que é corroborado pelos impactos causados a agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais, tendo em vista que “deixam de ser produzidas e utilizadas sementes de variedades adaptadas às condições socioambientais específicas e passam a serem produzidas apenas variedades comerciais” (COELHO-DE-SOUZA, 2010, p. 78). Contudo, vale destacar que tal processo não se restringe somente aos equipamentos e implementos usados, mas também revela um processo de modificação ocorrido no âmago das relações sociais inerentes a produção.

⁵ A origem do nome da comunidade deve-se a grande quantidade de uma espécie de taquara denominada de Criciúma (*Chusquea sp.*) que havia na época em que vieram os primeiros colonos e a forma de ocupação espacial destes, que passaram a se estabelecer ao longo de uma estrada principal formando uma linha de ocupação.

familiares de pequeno porte, correspondendo a 87,3 % da área de estabelecimentos agrícolas do município (IPARDES, 2007).

Tal constatação confirma os dados referentes à formação do município que se constituiu de várias pequenas propriedades de colonos europeus e caboclos, corroborando com o pensamento de Hauresco e Moteca (2008) quando dissertam acerca da formação da região Paraná Tradicional. Além de que, cerca de 70% da população reside em sua área rural e há mais de 100 anos agricultores vivem em Linha Criciumal.

Figura 2 - Mapa de localização da área de estudo



As características físicas apontadas pelo IPARDES (2007) para a área em que se localiza a comunidade Linha Criciumal mostram a presença das maiores declividades do Paraná Centro (sendo estas de 20 a 45% e acima de 45%). Constata-se também a presença de solos com grande potencialidade à degradação, devido à alta probabilidade de riscos à erosão, sendo 50% dos solos do município de Cândido de Abreu inaptos à agricultura mecanizada (IPARDES, 2007), impedindo a utilização de maquinários, na lavoura, por parte dos agricultores familiares. O processo de

modernização da agricultura na região, assim, é freado, sendo que a mecanização da lavoura ocorre somente a partir de 1980 (IPARDES, 2007).

Tal particularidade regional fez com que as práticas sociais produtivas das comunidades rurais se adaptassem parcialmente ao processo de modernização do campo, o qual provocou tanto mudanças de técnicas na produção agrícola, como das práticas sociais, representando uma diminuição dos momentos de convívio comum. Desta forma, os saberes e práticas locais ofereceram relativa resistência à modernização e os sistemas culturais souberam se adaptar metamorfoseando (internalizando) em novas práticas materiais e imateriais híbridas. Assim, busca-se a caracterização do sistema agrário da comunidade Linha Criciumal.

Na área de estudo, percebe-se que existem práticas sociais que reforçam as características tradicionais herdadas de imigrantes e caboclos (sistema social produtivo), como a participação em atividades religiosas, por meio das festas periódicas, além das rodas de chimarrão, reuniões da igreja, partidas de truco, torneios de futebol, festas de ano novo e aniversários.

As práticas produtivas também ajudam a caracterizar um modo de vida tradicional, como os mutirões (esporádicos), a “troca de dias”⁶ de serviço na lavoura e o plantio em parceria ou “de as meia”⁷, geralmente estas atividades ocorrem entre parentes e/ou vizinhos mais próximos, mas podem ocorrer também com pessoas de comunidades vizinhas, reforçando a integração entre os moradores.

Por outro lado, no segundo quartel do século XX, começam a surgir muitas práticas modernas, o que se comprovou em 2013, como a utilização, pelos agricultores, de adubos, sementes modificadas geneticamente, utilização de forrageiras como a aveia, agrotóxicos e um dos símbolos da agricultura moderna: a bomba costal, além de plantarem feijão e milho em áreas mais planas, com plantadeiras motomecanizadas e debulharem o feijão e o milho através de maquinário.

⁶ É quando ocorre a troca de dias de trabalho entre os vizinhos, ou seja, quando um ajuda no trabalho do outro, prática comum em épocas de colheita, evitando a contratação de empregados e reforçando o laço de solidariedade e de vizinhança.

⁷ É uma relação de trabalho que se estabelece quando um agricultor oferece a terra a seu vizinho e este entra com o trabalho, ao final da colheita os lucros são divididos ao meio, podendo ser em números de sacas de determinado cultivo ou em dinheiro.

Contudo, o milho e o feijão ainda são puxados nas costas de cavalos ou do próprio produtor até uma área mais apropriada para que possa ser debulhado, por maquinário. Além disso, o feijão quando plantado em pequena quantidade é “malhado no cambal”⁸, técnica tradicional. Também realizam capinas com enxada, mesmo que de maneira menos intensa do que antes da modernização da agricultura, além de utilizarem outros instrumentos de agricultura tradicional como o machado, a foice, a cavadeira, e a plantadeira de feijão e milho também chamada de “perna-de-grilo”. Todos estes elementos conferem ao seu modo de produção um caráter híbrido no tocante a forma de exploração e gestão dos recursos naturais.

A incorporação de elementos da agricultura moderna como os agrotóxicos e maquinário agrícola tem diminuído a intensidade das relações sociais, pois estes dispensam cada vez mais a mão-de-obra, diminuindo as formas de contato social como as trocas de dias de serviço e a prática dos mutirões para arrumar cercas ou ajudar o vizinho na colheita ou capina, que ocorrem somente de forma esporádica. Completando o pensamento, apoia-se em Santos (2001, p. 89, grifo nosso) quando este fala que “[...] a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores inseridos na modernidade à velha condição de servos da gleba [...]”, pois, passam a conviver muito mais tempo com ela, deixando de lado as relações sociais.

Compreendendo estas transformações a leitura da paisagem proporcionou entender a mudança ao longo do tempo, das alterações ecológicas, das relações sociais e das técnicas agrícolas adotadas pelos agricultores, de modo que, em 2013 se presencia uma paisagem produtiva diferente daquela de 40 anos atrás, com relações sociais menos intensas e novas técnicas produtivas, ressaltando o tal hibridismo.

Esta hibridação de práticas se reflete na paisagem, pois no final do século XX e início do século XXI ocorre a inserção de alguns sistemas produtivos que não havia há trinta anos, como a bovinocultura, com aumento gradativo do espaço destinado à

⁸ Malhar feijão no cambal é uma técnica tradicional de extrair a semente do feijão. Tal técnica consiste em esticar uma lona no chão, colocar as vagens de feijão sobre a lona, e em alguns casos faz-se uma parede com a própria lona em volta das vagens do feijão. Em seguida com uma vara bem flexível a pessoa portadora da vara começa a aplicar golpes nas vagens até que soltem as sementes de feijão, que posteriormente são colhidas e ensacadas.

pastagem e diminuindo aquele destinado a agricultura, e a inserção de reflorestamento com exóticas, pinus e eucaliptos, há dez anos. Percebe-se que a modernização da agricultura provocou alterações na paisagem local, intensificadas com o tempo. Tendo em vista que, agricultores locais, anteriormente a modernização da agricultura costumavam plantar uma diversidade maior de cultivos do que se planta no século XXI, denotando um uso diferenciado da paisagem, pois havia arroz, milho, feijão e algodão como cultivos principais, além da pipoca, a batata-doce, o trigo, e outros, e uma área de mata muito maior do que a atual.

A paisagem analisada aqui, portanto, é o resultado da ação antrópica sobre o meio físico, sendo materializada nas formas criadas pela sociedade e passíveis de observação (SAUER, 1998), que aqui se expressam pelos elementos que constituem um sistema agrário e produtivo (GARCIA FILHO, 1999; MAZOYER e ROUDART, 2010). A alteração no uso da paisagem pode ser expressa na seguinte frase de um agricultor: *“a gente encheu de eucalipto naquelas terra porque a gente sabe que elas não são boa”*. Assim, o conhecimento do agricultor, algo construído com a prática, alia-se também ao meio físico como a qualidade do solo, além dos imperativos do mercado, para estabelecer os usos potenciais. Deste modo, a partir da leitura das formas da paisagem é possível entender como se estruturam os sistemas agrários e produtivos.

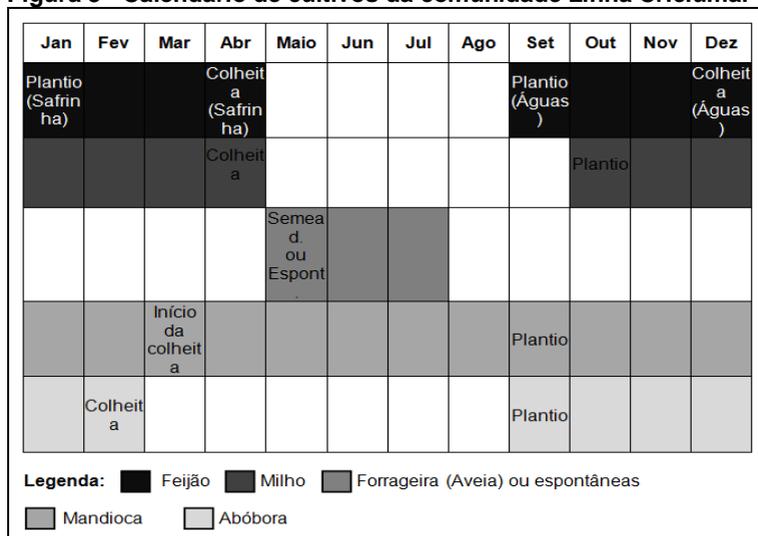
O hibridismo que se discute e que marca a paisagem não se dá somente entre o moderno e o tradicional, mas também entre o modelo agrícola do caboclo e o do imigrante que adentrou nesta região. Assim, no século XXI vai se presenciar a existência de uma agricultura de roçada e queimada da “capoeira”, com rotação de áreas, que vem diminuindo devido à falta de áreas de capoeira, a prática de consórcios (milho-feijão, pepino-melância-melão, melancia-arroz, mandioca-melância e/ou pepino), além de realizarem o plantio direto, isto é, sem revolver o solo, constituindo um sistema típico do caboclo.

Aliado a este modelo, há características dos modelos europeus, como a inserção de forrageiras (aveia) com rotação de culturas, tanto dos cultivos principais (milho-feijão) como dos secundários (mandioca, melancia, dentre outros). Este hibridismo vem a corroborar com o pensamento de Leo Waibel (1949) citado por Schneider (2002), quando fala que durante a adaptação dos imigrantes europeus havia modelos agrícolas distintos. No século

XXI, o sistema agrário da comunidade Linha Criciumal se caracteriza por apresentar atributos de tais modelos, resultando em um sistema agrário híbrido.

Com o pressuposto acima dissertado, e analisando o sistema produtivo local, com base na interpretação das entrevistas, elaborou-se o calendário de cultivos, em que se apresentam informações acerca da época de plantio e colheita dos cultivos principais (feijão e milho e forrageira) e dos cultivos secundários mais importantes (mandioca e abóbora). Percebendo-se que as espécies sucessoriais cultivadas nas glebas ocorrem de forma a privilegiar a completude do ciclo do feijão em maior área útil possível, reservando-se parcelas menores para cultivos secundários (figura 3).

Figura 3 - Calendário de cultivos da comunidade Linha Criciumal



Como se vê, a cultura do feijão é aquela que ocupa o maior período de tempo e o maior espaço físico (verificado *in loco*) dentro do sistema produtivo local, fazendo convergir grande parte dos recursos (humanos e naturais) no desenvolvimento desta atividade. Mas, ainda se percebem algumas variações desse subsistema produtivo como o cultivo consorciado de milho com feijão, melancia

com arroz, e outros mais, e a reserva de áreas para o manejo de espécies arbóreas exóticas como o pinus e eucaliptos, além da pecuária mista (corte e leite), que vem ganhando força.

Por outro lado, a elaboração de um itinerário técnico possibilitou a compreensão da relação entre as etapas, as técnicas, os instrumentos e recursos disponibilizados na produção do componente central do sistema de produção: a cultura do feijão. Apresentando-se as seguintes etapas: preparo da terra; plantio; controle do mato; controle fitossanitário; colheita; e armazenamento, resultando na venda do produto (quadro 1), que pode ser ao cerealista ou para uma cooperativa.

Tabela 1 - Descrição do itinerário técnico da cultura do feijão na comunidade rural de Linha Criciumal em Cândido de Abreu – PR

ATIVIDADES	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
1. Preparo da terra	O itinerário técnico do sistema de cultivo feijão-milho-aveia é marcado inicialmente pelo preparo da terra, que consiste em roçada e queima, quando quer se fazer uma nova área de lavoura, mas se a área de lavoura já é a habitual ocorre à aplicação de herbicida para secar a aveia ou as espontâneas que estão nascendo e que irão compor a cobertura do solo. Como praticam o plantio direto, não é revolvido o solo.
2. Plantio	Passados 20 a 30 dias da aplicação do herbicida se procede ao plantio, que ocorre em duas épocas: a da safrinha (Jan/Fev) e das águas (Ago/Set). A maioria dos agricultores utiliza os cultivares de feijão Capixaba, lapuru e Argentino. Alguns agricultores pagam para que pessoas de fora da comunidade semeiem com semeadeiras motomecanizadas, em locais das áreas de lavoura que são mais planas, sem o revolvimento do solo, e ao mesmo tempo em que planta - se se colocam adubos simples como a uréia ou formulados como o NPK 4-14-8 (convencionalmente utilizados pelos agricultores). Outros agricultores plantam ainda de forma tradicional com o auxílio da plantadeira manual também chamada de “perna de grilo”, e sendo que estes não usam adubo.
3. Controle do “mato”	O controle do “mato” é outra etapa do processo, que ocorre por meio da aplicação de herbicidas, que são utilizados de 30 a 45 dias após o plantio. Eventualmente se utiliza a enxada para a capina do

	"mato" que não morreu com o herbicida.
4. Controle fitossanitário	O controle fitossanitário é realizado eventualmente mediante utilização de fungicidas ou inseticidas no período de 30 a 45 dias após o plantio.
5. Colheita	A colheita se inicia em torno de 90 dias após o plantio, sendo realizada por integrantes da família. Também ocorre o pagamento à diaristas provindos da própria comunidade e de comunidades vizinhas, e, eventualmente, a troca de dias de serviço com vizinhos. Desde o início até o término da colheita levam-se aproximadamente 30 dias, dependendo das condições meteorológicas, número de pessoas e tamanho da plantação. O feijão é colhido manualmente e agrupado em feixes que são amontoados em um determinado local para ser "batido" pelo tratorista, e em seguida ensacado.
6. Armazenamento	O feijão passa pelo processo de secagem ao sol, que é realizado no terreiro e sobre uma lona. O expurgo ocorre mediante utilização de um fumigante que é colocado nas sacas com posterior fechamento destas para se evitar o ataque por insetos (caruncho) (para consumo próprio alguns agricultores passam banha de porco no feijão para conservá-lo). Depois de tratado o produto é armazenado em paióis até a venda.

Por sua vez, o milho também possui grande importância no sistema de cultivo feijão-milho-aveia, pois também proporciona a completude do ciclo do feijão. Normalmente após a colheita do milho o que sobra é a palhada importante para o solo e logo após, no mês de maio é semeada a aveia, que protege o solo e incorpora matéria orgânica ao mesmo e logo após, no mês de setembro, há o plantio de feijão.

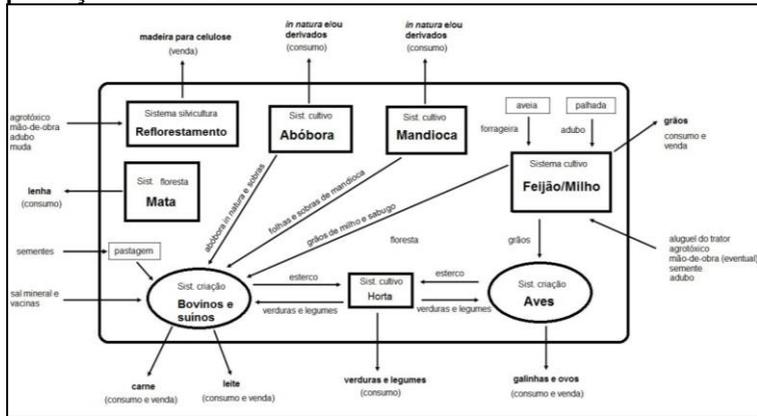
O milho contribui, para este sistema de cultivo, num primeiro momento com a incorporação de macronutrientes ao solo, depois pela manutenção dos restos culturais e o incremento de matéria orgânica ao solo, aumentando a atividade biológica. A palhada do milho, além de incrementar nutrientes ao solo, tem a função de protegê-lo dos raios solares, favorecendo a retenção de umidade, contribuindo para a redução de espontâneas, além de proteger contra as gotas de água da chuva, evitando os processos erosivos.

O milho também contribui para o sistema socioeconômico deste processo, pois além de possibilitar alimento ao agricultor e,

principalmente, aos animais, em caso de sobras é direcionado para a venda, gerando renda extra ao agricultor, que pode usar estes recursos para investir novamente neste mesmo sistema de cultivo.

Além da compreensão do sistema produtivo milho-feijão, o qual se apresenta como o centro do sistema agrário, buscou-se através de um esboço (figura 4) expressar as relações existentes entre os diferentes subsistemas.

Figura 4 - Fluxos de produtos e da fertilidade de um sistema de produção familiar na comunidade rural Linha Criciumal



Desta forma, percebe-se que não há uma relação de troca entre o subsistema milho-feijão com os demais subsistemas, o que há é à entrada de insumos e implementos e a saída de matéria-prima para consumo humano e animal e para a venda, além do próprio subsistema se autoalimentar através da palhada da cultura anterior, que se transforma em adubo.

As relações de troca ocorrem entre o subsistema horta com a pecuária (bovina) e aves, sendo que, os dois últimos subsistemas fornecem esterco para a horta e as sobras dos cultivos alimentam as aves, suínos, bovinos, entre outros. Dos subsistemas de criação saem elementos primários como ovo, carne e leite, que podem ser destinados todos para a venda e/ou consumo. Os sistemas de cultivo secundários (sistema abóbora e mandioca) apresentam somente saídas de produtos primários destinados ao consumo humano e

animal. Já o subsistema mata, apresenta somente saída como a lenha para o consumo. Por sua vez o subsistema reflorestamento, apresenta como entradas as mudas o adubo, mão de obra e agrotóxicos e as saídas se referem ao consumo (pequena escala) e venda de madeira.

O emprego de equipamentos tradicionais aliado a técnicas agrícolas do imigrante e do caboclo, uso de insumos e implementos modernos e inserção de novos subsistemas demonstra que, o sistema agrário local está em permanente processo de transformação. Assim, este híbrido é um produto da ação humana ao longo do tempo, submetida a numerosos fatores de ordem natural, social, e econômica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização da região do Paraná Tradicional mostrou que esta região teve sua formação vinculada a latifúndios (fazendas de criação de gado), que somente exploravam os recursos locais sem repô-los, mas também às propriedades familiares de caboclos e imigrantes que mantinham uma relação de equilíbrio com a FOM.

Tais imigrantes europeus foram trazidos com o intuito de alterar os hábitos dos moradores locais, começando pela atividade agrícola, contudo, o contato entre a cultura cabocla e do imigrante, proporcionou novos elementos sociais ao sistema agrário em formação. A partir deste contato há o surgimento de uma lógica produtiva camponesa, responsável pela existência dos atuais sistemas agrários desta região.

Outro agravante que provocou ainda mais mudanças no modo de vida desta sociedade foi à modernização da agricultura. De modo que, em 2013 se observa paisagens produtivas diferentes daquelas de 40 anos atrás, nas quais se presenciavam relações sociais mais equânimes com base em uma organização social mais coesa, onde havia uma maior dependência às limitações do meio físico.

Assim, pode-se constatar que na comunidade rural Linha Cricumal, a qual teve sua história de formação ligada à imigração europeia do início do século XX, no século XXI, desenvolve-se um sistema agrário híbrido, pois da mesma forma como se pratica a roçada e queimada, praticas inerentes ao caboclo, também se

realizam rotações de cultuas e inserção de forrageiras, práticas típicas do imigrante europeu, além da existência de elementos inerentes a modernização da agricultura.

A análise do sistema agrário local mostrou que, apesar da inserção de novos componentes como agrotóxicos, equipamentos modernos, inserção de outros subsistemas produtivos (bovinocultura e reflorestamento), ainda se mantém muitas práticas tradicionais, como o plantio do feijão e utilização de equipamentos tradicionais (enxada, foice, machado, e outros). Além de que, certas praticas sociais (rodas de chimarrão, partidas de truco, festas, trocas de dias, dentre outras) ainda se mantém, conferindo certa particularidade ao sistema agrário local.

A elaboração de itinerário técnico, calendário de cultivos e fluxos de produtos e fertilidade aponta que na comunidade de Linha Criciumal existe uma agricultura de caráter familiar, cujo componente central do sistema de produção é a cultura do feijão, para o qual converge grande parte dos recursos (humanos e naturais). Já de outro lado, percebe-se que há uma alta integração entre os subsistemas produtivos.

Analisando-se a região Paraná Tradicional e buscando-se compreender o sistema agrário da comunidade Linha Criciumal, evidencia-se que, a relação dos grupos humanos com o ecossistema natural foi mais equilibrada no passado do que é nos dias atuais, pois, no século XXI se tem a diminuição da dependência em relação ao meio físico.

O ecossistema em áreas rurais, agora, passa a ser compreendido como um agroecossistema, um ecossistema controlado pelos agricultores e suas práticas agrícolas. Este ecossistema agrícola possibilita, em certas ocasiões, o uso mais intenso de práticas agrícolas modernas, já em outras predominam práticas tradicionais, apresentando-se níveis variáveis de controle do meio natural. Isto é atestado em relação aos ideótipos agrícolas híbridos, pois, há níveis variados de hibridismo, sendo que os agricultores adeptos destes modelos não apresentam um grande controle sobre o meio físico, contudo, também não são totalmente dependentes deste.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica** (Coleção Estudos e avanços). 1ª ed. Recife: NUPEEA, 2010.

BALHANA, A. P. Política Imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 87, p.39-50, 1969. Acessado em 1/11/2012. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/339/292>.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. A. E. Enfoque científico e estratégico. **Revista Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, v.3, n.2, p.13-16, 2002.

COELHO-DE-SOUZA, G. Modernização da agricultura e o agravamento da insegurança alimentar no Brasil: o papel das populações locais e sua agrobiodiversidade. In: SILVA, V. A.; ALMEIDA, A. L. S.; ALBUQUERQUE, U. P. **Etnobiologia e Etnoecologia: pessoas e natureza na América Latina**. Recife: NUPEEA, 2010.

DOMINGUES, A. A. G. Estrutura sócio-econômica e mobilidade geográfica: Melgaço na segunda metade do séc. XIX. **Revista da Faculdade de Letras-Geografia**, v. 1, n. 1, p.113-177, 1986.

FAGUNDES, A. V. W.; KREVORUCZKA, B. L.; SCHWIDERKE, D. K.; ARAUJO, D. R.; JASINSKI, F. R. G.; PORTO, J. M.; LIMA JÚNIOR, M. S.; GAMA NETTO, N.; PARRILI, T.; BLENSKI, V. **“Revolução Verde, Agricultura e Capitalismo: o livro cinza do pacote tecnológico do agronegócio”**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

FLORIANI, N.; FLORIANI, D. Saber ambiental complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. **Rev. Bras. de Agroecologia**, v. 5, n. 1, p.3-23. 2010. Acessado em 20/08/2012. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/viewFile/9529/6624>.

GARCIA FILHO, D. P. **Análise e diagnóstico de sistemas agrários – Guia metodológico**. Brasília: INCRA/FAO, 1999.

GOMES, R. A. De sítiantes a irrigantes: construção identitária, conversão e projetos de vida. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. 2 ed. Estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

HAURESKO, C.; MOTECA, G. A pequena propriedade agrária no Paraná Tradicional: origem, localização e caracterização. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1., 2008, Rio Claro, SP. **Anais...** Rio Claro: Unesp, 2008. p. 1076-1093. Acessado em: 26/10/ 2012. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/1076-1093cecilia.pdf>.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Diagnóstico socioeconômico do Território Paraná Centro**. 1ª fase: caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007.

MACHADO, B. P. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná I: formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 2., 1962, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, 1963. p. 155. Acessado em 26/10/2012. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S02.06.pdf>.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: UNESP, 2010.

MERTZ, M. A agricultura familiar no Rio Grande do Sul um sistema agrário colonial. **Ensaios FEE**, v. 25, n. 1, p.277-298, 2004. Acessado em 15/06/2011. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2060/2442>.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PAULINO, E. T. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná.** 2003. 430f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SANCHES, F.; MACHADO, L. R. M. Segregação espacial e impactos socioambientais: possíveis manifestações da degradação em novas paisagens urbanas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 3, p.29-46, 2009. Acessado em 27/09/2012. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/0302009/artigo2.pdf>.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAUER, C. O. A morfologia da Paisagem. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura.** 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SCHNEIDER, S. A atualidade da contribuição de Leo Waibel ao estudo da agricultura familiar. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 28, n. 1, p.25-41, 2002. Acessado em 15/10/2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/39932/26261>.

SERRA, E. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim de Geografia**, v. 10, n. 1, p.61-93, 1992. Acessado em: 25/10/2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12893/7360>.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 2, n. 2, p.21-42, 2005. Acessado em: 15/10/2012. Disponível em: <http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/jodenir.pdf>.

VALVERDE O. Sistema de roças: agricultura nômade ou itinerante. **Revista Portuguesa de Geografia**, v. 3, n. 6, p.225-239, 1968. Acessado em: 25/10/2012. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1968-06/06_07.pdf.

VENTURI, L. A. B. **Ensaio geográficos**. São Paulo: Humanitas, 2008.

VERDEJO, M. E. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Diagnóstico Rural Participativo**. Brasília, 2006.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda., 1995.

WOORTMANN, E. F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. 2ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

O PERFIL E AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA A PRODUTORES DE LEITE NA MICROREGIÃO DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG

Ricardo Ferreira Godinho¹
Rita de Cássia Ribeiro Carvalho²
Vando Edesio Soares³

Resumo

Inúmeras mudanças e transformações vêm alterando o cenário agrícola e agrário brasileiro despertando para a necessidade de repensar a demanda e oferta de profissionais que atendam às unidades produtivas do agronegócio, quanto às reais necessidades das empresas e ao perfil dos profissionais que as assistem. O objetivo deste trabalho foi identificar e descrever o perfil dos profissionais de ciências agrárias que atendem os produtores de leite do município de São João Batista do Glória/MG. Os dados foram levantados diretamente dos produtores rurais e profissionais da assistência técnica atuantes no município. Uma restrição à maior participação dos técnicos no processo administrativo das empresas agropecuárias diz respeito ao sigilo de informações, aliado ao vínculo comercial que a maioria dos técnicos possui, e uma relativa insegurança dos produtores rurais em expressar sua opinião sobre o

¹ Graduado em Zootecnia (UNESP), Mestre em Produção Animal (UNICASTELO), Especialista em Administração Rural (UFLA), Consultoria Organizacional (SEBRAE). Professor Graduação e Pós Graduação (UEMG Passos). E-mail: ricardo.godinho@fespmg.edu.br

² Zootecnista (UFLA), Mestre e Doutora em Zootecnia (Forragicultura e Pastagem - UFLA). Professor adjunto da FESP-Universidade do Estado de Minas Gerais e orientadora de Iniciação Científica. E-mail: rita.carvalho@fespmg.edu.br

³ Zootecnista (UNESP), Mestre e Doutor (UNESP). Professor Coordenador do Curso de Mestrado Profissional em Produção Animal UNICASTELO. E-mail: soaresvando@gmail.com

assunto. O baixo uso de técnicas de gestão nos sistemas de produção leiteira possui uma relação com o baixo envolvimento dos profissionais da assistência técnica e com as questões administrativas dessas empresas, as quais exploram estes sistemas, embora existam diferentes opiniões e percepções sobre o problema, tanto por parte dos produtores quanto dos profissionais da assistência técnica.

Palavras-chave: Ciências agrárias, Extensão rural, Gestão do agronegócio, Perfil profissional, Qualificação profissional.

TECHNICAL ASSISTANCE TO MILK PRODUCTION SYSTEMS IN THE MICRO-REGION OF SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG

Abstract

Several changes and transformations have been altering the Brazilian agrarian and agricultural setting bringing the need to rethink the offer and demand of professionals who meet the agribusiness productive units when it comes to the companies' real necessities and the professionals' profiles who assist them. The objective of this paper was to identify and describe the Science Agrarian professionals' profiles of those who assist the milk producers in the municipality of São João Batista do Glória/MG. The data were surveyed directly from the rural producers and technical assistance professionals who work in the municipality. A restraint regarding a bigger participation of technicians in the administrative process of agricultural companies is about information secrecy linked to the commercial bond that most of the technicians have, and certain insecurity from rural producers to express their opinions about the topic. The low use of management techniques in milk production systems has a relation with the low involvement of the technical assistance professionals with administrative issues, although there are different opinions and perceptions about the problem, coming from the producers and technical assistance professionals.

Key-words: Agribusiness management, agricultural sciences, Extension, professional profile, professional qualification.

1. INTRODUÇÃO

Inúmeras mudanças e transformações vêm alterando o cenário agrícola e agrário brasileiro, de país essencialmente agrícola, o Brasil transformou-se num país urbano. Entre estas transformações, destacam-se as inovações tecnológicas e estruturais observadas nas últimas décadas no setor agrícola brasileiro, decorrentes de avanços significativos da pesquisa; as rupturas nas tradições, nas formas de expressão e nas relações humanas, tanto no campo quanto nas áreas urbanas; a diminuição das distâncias de espaço e tempo; a forte demanda da sociedade por produtos agrícolas que sejam, ao mesmo tempo, ambientalmente limpos, seguros para o consumo e de baixo preço; a crescente responsabilidade social do setor agrícola para atingir produção recorde ano a ano, fixação de mão-de-obra no campo, aumento da oferta de alimentos e o superávit da balança comercial (CCA-UFSCAR, s/d).

Mesmo diante deste cenário o setor rural brasileiro tem passado por dificuldades há muito não enfrentadas, em que se conjugam problemas climáticos, sanitários, macroeconômicos e de mercado para a maioria dos produtos do agronegócio.

Para Batalha et al. (2005a), contrapondo a estas dificuldades, há alguns anos, o agronegócio tem se mostrado um dos setores mais importantes da economia brasileira, não só pela renda gerada, mas também pela geração de empregos; entretanto, os empregos gerados requerem profissionais qualificados e com novas habilidades, uma vez que as empresas de agronegócio atuam em um mercado global e competitivo. Este cenário desperta para a necessidade de repensar a demanda e oferta de profissionais que atendam às unidades produtivas do agronegócio, quanto às reais necessidades das empresas e ao perfil dos profissionais que as assistem.

Batalha et al. (2005b), em estudo sobre a formação e disponibilidade de recursos humanos para o agronegócio aponta que as empresas buscam no profissional um perfil mais generalista, em que as habilidades pessoais e de comunicação adquirem grande importância em relação às habilidades técnicas e específicas. Além disso, verificou uma enorme preocupação das empresas com relação aos conhecimentos e habilidades dos profissionais em economia e

gestão, que possibilitam maior visão sistêmica do agronegócio, fazendo com que possam trabalhar analiticamente a partir de uma visão de todo o sistema agroindustrial, e não apenas de macrossistemas isolados. Acredita-se que as empresas esperam que os profissionais utilizem-se das ferramentas gerenciais de maneira a compreender a dinâmica de funcionamento das cadeias agroindustriais, de maneira a torná-las mais eficientes e eficazes.

A necessidade de formar profissionais com um perfil sintonizado com as demandas sociais do campo vem sendo apontada como um dos principais desafios a serem enfrentados pelas universidades brasileiras, neste princípio de século. Tal desafio, no entanto, defronta-se com uma série de obstáculos, oriundos em grande parte da orientação excessivamente tecnicista e produtivista dos conteúdos programáticos presentes nas grades curriculares dos cursos das ciências agrárias, desde meados da década de 1960, quando o ensino agrícola, a pesquisa agropecuária e a extensão rural foram estruturadas de modo a atender aos interesses da modernização da agricultura, também conhecida por 'revolução verde' (ROS, 2008).

Com o objetivo de identificar as transformações no agronegócio brasileiro, demonstrando o perfil dos profissionais demandados pelas empresas que atuam no sistema agroindustrial brasileiro e confrontá-lo com a formação de ensino superior que está sendo oferecida nesta área no Brasil, Batalha et al. (2005a) concluíram, entre outros aspectos, que o maior desajuste ocorreu em relação aos conteúdos de Economia e Gestão, principalmente ao avaliar os cursos que exploram as áreas mais técnicas do agronegócio; em seguida, foram apontados os desajustes com relação às habilidades e conhecimentos do grupo de Qualidades Pessoais, Métodos Quantitativos e Sistemas de Informação, além de um preocupante desajuste em relação às habilidades de comunicação. Tais desajustes segundo estes autores devem ser avaliados com bastante critério, uma vez que as empresas buscam por um perfil profissional mais generalista, em que as habilidades pessoais e de comunicação sobressaem-se em relação às habilidades técnicas e específicas.

Neste mesmo trabalho, Batalha et al (2005a), ao hierarquizar a pontuação média realizada pelo conjunto de todas as empresas atuantes no agronegócio (Qualidades Pessoais: 8,88 pontos; Comunicação e Expressão: 7,69 Pontos; Economia e

Gestão: 7,13 Pontos; Métodos Quantitativos Computacionais e Sistemas de Informação: 6,15 Pontos; Tecnologia de Produção: 5,99 Pontos; e Experiência Profissional Desejada: 4,88 Pontos), deixaram claro que nos dias atuais, as empresas esperam de um profissional mais do que as habilidades técnicas adquiridas durante o curso superior, esperam que seus funcionários sejam pró-ativos e participem intensamente do cotidiano da empresa, não só na solução de problemas, mas também na visualização de novas oportunidades de negócio; Para tanto, são muito importantes os conhecimentos e as habilidades pessoais, como flexibilidade, iniciativa, capacidade para a tomada de decisão, negociação, trabalho em grupo e alto padrão ético, e os relativos à capacidade de expressão e de interação/relacionamento com outros profissionais. Um aspecto que reforça tais resultados é que eles foram confrontados com pesquisa semelhante realizada em 1998, e pouco foi alterada, havendo apenas uma inversão entre “Métodos Quantitativos Computacionais e Sistemas de Informação” e “Tecnologia de Produção”.

Conforme afirmou Batalha et al. (2005b) o mercado exige um novo perfil para o profissional do agronegócio. No entanto, os profissionais que já atuam no campo necessitam rever suas atitudes, e segundo pesquisa de Canziani (2001), há por parte dos profissionais esta abertura para a capacitação em temas relativos à gestão do agronegócio.

Um levantamento das principais tendências do mundo acadêmico relacionadas à Extensão Rural no conjunto das universidades públicas e privadas do Brasil, foi realizado por Callou et al. (2008); estes autores concluíram que há uma insuficiência da carga horária necessária à formação do extensionista/gestor de processos de desenvolvimento local, mesmo considerando a contribuição dos conteúdos programáticos de outras disciplinas correlatas à Extensão Rural; esta questão tende a se agravar quando se constata que a disciplina Extensão Rural é, quase sempre, oferecida nos últimos semestres dos Cursos de Ciências Agrárias, podendo dificultar uma formação continuada do aluno no âmbito das discussões que se voltam para os contextos rurais, corroborando ainda para o fato de que este aspecto seria um elemento que obscurece o caráter multidisciplinar da Extensão, impedindo-a ainda de desempenhar a função de elo condutor das demais disciplinas do curso.

Há uma necessidade imediata de reformulação na estrutura de profissional em ciências agrárias, no sentido de um sólido conhecimento teórico-prático não apenas ao “como produzir”, mas também quanto ao processo produtivo como um todo, abrangendo desde o planejamento até a comercialização. Além disso, torna-se fundamental o domínio da informática com todas suas nuances e da língua inglesa, pelo menos. Portanto, o profissional formado deve ter uma visão interdisciplinar de todo o processo para que se torne um profissional valorizado (MAIA et al., 2006).

Realizando uma reflexão crítica sobre o ensino superior no Brasil na área de agronegócios, Rinaldi et al. (2007) destacaram que a importância do agronegócio para a economia nacional e as mudanças que ele vem atravessando, nos âmbitos nacional e internacional, tem alimentado uma demanda por profissionais diferenciados dos habitualmente formados pelos cursos tradicionais da área de Ciências Agrárias.

Para Batalha et al. (2005a) é importante refletir se os cursos de ensino superior estão formando profissionais que consigam compreender o agronegócio de maneira integrada e se as disciplinas estão sendo abordadas realmente de maneira multidisciplinar, de forma que os mesmos consigam entender a crescente complexidade do segmento agroindustrial, que acresceu dificuldades no gerenciamento dos agronegócios e portanto, exige ferramentas gerenciais mais sofisticadas.

O Brasil somente passará a ter profissionais competitivos para atuarem em sistemas agroindustriais, a partir do momento em que a formação de professores e pesquisadores priorizar o perfil multidisciplinar e sistêmico presente na lógica da organização das cadeias produtivas. Este é um problema em cadeia, que precisa urgentemente ser estudado, pois a cada ano novos cursos de pós-graduação e, principalmente de graduação, são criados, e são eles que definirão o perfil de profissionais que irão estabelecer o padrão de competitividade do Agronegócio brasileiro (RINALDI et al, 2007).

Em relação à sazonalidade da produção de leite no país, Gomes (2006) aponta que existem duas forças antagônicas atuando: a primeira a favor, predominante nos sistemas de produção a pasto, enquanto a segunda força contra, é impulsionada pela modernização da pecuária e pela indústria, em razão da ociosidade causada pelo sistema sazonal. A tendência é reduzir a sazonalidade, sem contudo, eliminá-la.

A visão holística do agronegócio e a interdependência entre os atores que compõem o sistema agroindustrial do leite será um fator decisivo na relação e resultados obtidos pelos técnicos e produtores. Segundo Zylbersztajn (2003), hoje se pensa em uma relação interdependente, com conflito e cooperação convivendo e sendo gerenciados; a pauta de ações que decorre da mudança de foco da produção para o consumo e de uma percepção estática para uma relação dinâmica entre os agentes atuantes no Sistema Agroindustrial (SAG) é totalmente distinta para todos os envolvidos. A assistência técnica e extensão rural, que antes levavam as informações aos produtores, estão sendo revistas para atuarem como facilitadoras da comunicação entre produtores e as fontes de informação (SONKA, 1997 apud ZYLBERSZTAJN, 2003).

Acompanhando e analisando a estrutura gerencial de uma propriedade familiar localizada no Passo do Pilão, em Pelotas - RS, Reichert (1998) enfocou a administração e o gerenciamento durante um ano agrícola e avaliou os índices técnicos e econômicos das atividades desenvolvidas. Neste trabalho, o autor concluiu que o processo de acompanhamento técnico, contábil e gerencial permitiu que o produtor em foco tomasse conhecimento, por meio de contatos mensais, dos resultados parciais ou totais de cada atividade, podendo organizar e planejar melhor o ano agrícola seguinte ou as próximas tarefas. Dessa forma, pôde tomar as decisões com base em fatos concretos e com conhecimento de causa.

De acordo com o Diagnóstico da Pecuária Leiteira em Minas Gerais (GOMES, 2006), metade dos produtores entrevistados não foi visitada em sua propriedade para receber orientação sobre gado de leite, o que confirmou a pequena abrangência da assistência técnica individual. Dos entrevistados, 26% receberam uma ou duas visitas, número inexpressivo para uma orientação capaz de causar mudanças no processo produtivo. Quanto aos meios de comunicação de massa, 73% dos entrevistados assistem ao programa de televisão Globo Rural e programas de rádio, que no passado eram muito citados, têm frequência de apenas 7,8%.

Por este mesmo Diagnóstico, 11,50% dos entrevistados responderam que têm carência de informações sobre planejamento da empresa rural; 16,15%, sobre cálculo do custo de produção; e 23%, sobre mercado de leite, que dizem respeito ao gerenciamento da empresa rural. Na opinião dos entrevistados de todas as regiões do Estado, eles não têm carência de informações sobre produção de

leite e meio ambiente. Segundo o autor, eles ainda não estão sensibilizados para a importância desses temas.

Confrontando os resultados dos diagnósticos realizados em Minas Gerais nos anos de 1995 e 2005, constatou-se diferenças na opinião dos entrevistados sobre carência de treinamento. Em 1995, pouca importância foi dada ao tema gerenciamento da empresa rural, enquanto em 2005 este foi a principal citação. Quanto ao meio ambiente, os produtores ainda não perceberam a importância deste tema.

Um aspecto preocupante apontado no Diagnóstico de 2005 (GOMES, 2006) foi quanto ao resultado proporcionado pelas ações de capacitação. Questionados sobre os efeitos das informações que receberam nos treinamentos, 22% dos produtores responderam que estas não contribuíram para mudanças na produção de leite; 22%, que não contribuíram para melhorar a qualidade da mão-de-obra; e 20%, que não contribuíram para aumentar a produtividade do rebanho. Segundo o autor, essas respostas contradizem as dos produtores sobre a qualidade das informações, já que a maioria respondeu que estas são de boa qualidade. Tal contradição recomenda avaliações mais aprofundadas sobre o conteúdo dos treinamentos e, mais ainda, sobre os efeitos destes, pois qual seria a importância de realizar muitas palestras e dias-de-campo, se tais realizações, na opinião dos produtores, não contribuem com mudanças na produção do leite.

No que diz respeito à assistência técnica em Minas Gerais, segundo este mesmo diagnóstico, de modo geral, os produtores entrevistados não utilizam frequentemente os serviços oferecidos pela indústria laticinista, tanto das cooperativas quanto da indústria particular; na maioria das vezes, esse serviço nem é oferecido. Verificou-se tendência de extinção dos departamentos de assistência técnica, em razão do elevado custo e da pouca efetividade destes. Diversas indústrias preferem terceirizar a assistência técnica, mediante programas como o Educampo e outros da mesma natureza. Entre os serviços profissionais mais utilizados, o dos veterinários é citado por 12,64% dos entrevistados; o dos agrônomos, por 5,37%; e, finalmente, o dos zootecnistas, por apenas 1,52%. A frequência maior dos veterinários reflete o tipo de demanda por assistência técnica curativa. Sem uma visão preventiva, na assistência técnica os efeitos são, geralmente, pouco significativos,

razão da explicação para o fechamento de muitos departamentos de assistência técnica.

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de descrever o perfil dos profissionais de ciências agrárias que atendem os produtores de leite do município de São João Batista do Glória/MG, e avaliar o trabalho da assistência técnica, segundo a percepção dos produtores.

2.MÉTODOS

Os dados para esta pesquisa foram levantados diretamente dos produtores rurais, profissionais da assistência técnica e outras pessoas com vínculo profissional ao meio agropecuário, atuantes no município de São João Batista do Glória/MG, no período de junho a outubro de 2009, por meio de reuniões e entrevistas.

Enquanto o percentual de produtores no Estado com produção diária acima de 500 litros é de 6,6%, no município este índice é de 20,52% (Tabela 1). O levantamento realizado pelo site MilkPoint, o Top 100 MilkPoint – Base 2012, aponta que entre os 100 maiores produtores do País, 4 deles são do município de São João Batista do Glória/MG. Estes números sinalizam um diferencial do município em relação aos dados gerais do Estado de Minas Gerais.

Tabela 1 - Distribuição do número de produtores e suas produções de leite, segundo estratos de produção de leite, em percentagem.

Produção diária	Unidade	2009	2005	Minas Gerais
Até 50 litros	%	7,37	19,21	44,00
de 51 a 200	%	39,48	40,39	35,40
de 201 a 500	%	32,63	26,49	14,00
de 501 a 1000	%	10,00	6,62	4,00
Acima de 1000	%	10,52	7,29	2,60
Total Produtores	%	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Diagnóstico Municipal/Prefeitura Municipal (2005); Diagnóstico da Pecuária Leiteira em Minas Gerais, Gomes (2006)

A partir dos fatos relevantes identificados por Canziani (2001), procurou-se quantificar a concordância ou discordância dos resultados obtidos nas reuniões, diante de uma amostra representativa de produtores de leite e profissionais da assistência técnica privada, atuantes nos sistemas de produção de leite do município. A amostra estudada foi de 21 técnicos de um universo de 23 profissionais que atuam no município, e 59 produtores participaram das reuniões, de um total de 190 produtores do município.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Caracterização da Assistência Técnica

Foram identificados 23 técnicos que prestam serviço a produtores de leite no município. Deste total, 21 participaram da pesquisa e são residentes nos municípios de Alpinópolis/MG (1), Machado/MG (1), Passos/MG (12 técnicos), São Gonçalo Sapucaí/MG (1), São João Batista Glória/MG (3 técnicos), São João da Boa Vista/SP (1), São José do Rio Preto/SP (1) e São Sebastião do Paraíso/MG (1).

A maioria dos técnicos entrevistados possuem idade de até 30 anos (11 técnicos) e a experiência média é de 12,71 anos de formado. Entre 31 a 40 anos, 4 técnicos, entre 41 a 50 anos, 4 técnicos e apenas 2, possuem mais que 50 anos de idade. Os Médicos Veterinários são predominantes (38,10%), seguidos pelos Zootecnistas (23,81%) e Engenheiros Agrônomos (14,29%) (Tabela 2). Dos entrevistados, 8 ou 38,01% possuem pós graduação na área de Bovinocultura de Leite, Nutrição ou Gestão do Agronegócio.

Tabela 2 - Perfil dos entrevistados da Assistência Técnica quanto à formação

Formação	Nº	%
Medicina Veterinária	8	38,10
Zootecnia	5	23,81
Engenharia Agrônômica	3	14,29
Técnico Agrícola	2	9,52
Outros	3	14,29
Total	21	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Dos entrevistados, 52,38% possuem algum tipo de vínculo comercial com empresas fornecedoras de insumos. Quanto ao vínculo de trabalho, apenas 38,10% possuem carteira assinada, 23,81% possuem contrato de trabalho formalizado, e 28,57% são autônomos (Tabela 3).

Tabela 3 - Perfil dos entrevistados da Assistência Técnica quanto ao vínculo de trabalho

Vínculo trabalho	%
Autônomo, sem convênios	9,52
Autônomo, com convênios	19,05
Contratado como Pessoa Jurídica	4,76
Contratado como Pessoa Física	19,05
Contrato com carteira de trabalho assinada	38,10
Estágio com contrato formal	9,52

Fonte: Pesquisa de Campo

Os técnicos que recebem menos de um salário mínimo (9,52%) são estagiários do curso de Engenharia Agrônômica da Fundação de Ensino Superior de Passos/FESP, a qual mantém um convênio com a Cooperativa Agropecuária do Sudoeste Mineiro Ltda/Casmil, que oferece bolsas para os alunos que prestam orientação a pequenos produtores associados a ela (Tabela 4). O maior percentual dos entrevistados (71,43%), recebem acima de 6 salários mínimo. A qualificação pode ser associada a remuneração,

pois 42,86% dos entrevistados possuem remuneração superior a 9 salários mínimo, e destes, 66,66% possuem cursos de pós Graduação.

Tabela 4 - Perfil dos entrevistados da Assistência Técnica quanto a Renda Bruta

Renda Bruta	%
Recebem menos de 3 Salários Mínimo	9,52
Recebem de 3 a 6 Salários Mínimo	19,05
Recebem de 6 a 9 Salários Mínimo	28,57
Recebem mais que 9 Salários Mínimo	42,86

Fonte: Pesquisa de Campo

Dos produtores atendidos pelos Técnicos entrevistados, que incluem produtores de leite de outros municípios, inclusive de outros estados, 38,25%, respondem por 54,40% do volume de leite produzido, sendo que 15 produtores (2,73%), com média diária de 6 mil litros de leite, respondem por 11,66% do volume de leite das propriedades atendidas por estes técnicos (Tabela 5). Em contrapartida, os 61,75% dos produtores, respondem por 45,60% da produção.

Na Tabela 5, nota-se que o maior percentual dos produtores, com menores produções, recebem assistência apenas quando solicitado. O atendimento sistemático, com programação de visitas mensais ou semanais, foi observado nos técnicos com e sem vínculo comercial, sinalizando uma tendência de atendimento pós venda, vinculado a resultados de assistência técnica que poderiam ser objeto de estudo para uma melhor avaliação.

Tabela 5 - Frequência de realização de visitas pelos técnicos entrevistados, volume de leite produzido, média diária de produção por produtor e número de vacas atendidas.

Frequência da visita	N° Prod	%	Vol. leite dia	%	Média diária	N° vacas	%
Uma ou mais vezes/semana	15	2,7	90.000	11,6	6.000	4.800	12,6
Uma vez ao mês	195	35,5	329.962	42,7	1.692	18.107	47,7
Menos de uma vez/mês	84	15,3	120.000	15,5	1.429	8.300	21,9
Quando solicitado	255	46,4	232.000	30,0	910	6.700	17,6
Totais	549	100	771.962	100	1.406	37.907	100

Fonte: Pesquisa de campo

Atividade Grupal: Opiniões dos Produtores

Foram realizadas quatro reuniões com produtores rurais, com grupos distintos formados conforme bairro rural nos quais se localizam suas propriedades, sendo Bairro da Capetinga, Esmeril, Palmeiras e Sede do Município, totalizando uma participação de 59 produtores de leite. Nestas reuniões, foram apresentados aos produtores os seguintes questionamentos:

- 1) Como avaliam a assistência técnica que recebem?
- 2) Como vêem a relação entre assistência técnica e a gestão de suas propriedades.

A assistência técnica que recebem foi bastante criticada segundo avaliação dos produtores, os quais argumentaram que “Assistência técnica faz pela metade”, “atende mais ou menos, demora para atender”, “falta sabedoria (conhecimento técnico)”. Por outro lado, ficou evidente a carência de assistência técnica de profissionais como o Médico Veterinário e Nutricionista, assim como o potencial de atuação para os técnicos em “acompanhamento no custo, administração geral” e “poderia fazer acompanhamento geral”, e a carência de assistência técnica para pequenos produtores já que “os grandes já possuem Assistência Técnica contratada”. A

assistência por meio de técnicos com vínculo comercial foi apontada, assim como a desconfiança do produtor quanto às orientações repassadas por estes técnicos (“vendedores”). Mas esta desconfiança é superada quanto há uma relação duradoura e de confiança.

O reconhecimento da importância da assistência técnica (AT) foi apontado, quando afirmaram que “quem não tem não toca – quem não tem AT não consegue manter o negócio” e que “ a Assistência Técnica resolve muitos problemas e ajuda a evitá-los”.

Uma das respostas esperadas e que não houve, foi quanto a resultados efetivos, sinalizando uma possível deficiência de avaliação efetiva de resultados proporcionados pela assistência técnica.

Segundo opinião dos produtores, hoje a assistência técnica não ajuda na gestão, mas consideram que seria importante esta ajuda. Um dos produtores que recebe este tipo de orientação, reconheceu, valorizou e argumentou que “em casa ajuda e melhorou 50%”. Embora alguns produtores afirmassem que o produtor não está procurando esta ajuda, eles acreditam que a assistência técnica estaria preparada e é importante para fazer a administração, o qual deveria ir à sua propriedade mensalmente e poderia ajudar inclusive ensinando como fazer as contas.

Opiniões da Assistência Técnica

Segundo os profissionais de AT, “empresas e técnicos com conhecimento e capacitados a ter uma visão geral do sistema de produção, não somente do produto/ área de atuação específicas, esses tendem hoje a acrescentar e fazer acontecer a gestão de uma propriedade”.

A “informatização”, “disponibilidade de sistemas e ferramentas disponíveis”, “um sistema eficiente de coleta de informações e análise/arquivamento de histórico de indicadores”, “uso, pelo menos, de um fluxo de caixa e balanço patrimonial correto para a gestão financeira”, “acesso a informações confiáveis do mercado de leite”, “aumento do nível de informação das pessoas envolvidas” foram alguns aspectos relacionados a gestão da informação apontados por todos os técnicos, inclusive com repetição do mesmo argumento.

Aspectos como “o conhecimento ou estabelecimento de metas, objetivos, visão de futuro”, “saber aonde quer chegar com seu empreendimento” evidenciam uma visão desejada quanto aos aspectos de gestão por parte dos técnicos”, mas a “ capacitação do proprietário e dos seus colaboradores dentro de uma cultura de gestão adequada”, “uso de linguagem simples e motivação do pessoal”, complementam os fatores facilitadores da gestão.

Se a informação foi apontada como o principal aspecto facilitador da gestão na opinião dos técnicos, ela também foi a resposta mais comum entre os fatores que mais dificultam a gestão de sistemas de produção de leite. Ressalta-se que esta carência de dados refere-se a dados gerenciais, de custos, financeiros, zootécnicos e de mercado, dificultando o processo de tomada de decisão.

Segundo os técnicos, propriedades que ainda não enxergam como empresa a sua atividade, talvez ajam desta forma por desconhecimento, talvez por dificuldade e falta de apoio. A parte de organização de um sistema de gestão também exige muita dedicação e organização, que para alguns pode ser visto como dificuldade não ter uma pessoa com esta função na propriedade.

A falta de capacitação do proprietário e dos seus colaboradores dentro de uma cultura de gestão adequada, a falta conhecimento ou estabelecimento de metas, objetivos, visão de futuro, não saber onde quer chegar com seu empreendimento; aspectos culturais, educacionais e motivacionais, tanto por parte dos produtores como dos empregados e técnicos, foram outros aspectos apontados e diretamente relacionados a definição de gestão e os princípios administrativos.

A comunicação é um ponto chave que muitas vezes limita a cadeia de eventos e execuções, segundo opiniões dos entrevistados, os quais elencam ainda o “uso de linguagens complexas, baixo nível de escolaridade dos colaboradores e falta de objetivos, metas e motivação do pessoal”.

Destacam-se ainda:

- A imprevisibilidade de fatores climáticos, muitas vezes incertos, ou susceptibilidade aos fatores climáticos;
- A enorme gama de fatores que interferem na eficiência do sistema (animal, manejo, pessoas, alimentação, sanidade, etc);

- Falta de planejamento para execução, tanto atividades de curto quanto a longos prazos; Incertezas de mercado dos produtos lácteos;
- Falta de união de toda classe;

Quanto à adoção das funções administrativas (Planejamento, Organização, Direção e Controle) pelas empresas assistidas pelos entrevistados:

- Não são adotadas ou são deficientes, e grande parte das fazendas não tem a noção de como realmente são importantes e que ainda falta colocá-los em prática.
- As atividades são executadas sem planejamento, posteriormente não é feito controle para medir a viabilidade (ou quando é feito é informal) nem direcionamento para a atividade.
- São poucas as empresas que têm o interesse em efetivar a coleta de dados e o controle. Em muitas, essas coletas são falhas e o próprio proprietário não tem interesse em levar a diante este trabalho pelo nível de mão-de-obra que trabalha (baixa escolaridade e desmotivação) e o custo de manter este processo que gera demanda de tempo de trabalho.

As fazendas mais “elitizadas”, na opinião de um dos técnicos fazem maior uso do planejamento e organização. Se preocupam com a direção, mas possuem dificuldades quanto ao controle. Pelos argumentos, fica a dúvida se ações práticas e efetivas de planejamento, organização e direção realmente foram identificadas nas fazendas atendidas, uma vez que se trata das mesmas fazendas atendidas pelos demais técnicos.

Os técnicos foram unânimes ao afirmar que se sentem preparados para auxiliar os produtores rurais na gestão de seus sistemas de produção de leite. Entre a principal justificativa está a capacitação, mas a maioria não cita capacitação na área de gestão embora um dos entrevistados mencione a participação em um curso de gestão empresarial e que “só com a formação em cursos de ciências agrárias eu não estaria apto a auxiliar os produtores rurais na gestão de seus sistemas de produção de leite”. A experiência, vivência dos problemas no dia a dia das fazendas e a capacitação

“na área”, foram os argumentos utilizados para justificar a preparação dos técnicos.

4.CONCLUSÃO

A maioria dos entrevistados (52,38%) possui algum tipo de vínculo comercial com empresas fornecedoras de insumos, mas nota-se que o vínculo de trabalho passa por transformações.

As maiores remunerações dos técnicos estão associadas ao maior grau de instrução.

Na opinião dos técnicos, eles estariam aptos a auxiliar os produtores rurais na gestão de seus sistemas de produção de leite, o que não foi confirmado por meio de capacitação na área de gestão.

Os produtores rurais normalmente não permitem o acesso dos técnicos às informações relacionadas a gastos familiares, mesmo quando esse assunto representa um problema administrativo importante na empresa agropecuária. Uma restrição à maior participação dos técnicos no processo administrativo das empresas agropecuárias diz respeito ao sigilo de informações, aliado ao vínculo comercial que a maioria dos técnicos possui, e uma relativa insegurança dos produtores rurais em expressar sua opinião sobre o assunto.

A baixa participação dos técnicos no processo administrativo da empresa agropecuária se deve muito mais a falta de abertura e aceitação dos produtores rurais quanto a esta participação, do que pela falta de interesse dos técnicos sobre o problema, embora esta preparação do técnico não tenha se confirmado na pesquisa; ao contrário dos técnicos, os produtores rurais concordam que as questões administrativas da empresa agropecuária são sua responsabilidade, e que os técnicos devem priorizar as questões tecnológicas, em sua prestação de serviço às propriedades rurais;

O baixo uso de técnicas de gestão nos sistemas de produção leiteira possui uma relação com o baixo envolvimento dos profissionais da assistência técnica com as questões administrativas dessas empresas que exploram estes sistemas, embora existam diferentes opiniões e percepções sobre o problema, por parte dos produtores e dos profissionais da assistência técnica.

5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALHA, M. O.; MARCHESINI, M. M. P.; RINALDI, R. N.; MOURA, T. L.. O agronegócio brasileiro e a relação entre o perfil do profissional demandado pelos segmentos agroindustriais e o ofertado pelas instituições de ensino superior. **XXV Encontro Nac. de Eng. de Produção** – Porto Alegre, RS, Brasil, 29 out a 01 de Nov. de 2005a. Disponível em <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2005_Enegep1101_0593.pdf>. Acesso em 16/02/2010.

BATALHA, M. O.; MARCHESINI, M.M.P.; COSTA, M.A.B.; BERGAMASCHI, M.C.M.; RINALDI, R.N.; MOURA, T.L.. **Recursos Humanos no Agronegócio: a evolução do perfil profissional**. Jaboticabal: Editora Novos talentos, 2005.

CALLOU, A. B. F.; PIRES, M. L. L. e S.; LEITÃO, M. R. F. A.; SANTOS, M. S. T. O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, n. 16, Jul./Dez. 2008.

CANZIANI, J. R. F. **Assessoria Administrativa a Produtores Rurais**. 2001. 236f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba, 2001.

_____. **Curso Engenharia Agrônômica**. Centro de Ciências Agrárias: Universidade Federal de São Carlos - CCA-UFSCAR, s/d. Disponível em: <<http://www.cca.ufscar.br/indexwp.php/engenharia-agronomica>>. Acesso em: 24 fev 2011.

_____. **Diagnóstico Municipal Setor Rural**. Prefeitura Municipal – São João Batista do Glória, 2005.

GOMES, S.T. Diagnóstico da pecuária leiteira do Estado de Minas Gerais, 2005: relatório de pesquisa. – Belo Horizonte: FAEMG, 2006. 156 p.: il;

MAIA, V. M.; ALEXANDRE, R. S.; SILVA, R. G.. Desafios à formação do profissional em ciências agrárias. **Revista Educação Agrícola Superior** – v.21. 21, n.1, 2006.

REICHERT, L. J. A administração rural em propriedades familiares. **Teoria Evidencia Econômica**, Passo Fundo, v. 5, n. 10, p. 67-86, maio 1998.

RINALDI, N.R.; BATALHA, M.O.; MOURA, T.L. Pós-Graduação em Agronegócios no Brasil: situação atual e perspectivas. RBPG, Brasília, v.4, n°7, p.141-158, julho de 2007.

ROS, C. A. **Os desafios para a formação dos profissionais das ciências agrárias no século XXI**. Rural Semanal - Informativo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ANO XV – 2008.

ZYLBERSTAJN, D.; SCARE, R. F. **Gestão da Qualidade no Agribusiness**. 1ª. Edição. São Paulo: Atlas; 2003.

NORMAS PARA PREPARAÇÃO DE TRABALHOS PARA PUBLICAÇÃO NA EXTENSÃO RURAL

FOCO E ESCOPO

O periódico **Extensão Rural** é uma publicação científica do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às áreas de extensão rural, administração rural, desenvolvimento rural, economia rural e sociologia rural. São publicados textos em inglês, português ou espanhol.

Os manuscritos devem ser enviados pelo site da revista: (<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/extensaorural>), necessitando para isso que o autor se cadastre e obtenha seu login de acesso. A submissão deve obedecer aos passos descritos em “iniciar nova submissão”.

Momentaneamente o periódico Extensão Rural não cobra taxas de tramitação e de publicação.

EDIÇÃO DAS SUBMISSÕES

Os trabalhos devem ser encaminhados via eletrônica no site da revista, seguindo as orientações disponíveis.

Nas abas “sobre a revista > submissões” existe um tutorial em formato PDF para auxiliar os autores nas primeiras submissões.

O arquivo precisa estar na forma de editor de texto, com extensão “.doc” ou “.docx”, com o nome dos autores excluídos do arquivo, inclusos apenas nos metadados da submissão.

CONFIGURAÇÃO DE PÁGINAS

O trabalho deverá ser digitado em página tamanho A5, com dimensões de 14,8 x 210 mm com fonte Arial 9 pt, espaçamento simples, sem recuos antes ou depois dos parágrafos, com margens normal com largura interna 2,5 cm, externa 2,5 cm, inferior e superior 2,5 cm.

As figuras, os quadros e as tabelas devem ser apresentados no corpo do texto, digitadas preferencialmente na mesma fonte do

texto, ou com tamanho menor, se necessário. Esses elementos não poderão ultrapassar as margens e também não poderão ser apresentados em orientação “paisagem”.

As figuras devem ser editadas em preto e branco, ou em tons de cinza, quando se tratarem de gráficos ou imagens. As tabelas não devem apresentar formatação especial.

ESTRUTURAS RECOMENDADAS

Recomenda-se que os artigos científicos contenham os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract (ou resumen)*, *key words (ou palabras clave)*, introdução ou justificativa ou referencial teórico, métodos, resultados e discussão, conclusões ou considerações finais, referências bibliográficas. Ao final da introdução ou da justificativa o objetivo do trabalho precisa estar escrito de forma clara, mas sem destaque em negrito ou itálico.

Agradecimentos e pareceres dos comitês de ética e biossegurança (quando pertinentes) deverão estar presentes depois das conclusões e antes das referências.

Para as revisões bibliográficas se recomenda os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract*, *key words*, introdução ou justificativa, desenvolvimento ou revisão bibliográfica, considerações finais, referências bibliográficas e agradecimentos (quando pertinentes).

TÍTULOS

Os títulos nos dois idiomas do artigo devem ser digitados em caixa alta, em negrito e centralizados, com até 20 palavras cada. Se a pesquisa for financiada, deve-se apresentar nota de rodapé com a referência à instituição provedora dos recursos.

AUTORES

A Extensão Rural aceita até cinco autores, que devem ser incluídos nos metadados. Não use abreviaturas de prenomes ou sobrenomes.

RESUMOS, RESUMEN E ABSTRACTS

O trabalho deve conter um resumo em português, mais um abstract em inglês. Se o trabalho for em espanhol, deve conter um

resumen inicial mais um resumo em português e, se o trabalho for em inglês, deve conter um *abstract* mais um resumo em português.

Estas estruturas devem ter no máximo 1.200 caracteres, conteúdo o problema de pesquisa, o objetivo do trabalho, algumas informações sobre o método (em caso de artigos científicos), os resultados mais relevantes e as conclusões mais significativas.

As traduções dos resumos devem ser feitas por pessoa habilitada, com conhecimento do idioma. Evite traduções literais ou o auxílio de *softwares*.

Devem ser seguidos por palavras-chave (*key words* ou *palabras clave*), escritas em ordem alfabética, não contidas nos títulos, em número de até cinco.

MÉTODO

O método deve descrito de forma sucinta, clara e informativa. Os métodos estatísticos, quando usados, precisam ser descritos e devidamente justificada a sua escolha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados devem embasar as discussões do artigo e estar embasados na literatura já existente, quando pertinente, devidamente citada e referenciada. Evite discussão de resultados irrelevantes e mantenha o seu foco nos objetivos do trabalho.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

É facultado aos autores escolherem entre conclusões ou considerações finais. Porém são proposições diferentes. As conclusões devem ser diretas, objetivas e atender aos propósitos iniciais (objetivos) do trabalho. Não devem ser a rerepresentação dos resultados. As considerações finais podem ser mais extensas que as conclusões e podem recomendar novas pesquisas naquele campo de estudo. Não precisam ser tão finalísticas como as conclusões e são recomendadas para pesquisas que requerem interpretações em continuidade.

ORIENTAÇÕES GERAIS DE GRAFIAS

Os autores possuem padrões de grafia distintos e, lamentavelmente, alguns artigos precisam ser devolvidos aos autores por falta de adequações de grafia, conforme as orientações

técnicas da língua portuguesa, inglesa e espanhola. Assim, são lembradas algumas normas e orientações nesse sentido:

- Evite o uso demasiado de abreviaturas, exceto quando se repetirem muitas vezes no texto. Nesse caso, cite na primeira vez que usá-la o seu significado;

- Evite usar números arábicos com mais de uma palavra no texto, exceto quando seguidos de unidades de medida. Exemplos:

Prefira	Evite
... três agentes foram...	... 3 agentes foram...
... quarenta produtores foram...	... 40 produtores foram...
... 21 agentes foram...	... vinte e um agentes foram...
... colheu 3 kg de peras...	... colheu três quilos de peras...
...corresponde a 2,3 m...	... corresponde a 2,3 metros...

- Cuide a padronização das unidades de medida. Geralmente são em letra minúscula, no singular, sem ponto e escritas com um espaço entre o número e a unidade (correto 4 g e não 4g, 4 gs ou 4 gs.), exceto para percentagem (correto 1,1% e não 1,1 %). Outros exemplos:

Unidade	Certo	Errado
Quilograma	kg	Kg; Kgs.; KG; quilos
Metro	m	M; mt; Mt
Litro	l	L; lt; Lt
Hectare	ha	Ha; Hec; H; h
Tonelada	t	T; Ton; ton
Rotações por minuto	rpm	RPM; Rpm; r.p.m.

- Lembre-se que na língua portuguesa e espanhola as casas decimais são separadas por vírgulas e na língua inglesa por ponto. Exemplos: o a colheita foi de 5,1%; *la cosecha fué de 5,1%*; *the harvest was 5.1%*.

TÓPICOS

Os tópicos devem ser digitados em caixa alta, negrito e alinhados a esquerda. Devem ser precedidos de dois espaços verticais e seguidos de um espaço vertical. Subtítulos dentro dos tópicos devem ser evitados, exceto quando forem imprescindíveis à redação e organização dos temas.

Os tópicos dos artigos não devem ser numerados. Recomenda-se a numeração em revisões que possuam mais de

quatro assuntos distintos na discussão. Nesse caso devem ser usadas numerações de segunda ordem, sem negrito, conforme exemplo:

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. A região de Ibitinga

Estudos realizados na região estudada mostram que...

3.2. Os hortigranjeiros e a agricultura familiar

Alguns autores mostram que os hortigranjeiros...

Descrever o título em português e inglês (caso o artigo seja em português) ou inglês e português (caso o artigo seja em inglês) ou espanhol e português (caso o artigo seja em espanhol). O título deverá ser digitado em caixa alta, com negrito e centralizado. Evitar nomes científicos e abreviaturas no título, exceto siglas que indicam os estados brasileiros.

Use até cinco palavras-chave / key words, escritas em ordem alfabética e que não constem no título.

CITAÇÕES

As citações dos autores, no texto, deverão ser feitas seguindo as normas da ABNT (NBR 6023/2000). Alguns exemplos são mostrados a seguir:

Citações indiretas (transcritas)

- a) Devem ser feitas com caixa baixa se forem no corpo do texto.
Exemplo um autor: ... os resultados obtidos por Silva (2006) mostram...; Exemplo dois autores: ... os resultados obtidos por Silva e Nogueira (2006) mostram...; Exemplo mais de dois autores: ... os resultados obtidos por Silva et al. (2006) mostram...;
- b) Devem ser feitas com caixa alta se forem no final do texto.
Exemplo um autor: ... independente da unidade de produção (SILVA, 2006).; Exemplo dois autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA, 2006).; Exemplo três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA; SOUZA,

2006).; Exemplo mais de três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA et al., 2006).;

Citações diretas

Conforme norma da ABNT, se ultrapassarem quatro linhas, devem ser recuadas a 4 cm da margem em fonte menor (Arial 8 pt), destacadas por um espaço vertical anterior e outro posterior à citação. Exemplo:

...porque aí a gente “tava” no dia de campo de São Bento e aí foi onde nós tivemos mais certeza do jeito certo de fazer a horta. Depois disso os agricultores aqui de Vila Joana começaram a plantar, conforme aprenderam no dia de campo.(agricultor da Família Silva).

Citações diretas com menos de quatro linhas, devem ser apresentadas no corpo do texto, entre aspas, seguido da citação. Exemplo: “...os dias de campo de São Bento ensinaram os agricultores de Vila Joana a plantar corretamente (MENDES, 2006)”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas também devem ser efetuadas no estilo ABNT (NBR 6023/2000). A seguir são mostrados alguns exemplos. As dúvidas não contempladas nas situações abaixo podem ser sanadas acessando o link <http://w3.ufsm.br/biblioteca/> clicando sobre o botão MDT.

b.1. Citação de livro:

SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com um autor.** Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores.** Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.2. Capítulo de livro:

PRESTES, H.N. A citação de um capítulo de livro. In: OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores.** Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.3. Artigos publicados em periódicos:

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. A citação de artigos publicados em periódicos. **Extensão Rural**, v.19, n.1, p.23-34, 2012.

b.4. Trabalhos publicados em anais:

GRAÇA, M.R. et al. Citação de artigos publicados em anais com mais de três autores. In: JORNADA DE PESQUISA DA UFSM, 1., 1992, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria : Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 1992. p.236.

b.5. Teses ou dissertações:

PEREIRA, M.C. **Exemplo de citação de tese ou dissertação**. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

b.6. Boletim:

ROSA, G.I. **O cultivo de hortigranjeiros**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1992. 20p. (Boletim Técnico, 12).

b.7. Documentos eletrônicos:

MOURA, O.M. **Desenvolvimento rural na região da Quarta Colônia**. Acessado em 20/08/2012. Disponível em: <http://www.exemplos.net.br>.

FIGURAS

Os desenhos, gráficos, esquemas e fotografias devem ser nominados como figuras e terão o número de ordem em algarismos arábicos, com apresentação logo após a primeira citação no texto. Devem ser apresentadas com título inferior, em negrito, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

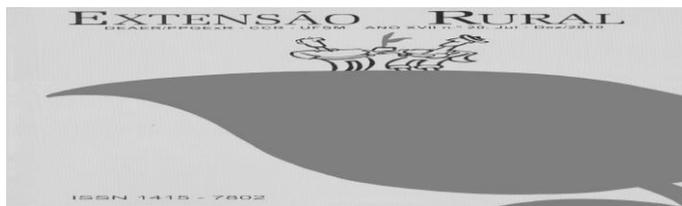


Figura 1 – Capa alongada da revista em tons de cinza.

As figuras devem ser feitas em editor gráfico sempre em qualidade máxima.

TABELAS E QUADROS

É imprescindível que todas as tabelas e quadros sejam digitados segundo menu do Microsoft® Word “Inserir Tabela”, em células distintas (não serão aceitas tabelas com valores separados pelo recurso ENTER ou coladas como figura). Tabelas e quadros enviados fora de normas serão devolvidas para adequação.

Devem ser numeradas sequencialmente em algarismos arábicos, com numeração independente entre figuras, quadros e tabelas e apresentadas logo após a chamada no texto. Prefira títulos curtos e informativos, evitando a descrição das variáveis constantes no corpo da tabela ou quadro.

Quadros não-originais devem conter, após o título, a fonte de onde foram extraídas, que deve ser referenciada.

As unidades, a fonte (Arial 9 pt) e o corpo das letras em todas as figuras devem ser padronizados.

Quadros e tabelas não devem exceder uma lauda. Não deverão ter texto em fonte destacada com negrito ou sublinhado, exceto a primeira linha e o título. Este deverá ser em negrito, com formatação idêntica ao título das figuras, porém com localização acima da tabela ou quadro, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Tabela 1 – Exemplo de tabela a ser usado na revista Extensão Rural.

Item	Tabela	Quadro
Bordas laterais	Abertas	Fechadas
Dados	Preferencialmente da pesquisa	Preferencialmente da revisão
Conteúdo	Números	Texto
Rodapé*	Fonte arial 8 pt	Geralmente não há
Bordas internas	Não há	Há
Alinhamento	Números alinhados à direita	Texto alinhado à esquerda, sem justificar/hifenizar
Exemplos	12,3	O texto do quadro deve ser alinhado à esquerda sem justificar ou hifenizar
	4,5	
	6.789,1	
	123,0	

* exemplo de rodapé.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Use o tutorial e a lista de verificação (checklist) para auxiliá-lo. A máxima adequação às normas agiliza o trâmite de publicação dos trabalhos, facilita aos pareceristas e melhora o conceito do periódico. Dessa forma, os autores saem beneficiados com a melhora de qualificação dos seus trabalhos.

É obrigatório o cadastro de todos autores nos metadados de submissão. Não serão aceitos pedidos posteriores de inclusão de autores, visto a necessidade de analisar os autores do trabalho para eleição de pareceristas não impedidos.

Excepcionalmente, mediante consulta prévia para a Comissão Editorial outro expediente de submissão de artigo poderá ser utilizado.

Lembre-se que os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade de todos os autores do trabalho.

Os artigos serão publicados em ordem de aprovação e os artigos não aprovados serão arquivados havendo, no entanto, o encaminhamento de uma justificativa pelo indeferimento.

Em caso de dúvida, consultar artigos de fascículos já publicados ou se dirija à Comissão Editorial, pelo endereço atendimento.extensao.rural@gmail.com.